

Andréa Figueiredo Arruda

Agrovila 4



Agrovila 1



O espaço "concebido" e o espaço "vivido" da morada rural:

políticas públicas x modo de vida camponês



São Paulo, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Andréa Figueiredo Arruda

O espaço “concebido” e o espaço “vivido” da morada rural:

políticas públicas x modo de vida camponês

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga

São Paulo, 2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA: _____

E-MAIL: afarruda@gmail.com

Arruda, Andréa Figueiredo.

A779e O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural:
políticas públicas x modo de vida camponês / Andréa Figueiredo
Arruda. -- São Paulo, 2007.
159p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e
Ambiente) - FAUUSP.

Orientador: Eugênio Fernandes Queiroga.

1.Política habitacional 2.Políticas públicas 3.Auto-gestão 4.Mutirão
5.Modos de vida 6.Fazenda Pirituba (Itapeva,SP) I.Título.

CDU 711.58.001.12

Às famílias assentadas na Fazenda Pirituba,
Itapeva-SP. A todos que se dedicam para
melhorar a qualidade de vida nos
assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a todas as famílias da Fazenda Pirituba, em especial às famílias do "grupo das casas", pelo trabalho em conjunto realizado no mutirão, pelo convívio nas horas vagas, pelo café, prosa e abrigo no assentamento. Pelas diversas reflexões para além do canteiro de obras, que me instigaram e ainda me instigam para compreender a condição de vida camponesa no Brasil hoje.

Ao meu orientador, Eugênio, pela liberdade e autonomia concedidas na escolha do tema da pesquisa e sua constante transformação. Pela sensibilidade e atenção na escuta dos meus anseios que se desenrolavam e me enrolavam na busca de definições teóricas, tendo em vista o lugar da pesquisa, e também pela "rédea curta" nos momentos de vôos longos. Por fim, e não por último, pela amizade e confiança que se desenvolveram durante esse período.

Aos professores da FAU, Catharina Lima, Maria Ângela Faggin, Jorge Oseki, Maria Lucia Refinetti, Nabil Bonduki, pelas disciplinas cursadas que de algum modo contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Aos professores da Geografia, Marta Inez e Ariovaldo Umbelino, pelo direcionamento do estudo do campesinato brasileiro. Ao grupo de estudos "campo em movimento", do laboratório de Geografia Agrária, pelas constantes reflexões sobre o modo de vida camponês.

Aos amigos da Usina, Centro de trabalho para o ambiente habitado, mais do que um centro de trabalho, um centro de formação, pela comunhão de questionamentos a respeito da produção do ambiente construído, tanto urbano quanto rural. Em especial a João Marcos, Bia Tone e Chico Barros que dividiram as inquietações e contradições entre grupos durante a construção das casas.

Aos integrantes do grupo Habis que, dentro dos "conflitos" do canteiro, me ajudaram a refletir sobre a mediação entre o saber do arquiteto e o saber e vontades das famílias, também pela oportunidade de ser mais um parceiro na construção do "Projeto Inova Rural".

À minha família, sempre incentivando e apoiando os desafios lançados. Pela lembrança constante durante a pesquisa de "resíduos" do modo vida camponês da infância

vivida na planície pantaneira. Em especial a lembrança do meu avô Guilherme, pelo seu amor e ligação com a terra, ao meu pai por me ensinar a “ouvir o silêncio”. Essas boas lembranças me sensibilizaram durante o cotidiano no assentamento.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo, primeiramente, compreender e fazer o registro de duas questões fundamentais. A primeira é a territorialização do campesinato no Brasil, como se deu ao longo da história, e as políticas públicas que definiram e definem o desenho do espaço rural. O segundo registro insere-se num breve levantamento da demanda e produção habitacionais no país. A pesquisa parte também de uma experiência concreta de construção de moradias populares, em regime de mutirão e autogestão, no assentamento Fazenda Pirituba, Itapeva, São Paulo. A observação do modo de vida camponês, durante a implantação do Programa de Subsídio Habitacional Rural (PSH-Rural), aparece como um dos caminhos para entender os diversos ajustes e desajustes do mutirão. Por se tratar de um assentamento de mais de 20 anos, a Fazenda Pirituba se consolida como um território digno da manifestação camponesa, que se identifica desde a maneira como se espacializa o cotidiano dessas famílias, (re)definindo e (re)inventando o desenho do assentamento concebido via Estado, até a mediação com técnicos para organização do canteiro. A partir da observação do modo de vida do camponês, da relação dele com o trabalho, o tempo, a terra, a família e vizinhos e ainda a maneira como se espacializam essas relações, como a casa-quintal e o seu entorno, o sítio, é possível vislumbrar a formulação de políticas públicas condizentes com o seu “modus vivendi”.

Palavras-chave: Modo de vida camponês. Política de habitação rural. PSH-Rural.

Abstract

The aim of this paper is at first, to understand and to register two fundamental issues. The first is the ‘territorialization’ of the peasantry in Brazil as it happened through history, and the public policies which defined and define the design of the rural space. The second report is a brief survey of the housing demands and production in the country. The research is also based on a concrete experience of the construction of popular houses, in a kind of self management and getting together to build each other’s house in the settlement Fazenda Pirituba, Itapeva, São Paulo. The observation of the peasant’s way of life during the implantation of the Rural Housing Subsidy Program (PSH-Rural), appears as one of the ways to understand the several adjustments and disagreements of this method. Since it is a more than 20 years old settlement, the Fazenda Pirituba consolidates as a territory worthy of peasant manifestation that is identified from the way these families organize their daily activities redefining and re-inventing the design of the settlement given by the state to the mediation with technicians for the organization of the place. Through the observation of the peasants’ way of life, their relation with the work, the time, the land, the family and neighbors and also how these relations happen, such as the house- backyard and its surroundings, the small farm; it is possible to visualize the formulation of public policies that are appropriate to their “modus vivendi”.

Key words: Peasant’s way of life. Policy of rural housing. Rural-PSH.

Lista de ilustrações

Fotos

Foto 1 - Casa de costaneira.	75
Foto 2 - Casa de tábuas, composição “macho-fêmea”.	75
Foto 3 – Casa com junção de duas técnicas construtivas.	76
Foto 4 - Vista da casa e roça de subsistência.	78
Foto 5 - Vista do pasto a partir do interior da casa.	78
Foto 6 - Casa de Cidão.	79
Foto 7 - Casa de Pingo.	79
Foto 8 - Vista frontal do lote do Camilo.	80
Foto 9 – “Casinha” ou banheiro externo.	82
Foto 10 – Banheiro acoplado ao corpo da casa.	82
Foto 11 - Área de serviço ao ar livre.	83
Foto 12 - Área de serviço na parte externa da casa.	83
Foto 13 - Poço e prosa no quintal.	83
Foto 14 – Cozinha ao fundo, externa ao corpo da casa.	83
Foto 15 - Cozinha de alvenaria acoplada ao corpo principal da casa.	84
Foto 16 - Espaço interno da cozinha, parede de costaneira.	84
Foto 17 - Cozinha com fogão a lenha adaptada na varanda da casa.	84
Foto 18 - Cozinha ao fundo desmembrada do corpo principal da casa.	84
Foto 19 - Detalhe da fachada.	85
Foto 20 - Zelo com os utensílios domésticos.	85
Foto 21 – Criatividade na confecção de novos objetos.	85
Foto 22 - Cidade Tiradentes, São Paulo: ocupação autônoma do território.	92
Foto 23 - Pirituba, São Paulo: sociabilização da laje de acordo com o crescimento da família.	92

Foto 24 – Pirituba, São Paulo: comércio informal como forma de desenvolvimento local.	93
Foto 25 - Favela Dois de Maio, São Paulo: quintais coletivos, espacialização a partir das relações de parentesco.	93
Foto 26 - Casa para reformar na agrovila 1.	95
Foto 27 - Casa para reformar na agrovila 1.	95
Foto 28 - Placa Agrovila 1.	103
Foto 29 - Placa Agrovila 4.	103
Foto 30 - Assembléia Geral.	116
Foto 31 - Momento de votação em assembléia.	116
Foto 32 - Questionamentos.	116
Foto 33 - Vista da área coletiva da agrovila 1.	119
Foto 34 - Escola Municipal Terezinha de Moura Rodrigues Gomes: o espaço escolar e as festividades que ele congrega.	120
Foto 35 - Casamento coletivo.	121
Foto 36 - Teatro infantil.	121
Foto 37 - Atividades de formação dos jovens auxiliares.	121
Foto 38 - Atividades de formação dos jovens auxiliares.	121
Foto 39 - Reunião da comissão de finanças e compras.	122
Foto 40 - Reunião das comissões, informes e pauta.	122
Foto 41 - Retorno dos mutirantes depois de um dia de trabalho na marcenaria para a produção do sistema de madeiramento da cobertura	123
Foto 42 - A rua como espaço de prosa.	124
Foto 43 - A rua como espaço de lazer das crianças.	124
Foto 44 – Cozinha, espaço de domínio feminino.	127
Foto 45 - Lembranças na parede da sala.	128
Foto 46 - A casa e o entorno: o curral e o pasto.	129

Foto 47 - Reunião das comissões.	129
Foto 48 - Espaço livre é sempre espaço de prosa. Reunião do grupo Cerâmico 1.	130
Foto 49 - Espaço livre é sempre espaço de prosa. Reunião do grupo União da Terra.	130
Foto 50 - Trabalho feminino no canteiro, baldeando areia. Grupo União da Terra.	131
Foto 51 - Trabalho feminino na marcenaria. Marceneiras na produção dos batentes.	131
Foto 52 - Atuação política nas reuniões e assembléias.	131
Foto 53 - Momento do voto em assembléia.	131
Foto 54 – Etapas de execução da cobertura.	133
Foto 55 – Etapas de execução da cobertura.	133
Foto 56 - Etapas de execução da cobertura.	133
Foto 57 - Momento de descontração no trabalho.	133
Foto 58 - Pausa para o café.	133
Foto 59 - Imagens de proteção.	143
Foto 60 - Embelezamento da fachada.	143
Foto 61 - Cozinha externa com fogão a lenha.	143
Foto 62 – Capa de crochê enfeitando botijão.	143
Foto 63 - Acesso principal casa Pingo.	145
Foto 64 - Embelezamento da fachada da casa de Pingo, ampliação da área ao fundo: espaço para abrigar o fogão a lenha com acesso direto à horta.	145
Foto 65 - Antiga casa de dona Doraci. Uso atual: paiol.	145
Foto 66 - Nova casa de dona Doraci.	145
Foto 67 - Casa antiga e casa nova do Camilo.	146
Foto 68 - Vista da casa nova do Camilo.	146
Foto 69 - Antiga casa dona Terezinha, atual casa de ferramentas.	146
Foto 70 - Vista da casa nova da Terezinha e Wilson, ao fundo a antiga casa.	146
Foto 71 - Vista da casa nova, porém inacabada, do Ângelo.	146
Foto 72 - Vista da casa nova não concluída do Roque, ao fundo a casa antiga.	146

Figuras

Figura 1 - Lote do Camilo.	81
Figura 2 - Localização do assentamento no Estado de São Paulo.	103
Figura 3 - Localização do assentamento e seu entorno.	104
Figura 4 - Imagem com desenho dos lotes e identificação dos usos.	105
Figura 5 – Tipologia 3 quartos com banheiro "fora" (3QBF).	107
Figura 6 - Tipologia 3 quartos com banheiro dentro (3QBD).	107
Figura 7 - Localização dos lotes nas agrovilas 1 e 4.	110
Figura 8 - Desenho feito pela auxiliar Angélica em uma das atividades de formação dos jovens.	120
Figura 9 - Desenho feito pela auxiliar Márcia em uma das atividades de formação dos jovens. Espaço coletivo agrovila 4 e localização dos lotes das famílias que participam do mutirão.	123
Figura 10 – Percurso entre dos lotes desenhado pela auxiliar Márcia, aos quais ela dá acompanhamento técnico.	125
Figura 11 - Croqui indicando a ampliação da casa de Pingo.	144
Figura 12 - Croqui de espacialização de usos do lote de Pingo. Acesso principal pela casa antiga e espaço de trabalho e acesso secundário para a nova casa. Remodelação e ampliação da horta.	144

Organogramas

Organograma 1 - Composição da gestão do grupão.	115
---	-----

Tabelas

Tabela 1 - Composição do financiamento.	108
Tabela 2 – Composição dos grupos.	111

Lista de abreviaturas e siglas

BNH - Banco Nacional da Habitação.

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo.

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base.

CEF - Caixa Econômica Federal.

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

ESALQ - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

FEB - Faculdade de Engenharia de Bauru.

FHC - Fernando Henrique Cardoso.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

HABIS - Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade.

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INDA - Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

INTER - Instituto Jurídico de Terras Rurais.

ITESP - Instituto de Terras de São Paulo.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MASTER - Movimento dos trabalhadores sem terra do Rio Grande do Sul.

MC - Ministério das Cidades.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDF - Movimento de Defesa do Favelado.

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONG's - Organizações não governamentais.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PDA - Projeto de Desenvolvimento de Assentamento.

PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária.

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.

PSH-Rural - Programa de Subsídio Habitacional Rural.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária.

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.

ULTABs - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

UNESP – Universidade Estadual Paulista.

USP - Universidade de São Paulo.

Introdução.	17
1 Capítulo 1 - Territorialização do Campesinato no Brasil.	23
1.1. Da Lei de Terras ao Estatuto da Terra: antecedentes históricos e atores políticos.	26
1.2. Estatuto da Terra: seus avanços e entraves.	39
2 Capítulo 2 - As ações no tocante à produção habitacional.	46
2.1. Déficit habitacional no Brasil.	48
2.2. A produção habitacional na política agrícola.	53
2.3 A concepção do Programa de Subsídio Habitacional Rural: diretrizes e implantação.	58
3 Capítulo 3 - A produção da morada camponesa.	63
3.1. A mediação do trabalho do camponês para produção do “mínimo” habitável.	66
3.2. O “habitat” a partir da obtenção do mínimo.	72
3.3. A morada como espaço dotado de valor de uso.	76
3.4. A casa e seu entorno: a casa-quintal.	79
3.5. O sítio camponês.	86
3.6 Ajustamentos e reinvenções camponesas: modo de vida <i>versus</i> modernidade.	89
4 Capítulo 4 - PSH-Rural Fazenda Pirituba: a campesinidade nos meandros do “Grupo das Casas”.	97
4.1. Os sujeitos iniciais do assentamento Fazenda Pirituba.	99
4.2 A “resistência” e “reterritorialização” camponesa - Constituição do Assentamento Fazenda Pirituba.	101
4.3. Localização.	103
4.4. O mutirão.	106
4.4.1. Das relações internas à formação dos grupos.	109

4.4.2. Organização do canteiro.	114
4.5. O mutirão e a vida cotidiana: territorialização do modo de vida nos espaços de agrovilas da Fazenda Pirituba.	118
4.5.1. O lote familiar e a casa/quintal.	126
4.6. O trabalho.	130
4.7. O tempo.	134
4.8. O trabalho e o tempo na produção do adobe.	135
5 Considerações Finais	139
5.1. Por uma construção de políticas habitacionais para o campo.	148
Referências	153

Introdução

Introdução

A pesquisa tem por objetivo analisar a constituição do ambiente construído na área rural, em especial nos assentamentos de reforma agrária. Parte de algumas reflexões durante o acompanhamento da construção de unidades habitacionais vinculadas ao Programa de Subsídio Habitacional Rural - PSH-Rural.

O espaço em análise é o Assentamento Fazenda Pirituba, localizado na região administrativa de Sorocaba, próximo aos municípios de Itapeva e Itararé, Estado de São Paulo. O trabalho de campo se deu mais precisamente nas agrovilas 1 e 4, onde se localizam os lotes das famílias que participaram do processo de construção das moradias. Por se tratar de um assentamento de mais de 20 anos, sendo constituído a partir da Lei de Revisão Agrária do Estado de São Paulo, a Fazenda Pirituba se consolida como um território digno da manifestação camponesa.

Durante esse processo, deparei-me com questões de cunho sociocultural através da observação e da vivência junto com as famílias camponesas. Num primeiro momento, pareceu-me confusa e contraditória a intervenção de técnicos com pouca ou nenhuma formação que contemplasse uma compreensão mais aprofundada do território em questão. Desafio posto, e por ser o campo um local de trabalho distante da formação do arquiteto e urbanista, vi-me primeiramente obrigada a compreender como se deu a territorialização do campesinato no Brasil. Por estar envolvida no processo a partir de um programa habitacional, dediquei-me também a levantar as políticas públicas que contribuíram e contribuem para a definição do desenho do espaço rural brasileiro, bem como os sujeitos ativos nesse processo.

Assim, para o entendimento das questões relativas ao tema da pesquisa, foram necessárias duas abordagens.

A primeira de caráter teórico, que consiste na busca de referências bibliográficas como fonte de argumentação e delineamento da pesquisa. Foi realizado levantamento dos temas relevantes para entendimento de como ocorreu o processo de configuração dos espaços rurais no território brasileiro. Algumas questões pareceram e ainda parecem pertinentes no estudo do campo brasileiro, como quem são os seus sujeitos e como se reproduziram ao longo da história. Como se configura esse território que tem aparentemente veia urbana, seja pelos serviços públicos, seja pelos produtos que invadem as casas, seja também pelo próprio

desenho ortogonal e geométrico que remete à configuração de vilas, mas que, no entanto, se organiza internamente de forma própria, rica de costumes e crenças? O quê, portanto, o faz diverso?

A segunda abordagem foi de caráter empírico, na compreensão de um lugar específico, a Fazenda Pirituba, a partir da observação do existente, do espaço vivido pelos assentados ao longo dos 20 anos de história, bem como na construção do que seria um novo lugar, a nova casa, a aplicação do Programa Habitacional em questão.

No que se refere à pesquisa, a metodologia adotada foi a observação direta da pesquisadora, em entrevistas informais e semi-estruturadas com as famílias beneficiadas pelo PSH-Rural, que no total somam 49, obtendo 42 delas financiamento para construção de novas moradias e 7 para reforma das moradias existentes. A minha relação com as famílias ora permeava a mediação entre técnico e assentado, já que fazia parte da equipe de acompanhamento do mutirão, como pesquisadora curiosa e observadora dos costumes das famílias com quem tive maior proximidade, ora como visita, companheira e amiga nos momentos de descontração fora do período do trabalho, seja nos almoços de final de semana, seja na ceia que se estendia com o café e prosa. Ao todo foram 21 meses de trabalho e vivência, onde se pôde observar a manifestação do modo de vida camponês em diversos momentos, tanto na maneira como se espacializa o cotidiano dessas famílias, ou mesmo em simples falas que revelassem características do campesinato, como na mediação com técnicos para organização do canteiro.

Pode-se identificar, nos meandros da aplicação do programa, o modo de vida camponês, seja na relação com o seu próprio trabalho, com o tempo, a terra, a família e vizinhos, seja ainda na maneira como essas relações se territorializam, como a casa-quintal e o seu entorno, o sítio.

A compreensão da campesinidade no assentamento Fazenda Pirituba surgiu durante a pesquisa como uma das premissas para entender os diversos “ajustes” (e desajustes) presentes na mediação entre saberes. Isso tomou um corpo tão grande durante o processo que me vi desejava de compreender o que se caracterizaria como identidade camponesa, onde esses costumes aparecem, onde recuam, como se ajustam no mutirão e como faz com que o próprio mutirão se ajuste a eles.

O trabalho dividiu-se em duas partes: a primeira parte, que apresenta os capítulos 1 e 2, caracteriza-se pelo registro de algumas questões relevantes. O primeiro registro diz respeito à territorialização no Brasil e às ações políticas no campo brasileiro. O segundo

registro trata da questão habitacional e sua produção dentro da política pública a partir do mutirão e da autogestão, que nasce na cidade e hoje se estende ao atendimento das demandas também no campo, embora ainda timidamente. A segunda parte, referente aos capítulos 3 e 4, primeiramente se caracteriza como um esmiuçamento da cultura e modo de vida camponesa, e em seguida como isso se materializa e se ajusta especificamente diante da aplicação do Programa de Subsídio Habitacional Rural na Fazenda Pirituba.

O **capítulo 1** analisa o campo do território brasileiro, buscando entender, ao longo da história, a sua constituição, transformação e os conflitos e perversidades inerentes nesse processo.

Procura-se fazer um questionamento sobre quem são os sujeitos ativos do campo, os gestores públicos, a elite agrária e, sobretudo, os sujeitos tradicionais, os camponeses.

É também objetivo deste capítulo analisar, nos diferentes tempos desse processo, as ações ou inações do Estado Brasileiro. Quais as leis que regularam e ainda regulam o território.

O **capítulo 2** explana as medidas e políticas que foram e são tomadas para definição do desenho do espaço rural, ou seja, os Planos de Assentamento e as Políticas de Habitação. Procura fazer um registro da questão habitacional no Brasil e sua produção através da constituição dos diversos movimentos de luta por moradia digna que viriam pôr em pauta algumas diretrizes de formulação de programas e política habitacional. Atualiza a demanda por unidades habitacionais no país hoje, tanto no campo como na cidade, e como o Estado tem lidado com essa problemática. Por fim relata sucintamente a concepção do Programa de Subsídio Habitacional Rural, que será novamente abordado no capítulo 4.

O **capítulo 3** tem como objetivo a definição de algumas categorias teóricas.

Em se tratando de espaço rural, é de extrema importância identificar os seus sujeitos, quem é o morador do campo, como ele se insere no seu meio e como se estrutura a sua teia social e territorial. Sobre esse enfoque cabe ressaltar a contribuição de autores como Klaas Woortmann (1990) e Beatriz M. Alasia de Heredia (1979), e ainda, com um olhar mais econômico, Alexander Chayanov (1974).

De fato, a influência da estrutura econômica com base capitalista é o principal agente das transformações da relação entre homem e natureza ou do camponês e o seu território e, nesse bojo, das transformações também espaciais, especialmente das relações entre cidade e campo, ora ditadas por fundamentos do mesmo modo de produção. O urbano

passa a organizar (ou reorganizar) as formas e o ritmo do campo, tanto as formas espaciais como também as formas sociais como a organização do trabalho.

Ao tratar dessas transformações, sugere-se aqui comungar com as definições de Antônio Cândido (2001) e Pierre Bourdieu (1972; 1979), respectivamente, ao falar de “ajustamento” ou “reinvenção criadora” dos agentes em face da inserção no mundo dito moderno.

A definição dessas categorias é de extrema importância para a análise posterior da aplicação do programa. A campesinidade aparece aí como um caminho possível para compreender os “ajustamentos” que ocorreram no decorrer do processo de construção das casas, como mostra o capítulo 4.

O **capítulo 4** aponta, nos meandros de uma Política Pública, a campesinidade presente no grupo de famílias beneficiadas pelo programa de habitação rural, PSH-Rural, do assentamento Fazenda Pirituba.

O processo de construção das casas está dentro de um projeto de extensão universitária intitulado “Projeto Inova Rural”, coordenado pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (Habis) da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos, e conta ainda com a parceria de outras instituições como a Usina – Centro de trabalhos para o ambiente habitado, a ESALQ/USP, FEB/Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

A primeira parte do capítulo trata do processo de ocupação histórica do objeto de estudo, a Fazenda Pirituba, os seus entraves e conflitos iniciais de ocupação e ordenamento territorial, como se posicionaram os sujeitos do campo em delimitação, tentando resgatar as políticas inseridas na região.

Este capítulo procura aprofundar as relações que configuram o território em estudo, especialmente como se espacializa o modo de vida camponês bem como as relações de trabalho do mutirão.

Pretende-se ainda compreender as relações mais delicadas e conflituosas. A compreensão do campesinato, enquanto classe social, e como ele se coloca diante de situações que o definem como tal, são também objetivos aqui presentes.

Sabe-se que uma das características do camponês é a sua consciência de dominação, que se manifesta e se manifestou nas lutas e conflitos ao longo de sua trajetória histórica, como apresenta o capítulo 1.

Assim identificar em que momento ele (o camponês) se reconhece enquanto classe, “burlando” as regras do mutirão das casas e também se colocando diante da coletivização forçada, é imprescindível para compreendê-lo, enquanto sujeito ativo no processo, podendo dessa forma transformá-lo.

Por fim, as **Considerações Finais**. Pretende-se resgatar algumas das questões já colocadas nos capítulos anteriores, procurando inserir reflexões referentes à formulação e produção da habitação rural no Brasil, como se coloca o debate hoje, quais as novas demandas e ações nesse campo. Tem por objetivo também, a partir da experiência vivida no assentamento em estudo, lançar elementos essenciais para serem levados em conta na mediação dessa política.

Capítulo 1

Territorialização do Campesinato no Brasil



Foto Sebastião Salgado

“Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estás mais ancho que estavas no mundo
É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo
É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada não se abre a boca”.

Funeral de um lavrador
Chico Buarque; João Cabral de Mello Neto

Capítulo 1

Territorialização do Campesinato no Brasil

Entender os significados de um determinado território pressupõe uma reflexão consistente do contexto econômico-social de nosso país, do contrário seria como criar um debate sobre o desenho, o cotidiano e a configuração da sua paisagem fora da realidade cultural, política, econômica e social em que estamos inseridos. Por isso fez-se importante neste capítulo resgatar o que podemos chamar de “pano de fundo” para a análise da estrutura agrária hoje, buscando resgatar algumas referências básicas na história que consolida a constituição do território rural brasileiro.

Com esse fim, o presente capítulo apresenta uma reflexão sobre a questão agrária brasileira, tentando compreender as suas transformações, contradições, conflitos e desigualdades, conflitos esses que não são necessariamente do tempo atual, mas que refletem uma história com carregadas marcas do processo de ocupação do nosso território.

Os conflitos aparecem como reflexo das ações ou inações do Estado brasileiro. Assim a preocupação de estar explanando, ainda que minimamente, dois enfoques fundamentais do cenário rural em questão.

O primeiro é um questionamento sobre quem são os atores do campo brasileiro no sentido mais amplo, os gestores públicos, a elite agrária e, sobretudo, os atores tradicionais, os camponeses. Camponês e latifundiário, pequeno e grande produtor, pequeno e grande proprietário, agricultor familiar e os grandes produtores responsáveis pela exportação da produção brasileira, parceiros, posseiros, meeiros, bóias-frias, certamente esses são atores políticos de lutas por uma posição social, lutas que, no decorrer da história, vão estabelecer suas respectivas situações de classe na sociedade brasileira.

Existe um longo debate a respeito do campesinato, sua existência e perspectiva dentro da sociedade capitalista. Conforme Fernandes (2004) esse debate afunila-se na definição de três modelos de interpretação do campesinato. O primeiro do “fim do campesinato”, em que se tem um campesinato em via de extinção, outro do “fim do fim do campesinato”, que entende “a sua existência a partir da sua resistência”, e um terceiro da “metamorfose do campesinato”, que seria o camponês na figura do agricultor familiar.

Sustentada pelas teorias clássicas de Lênin e Kautsky, a corrente do "fim do campesinato" se ancora em duas leituras, a primeira aponta para o caráter de diferenciação do campesinato dentro do sistema capitalista, onde este se dividiria em dois pólos, em camponeses ricos e camponeses pobres, tornando-se assim, respectivamente, capitalista agrícola, aquele que detém as forças produtivas, e pequeno produtor, que estaria fadado à proletarianização, ao assalariamento. Isso significa que, com a renda capitalizada da terra, o camponês passa a ser ou pequeno capitalista ou trabalhador assalariado, inviabilizando dessa forma a agricultura camponesa dentro da agricultura capitalista. A outra leitura do fim do campesinato é que ele simplesmente se inviabiliza perante a supremacia da agricultura capitalista, não tendo capacidade de acompanhar as mudanças que o capitalismo impõe.

A corrente do "fim do fim do campesinato" procura explicar como o campesinato persiste dando condição à sua existência dentro do capitalismo. "Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim". É fato que, para o capitalista, é interessante apropriar-se da renda capitalizada da terra, seja pelo arrendamento da terra aos camponeses, seja por oferecer condições de trabalho nas suas próprias terras. O arrendamento, o trabalho assalariado e as ocupações para retomada da terra são meios de recriação do campesinato dentro das contradições do próprio capitalismo.

Bernardo Mançano Fernandes destaca o caráter destrutivo e também recriador do campesinato, quando, em razão do processo de territorialização do capital, ou seja, onde o capital se instala na agricultura, e depois a desterritorialização do capital pelos movimentos de luta e resistência pela terra, ocorre a sua destruição e recriação, buscando, a partir da formação e atuação política, reconstruir um território autônomo, como veremos adiante.

No Brasil, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, surge a corrente da "metamorfose do campesinato", quando, em tempos de modernidade, especialmente nas duas últimas décadas, o camponês passa a ser agricultor familiar, tendo como fundamento o capitalismo agrário¹.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 2), nesse processo "[...] o agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da pertinácia, e se torna um sujeito

¹ Ricardo Abramovay (1998) trabalha com o conceito de agricultura familiar. Agricultor familiar é aquele altamente integrado ao sistema capitalista, é o bem-sucedido, com laços estreitos com o mercado e com a modernidade, que não pode mais ser explicado pela herança camponesa. José Graziano da Silva (apud OLIVEIRA, 2004) defende a tese de que o campo acabou e da impossibilidade de existência da classe camponesa no sistema capitalista.

conformado com o processo de diferenciação e passa a ser um processo natural do capitalismo”.

A agricultura familiar e o agronegócio só vêm dar uma nova versão ao camponês e ao latifúndio, versão essa que historicamente divide a sociedade brasileira e, no duelo entre essas duas classes, acaba em sua maioria em recuar o território camponês e avançar o capital na agricultura.

O segundo enfoque deste capítulo procura identificar quais têm sido as ações desses sujeitos nos diferentes tempos históricos, desde o marco regulatório da propriedade da terra, a Lei de Terras (BRASIL, 1850), até as ações decorrentes do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964).

Serei um tanto cautelosa em minhas indagações devido à complexidade e abrangência do sistema em que vivemos. Entender a questão agrária pressupõe uma reflexão consistente do contexto econômico-social de nosso país.

É bem verdade que existe uma massa historicamente expropriada que vaga por esse Brasil. Tanto do campo para a cidade como da cidade para o campo. Em um momento de extrema densidade urbana, faz-se necessária a retomada histórica desses fluxos, de modo a compreender, a partir do campo, o processo de formação do território nacional.

Para tanto, é necessário encarar a propriedade da terra como uma relação não só econômica e social, onde se estabelecem trocas, conflitos, movimentos, contradições, mas principalmente encarar a propriedade, tanto rural quanto urbana, como uma relação de domínio, tanto político-territorial, de um determinado lugar, região, país, quanto social, determinado por respectivas situações de classe.

Sobre esse cenário, seus atores e gestores, é que se pretende discorrer neste momento.

1.1 Da Lei de Terras ao Estatuto da Terra: antecedentes históricos e atores políticos

A questão agrária, como definem os intelectuais do campo, é um termo utilizado a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, onde se reproduzem as relações capitalistas de produção no campo. Dentro de um território desigual e contraditório, onde a essência é a reprodução ampliada do capital, os problemas e conflitos, nessa área, estão hoje

intimamente ligados à questão da propriedade da terra, que é o cerne da questão, sobretudo a sua concentração.

De acordo com Oliveira (1986, p. 79), “O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra”.

Num país onde não existem um controle ou um limite fundiários que sejam justos, e o Estado é, historicamente, controlado pelos interesses da elite rural brasileira², as políticas públicas ficam a desejar. São raras as políticas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura camponesa, com crédito e subsídio. O que se vê é a territorialização da agricultura capitalista. Assim, quando um território se expande, o outro tende a recuar, e esse processo acaba por expropriar o território do camponês.

Mesmo instituições de pesquisas que teriam o papel de formular políticas de acesso à terra, contribuem com o progresso do “Brasil que dá certo”, muito presente na mídia atual, favorecendo uma pequena parcela endinheirada do país. Hoje, o “agronegócio” avança principalmente nas áreas do cerrado. E é impressionante a maneira como a paisagem se transforma com a entrada do capital no campo.

O sistema de acumulação de capital beneficia apenas o grande proprietário e torna-se incapaz de dar ao camponês, ao pequeno produtor, as condições mínimas de morar e trabalhar a terra.

Políticas públicas, reformas, são medidas capazes apenas de suavizar o processo historicamente desigual de uso do território. Reforma Agrária é quando se procura modificar a estrutura da terra, porém via Estado. O Estado é o interventor. No entanto, no Estado Brasileiro, a questão agrária só entra em pauta quando existe a atuação dos movimentos sociais.

A expansão do capital no campo intensifica o processo de “destruição” do campesinato, com o grande número de migrações do campo para a cidade, mas também o processo de “resistência” do campesinato, onde a ausência de ações e medidas do governo para manter a população no campo incentiva os movimentos sociais a fazerem a pressão política, por meio de ocupações, marchas e greves.

² Salvo quando pressionadas pelos movimentos sociais, como veremos no decorrer do trabalho.

Assim, analisando o processo de constituição do território nacional, tem-se, primeiro, a territorialização camponesa, ou seja, o primeiro processo de ocupação do território por posseiros; segundo, a desterritorialização, quer dizer, a tomada do território camponês e a apropriação capitalizada da terra por grandes proprietários; e, por fim, a reterritorialização, que são camponeses em movimentos sociais organizados, a partir da tomada de consciência de classe, para a retomada da terra através da sua ocupação, quando se desterritorializa o território capitalista e reterritorializa-se o modo de vida camponês.

É bem verdade que a luta por direito à liberdade e à ocupação do campo não é exclusivamente do tempo atual.

A luta campesina tem raízes históricas. Desde os povos indígenas, que lutam até hoje por seu espaço no território nacional, os escravos, que antes mesmo de trabalhadores eram mercadorias e buscavam a construção de um espaço autônomo e de um território chamado liberdade, os Quilombos, até as famosas barbáries da guerra de Canudos, na Bahia, e da guerra do Contestado, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, onde morreram respectivamente cinco e três mil pessoas.

Em “Os camponeses e a política no Brasil”, José de Souza Martins (1981), ao reconstituir as origens sociais do campesinato tradicional, resgata desde os índios, que viam a terra como bem comum, até os mestiços, passando pelos escravos e os excluídos pelo morgadio, estes já constituindo a massa de empobrecidos e excluídos do direito de propriedade, configurando assim os que tinham e os que não tinham direitos.

Quanto à estrutura de poder, a participação desses camponeses estava longe de ser consumada, por serem pobres, pois havia enorme restrição política, uma vez que a Constituição de 1824 (BRASIL, 1824) estabelecia certa ordem econômica para ser eleitor ou elegível.

A questão agrária ou o problema agrário está intimamente ligado a um fato crucial e gerador desses conflitos que é a propriedade da terra. E, para compreender esse processo, é fundamental analisar o papel do Estado, suas ações e medidas referentes ao campesinato.

Grande marco na capitalização da terra é a promulgação da Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, a primeira Lei de Terras no Brasil (BRASIL, 1850), que:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II.

É nesse momento que a terra é instituída como propriedade e só pode ser adquirida através da compra³.

Na substituição do regime de sesmarias, a Lei de Terras consolidava um novo e excludente regime fundiário, no qual só poderia ser considerado proprietário de terra aquele que legalizasse sua propriedade, ou seja, pagando uma quantia em dinheiro para a Coroa.

A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses e, de acordo com o artigo 1º., estabelecia que: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra [...]” (BRASIL, 1850).

Coincidência ou não, a Lei de Terras é aprovada num momento de forte tensão e luta dos escravos que fugiam em busca de territórios livres, onde formavam os Quilombos, e ainda pela grande pressão do Governo Inglês para findar o tráfico negreiro da África para o Brasil, também em 1850.

Posteriormente, a Abolição da Escravatura em 1888 acenava com a liberdade, porém concedida em termos. Com o fim do trabalho escravo e o advento do trabalho livre, muitos escravos, por falta de renda para efetivar a compra e trabalhar a terra, continuaram a manter a economia das fazendas.

Vale destacar também a abertura de correntes migratórias de europeus, sobretudo italianos, alemães, espanhóis. Migrantes, em busca do sonho de terra livre, deparam com o monopólio das terras brasileiras. Se, por um lado, o governo abre os portos para a migração, por outro, impõe um preço oneroso para o sonho da terra livre.

O campesinato, nesse momento apresenta outra característica, passa a ser “livre”, pois se liberta do regime de sesmária e dependência do sesmeiro, porém fica dependente do mercado, onde a terra se converte em mercadoria e, para produzir e trabalhar nela, é preciso efetivar a sua compra.

³ Ellen Woortmann (1981, p. 58), em seu estudo de caso no Sergipe, relata que antes o padrão de ocupação e transmissão da terra se dava a partir de estruturas de parentesco, da posse comunal e não a partir da compra

De acordo com Martins (1981, p. 63), se antes “[...] o fundamento da dominação e da exploração era o escravo, agora, passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que traz para o confronto direto, camponeses e fazendeiros”.

O camponês, mediante trabalho árduo, sonhava em um dia acumular o suficiente para ter a posse definitiva da terra.

Posseiros passam a trabalhar a terra em parceria com os fazendeiros, que detinham o título de propriedade da terra. Estes exploravam parte da produção, do tempo e da força de trabalho do pequeno agricultor. É bem verdade que a parceria e o arrendamento muito interessam ao fazendeiro, já que o arrendatário (pequeno produtor) é quem faz o serviço de derrubar a mata, preparar a terra, cultivar e depois entregar ao proprietário, que recebe a terra renovada e adubada.

Mantendo, dessa forma, uma relação capitalista clara nas relações de trabalho, o emprego da mão-de-obra externa, ou seja, do trabalho assalariado em grandes propriedades rurais aparece para o campesinato como alternativa possível de trabalho na terra e reprodução da família camponesa, embora seja visto por ele como a negação da autonomia, pois nega a condição de dono do trabalho. Para os camponeses, o trabalho assalariado é visto como sujeição, cativoiro⁴.

Com a Constituição de 1891 (BRASIL, 1891), as terras devolutas são transferidas para os Estados-membros. A necessidade de regularizar os limites das fazendasurgia, no sentido de se abrirem para o mercado da especulação imobiliária. “Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização, interessadas na especulação imobiliária” (MARTINS, 1981, p. 43).

Paralelamente, um olhar sobre o solo urbano nesse período mostra os reflexos da abolição da escravatura, em 1888, da expansão cafeeira, especialmente no Sudeste do país, e do grande índice de imigração, sobretudo nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, fazendo com que sofressem transformações, não só em seu território, recebendo parte da população sem perspectiva no campo, como também em sua administração, pois ações de “limpeza urbana” eram tidas como necessárias naquela época.

individual como propunha a Lei de Terras, e ainda a instituição da lei causou certo assombro das autoridades locais, pois a compra se deu a partir de um mercado de terras que era ainda inexistente na região.

⁴ Discorrerei com mais profundidade o sentido de trabalho para o camponês no capítulo 3.

Datam desse período as primeiras referências legais sobre os cortiços, tipo de habitação precária, que consolidavam como forma de moradia barata em cidades com o mercado imobiliário também em explosão.

No município de São Paulo, por exemplo, o crescimento acelerado da população fez com que a cidade se preocupasse com as possíveis conseqüências na configuração do seu espaço urbano. Dessa forma, em 6 de outubro de 1886, foi aprovado o Código de Posturas Municipais de São Paulo, um dos pioneiros na compilação de diretrizes urbanísticas no país.

Ações excludentes e sanitaristas contra a “mendicância” emergem nos núcleos urbanos. Era necessário limpar toda a sujeira da cidade, acabar com tudo que pudesse “ameaçar” o bem-estar da população.

O Padrão Municipal, de 11 de agosto de 1886, do Município de São Paulo, menciona em seu título 6, que trata de cortiços, casas operárias e cubículos, que “[...] a construção destas casas, quer ao longo das ruas, praças, etc., quer dentro de terrenos particulares, é inteiramente proibida no perímetro do comércio” (SÃO PAULO, 1886).

É também nesse período de migrações para as cidades que começam a surgir as favelas⁵. No Rio de Janeiro, apesar de as primeiras reflexões sobre favelas surgirem a partir da década de 40, quando o Rio já contava com 105 núcleos de favela, o primeiro registro foi em 1897. De acordo com Laura Bueno (2000), os soldados que voltavam da guerra de Canudos receberam permissão para ocupar, provisoriamente, o Morro da Providência, que passou a receber o nome de Morro da Favela, como referência a um arbusto abundante no sertão de Canudos. Daí o nome Favela.

A capitalização da terra, instituída pela Lei de Terras (BRASIL, 1850), a sujeição do trabalho do camponês em grandes propriedades e o número crescente de fluxos migratórios para a área urbana são fatos que movimentam as organizações no campo, momento em que as tensões se acirram, e os espaços políticos da luta e resistência no campo começam a ser demarcados.

Conforme Martins (1981, p. 50): “As lutas camponesas dessa quadra [final do séc. XIX, início do XX] são caracteristicamente constituídas pelos movimentos messiânicos e pelo banditismo”.

⁵ Ver capítulo 2.

Guerra de Canudos, de 1896 a 1897, no sertão da Bahia. Na busca de território livre para a sua produção, um grupo liderado por Antônio Conselheiro, após percorrer por longos anos vários estados do Nordeste, se estabeleceu em uma fazenda abandonada, vindo a constituir o povoado de Belo Monte, com mais de 30 mil habitantes. A Guerra de Canudos foi o desdobramento da disputa entre coronéis e sertanejos, fortemente reprimida pelo Exército, findando-se com pelo menos cinco mil mortos.

Do banditismo, além da figura de Lampião, vale destacar Antônio Silvino, que atacava fazendas e casas de comércio, nunca trabalhadores pobres e camponeses: “[...] é significativo que na lista dos lugares atacados pelo sertanejo Antônio Silvino predominassem as localidades mais ricas e agrícolas do Agreste e da Mata ou Litoral, [...] o sentido da sua luta, as linhas divisórias do seu mundo eram linhas de classe” (MARTINS, 1981, p. 61).

O “cativeiro” do homem que, impedido de trabalhar na terra, desafiava e contestava a ordem instituída pela propriedade, se espraiava de forma significativa nas regiões brasileiras. Salvaguardando as particularidades de cada região, esses movimentos são muitos parecidos entre si.

Até os anos 40 do século 20, o movimento messiânico e o cangaço eram formas de organização e manifestação política camponesa. A partir de 50, as Ligas Camponesas, o sindicato e outros diversos movimentos surgiram no país.

Trombas e Formoso são exemplos marcantes da resistência dos camponeses nesse período. Esses dois povoados localizados perto do município de Uruaçu, em Goiás, tiveram suas terras valorizadas com a estrada Transbrasiliana, parte da futura Rodovia Belém-Brasília.

As terras devolutas, ocupadas já por aproximadamente três mil famílias, foram griladas por fazendeiros, inclusive autoridades constituídas. Diante da enorme resistência dos camponeses, estes receberam diversas propostas, desde o pagamento das benfeitorias na terra, até tentativas de se transformarem em parceiros dos grileiros, muito comum nesses processos.

Em 1954, quatro membros do Partido Comunista foram enviados para a região.

A partir de então os camponeses se organizaram em Conselhos de Córregos, desenvolveram o trabalho coletivo do mutirão nos momentos de tensão mais aguda, para permitir que grupos de camponeses armassem guarda contra ataques de jagunços e da polícia, e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representá-los e organizá-los, para obtenção da propriedade da terra (MARTINS, 1981, p.72).

Foi constituído um território liberto, de certa forma com governo próprio, que viria consolidar-se como governo popular com a criação do Município de Formoso. No entanto esse território utópico se desmantelou, alguns anos depois do golpe de 64, com a entrada do Exército. Seus líderes haviam fugido e, posteriormente, torturados e assassinados.

Entre 1945 e 1947, deu-se o surgimento das primeiras Ligas Camponesas. Na década de 50, elas ressurgem e se expandem para mais de 16 Estados Membros.

Contando de início com o apoio do Partido Comunista, as Ligas Camponesas foram criadas em quase todo o país, congregando mais de dezenas de milhares de camponeses. As Ligas no Estado de Pernambuco eram muito fortes e rapidamente se espalharam pelo Nordeste, organizando foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários.

Em um momento de forte sindicalização rural, com discussão das leis trabalhistas no campo, as Ligas Camponesas defendiam a Reforma Agrária Radical, “na Lei ou na Marra”, de modo a acabar de vez com o monopólio de classe sobre a terra e um projeto de Revolução Camponesa, onde, conforme Martins (1981, p. 89), “[...] a reforma só seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade”, e não a penetração do capitalismo no campo, fazendo crescer o número de camponeses proletariados. Resistiam e passaram a realizar ocupações.

Conforme Fernandes (2000, p. 33), “[...] as Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiam à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento”.

Sob influências de organizações políticas, novos movimentos e organizações se fundaram. Em 1954, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), instituiu-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTABs) de modo a “[...] criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e camponeses” (FERNANDES, 2000, p.34).

Também se desenvolve nesse período, final da década de 50, o Movimento dos trabalhadores sem terra do Rio Grande do Sul (Master), dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1962, o Master passou a efetivar ocupações, diferentemente das Ligas Camponesas, que faziam manifestações para ficar na terra. O Master organizava as ocupações para entrar na terra.

Duas eram as posições defendidas por aqueles que lutavam pela terra. A da “Reforma Agrária Radical” e a que defendia a proletarização do campo.

No Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, marco na história da formação camponesa no Brasil, onde estavam presentes 1400 trabalhadores, sendo 50 delegados do Master e 215 delegados das Ligas Camponesas, foi defendida claramente a proposta de Reforma Agrária Radical. Já as propostas do PCB atendiam aos assalariados rurais, de modo a desenvolver a legislação trabalhista, a sindicalização, o acesso à previdência etc.

Organizaram-se também diversas pastorais da ala mais progressista da Igreja Católica, lideradas pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formando o Movimento de Educação de Base, que teve a participação do educador Paulo Freire, trabalhando a educação e a formação política dos camponeses.

Enfim, são longas e excitantes as histórias de lutas e resistências dos camponeses no território brasileiro, algumas bem-sucedidas e a maioria delas nem tanto. É importante resgatar esses momentos para que se possa compreender o movimento do campo hoje, onde a gênese da contradição está enraizada nesses atores políticos em seus respectivos tempos históricos.

Toda essa efervescência social, mais intensa no período de 1940 a 1964, teve algumas repercussões nas ações políticas. Na assembléia constituinte de 1946, pela primeira vez, se questiona institucionalmente a necessidade de efetivar a reforma agrária e se problematiza a concentração de terra. A proposta do projeto de reforma agrária foi apresentada pelo senador Luís Carlos Prestes, que, obviamente, foi derrubada pela maioria conservadora.

Em 1962, no governo de João Goulart, foi criada a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que teria a finalidade de efetivar o processo de distribuição de terra.

Data desse período também a regulamentação da sindicalização rural. De certa forma institucionalizar as organizações facilitaria ao governo ter maior controle sobre o movimento do campo. Em 1963, foi criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Nesse período, os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram aumento significativo.

No Estado de São Paulo, em particular no governo de Carvalho Pinto, uma nova lei foi publicada nesse período, denominada Lei de Revisão Agrária nº. 5.994, de 30 de dezembro de 1960. A lei estabelecia “[...] normas à exploração racional e econômica da

propriedade rural”, possibilitando o assentamento de camponeses sem terra em áreas públicas ou em áreas privadas subutilizadas, mediante a compra pelo Governo do Estado (BOMBARDI, 2005)⁶.

Em um comício histórico, João Goulart anunciou no Rio de Janeiro, em 1964, em frente à Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, que faria a Reforma Agrária. Após exatamente 18 dias estava consumado o Golpe que o destituiu do cargo de Presidente da República.

Com o Golpe de 1964 e ainda a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, dando importância ao trabalhador assalariado rural em relação ao camponês, houve um processo de esvaziamento das Ligas Camponesas.

A partir daí, iniciou-se um movimento forte de perseguição aos líderes que lutavam pela terra, marcando o processo de caça às lideranças, e o projeto de reforma agrária foi implodido, caiu por terra. No período militar a palavra de ordem "Reforma Agrária" era proibida.

Foi enviado ao Congresso, pelo então governo do Mal. Castelo Branco, pautado pelas orientações norte-americanas expressas na política da Aliança para o Progresso, o Estatuto da Terra, com a compilação de normas que, de certa forma, vinham para acalmar as tensões no campo, sobretudo as reivindicações dos movimentos pré-64.

A Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, ou seja o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), foi um avanço para a época, apesar de não colocar em pauta a questão da propriedade e acumulação de terra. Em seu artigo primeiro, estabelece “[...] os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”.

Tal Estatuto considera como “Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. E ainda por “Política Agrícola” entende-se como “[...] o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias” (BRASIL, 1964)⁷.

⁶ Nesse trabalho a autora relata as experiências da referida lei no Estado de São Paulo.

⁷ Estatuto da Terra. Artigo 1º., incisos 1º. e 2º.

O artigo 4º. traz a definição de algumas categorias como imóvel e módulo rural, propriedade familiar, minifúndio, latifúndio e empresa rural. Como propriedade familiar, o Estatuto define como “[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros”; como minifúndio o “[...] imóvel rural de área e possibilidade inferiores às da propriedade familiar” (BRASIL, 1964).

O Título II, que trata da Reforma Agrária, em seu Art.16, afirma que “[...] a Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964).

Já em 1965, o Supra foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA). Conforme o Estatuto da Terra, fica delegada a estes órgãos a competência de promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização e coordenar a execução da reforma. Posteriormente, em 1970, esses órgãos foram substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), hoje vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

“O Estatuto estabelece como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das terras novas, mediante remoção e assentamento de lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas de tensão” (MARTINS, 1981, p. 96).

Os anos de 1965 a 1985 foram marcados por uma política de desenvolvimento agropecuário, implantada pelo governo militar, em que a ocupação do território nacional foi incentivada pela abertura de rodovias que cortavam o interior do país, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho.

Hoje, com a expressiva produção de soja, volta à tona essa discussão, de modo a finalizar as obras e escoar o produto para portos internacionais. Em Santarém, cem Organizações não governamentais -ONG's foram criadas tendo como preocupação a esperada especulação fundiária em torno da rodovia e conseqüentemente com o futuro da população ribeirinha e das comunidades indígenas, visto que a atuação dos órgãos federais é praticamente inexistente nessa região.

Ainda em 1967, naquele contexto, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o objetivo de priorizar a política de integração da Amazônia, mudando dessa forma o foco das tensões sociais e fundiárias para o Nordeste, as quais poderiam ser resolvidas na Amazônia.

A “terra sem homens” deveria ser ocupada por “homens sem terra”. Infelizmente, essa ocupação no Norte e Centro-Oeste, incentivada por políticas de incentivos fiscais, foi feita praticamente por grandes empresas.

Se, por um lado, a territorialização desses grandes grupos econômicos era incentivada pela isenção dos impostos, subsidiada pela própria sociedade, que se priva da destinação desses recursos alocados em favor de bens e serviços públicos, por outro, inexistia qualquer política de subsídio para a instalação dos camponeses.

A partir de 1973, quando essa política de desenvolvimento agropecuário se intensifica, acentuando a concentração de terras e a expulsão do homem do campo, é que os conflitos em torno da terra se multiplicam.

Em 1975, a Igreja Católica, à luz da Teologia da Libertação, muito atuante nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e começa o trabalho de mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais, especialmente na Amazônia, onde os índices de violência no campo chegam a números exorbitantes. Em 1976/1977, a Igreja Católica lança também programas de Pastorais às Favelas em algumas capitais brasileiras.

Durante o regime militar as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram espaços de socialização política e de reflexão para a transformação da sociedade. Conforme o cadastro da CPT, em 1979, foram registrados 715 conflitos, sendo que 88% datam a partir de 1973 (FERNANDES, 2000, p. 24).

Durante as duas décadas em que os militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifundiários. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, a partir de incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola [...] Do outro lado reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política (FERNANDES, 2000).

Realizaram, dessa maneira, a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, aniquilando os movimentos e as organizações de luta no campo.

Foram registrados, no período de 1964 a 1985, 1106 mortos em conflitos no campo no país, com uma grande concentração na Zona da Mata Nordestina, justamente onde nasceram as Ligas Camponesas, entre os anos de 1964 e 1973, registrando-se quase 40% dos mortos do total nessa região. Na região do Pará foram registrados, nesse período, 9% dos mortos em conflito (OLIVEIRA, 2002, p. 27 et seq.).

No período de 1974 a 1983, foi detectado um alastramento da violência no campo por todo o território brasileiro. Comparando os mapas dos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM e os mapas dos conflitos por terra, organizados por Ariovaldo Oliveira (2002, p.35-36) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), constata-se, a partir da sobreposição, a concentração da instalação dos projetos agropecuários, com o maior número de mortos em conflitos por terra no país especialmente nos Estados do Maranhão, Pará e extremo norte de Goiás, posteriormente estado do Tocantins.

De acordo com Martins (data apud FERNANDES, 2000), “[...] durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos de terra”. Em 1980 foram expedidos 30 decretos de desapropriações de propriedades territoriais por interesse social para fim de reforma agrária.

No final da década de 70, o número de ocupação de terra no campo aumentou em diversas regiões do país, surgindo inúmeros movimentos sociais. Dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Nesse período, datam os primeiros assentamentos de Reforma Agrária implantados pelos respectivos órgãos do Governo Federal, especialmente no ano de 1984.

É quando finda o governo militar, no momento do ressurgimento da vida associativa e o esboço da rearticulação partidária, de redemocratização do país, com a emergência de lutas tanto no campo como na cidade, que se acende o debate político sobre a Reforma Agrária e também a Reforma Urbana.

No campo urbano, os movimentos reivindicatórios emergem e se multiplicam na periferia, lutas urbanas por creches, saúde, moradia, lutas sindicais marcam esse período reivindicando seus direitos e melhores condições de vida nas cidades.

No campo, a gênese do MST data também desse contexto histórico e político brasileiro, no meio das manifestações e reivindicações contra a expropriação no campo, quando, em 1979, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Nos dias 21 a 24

de janeiro de 1984, foi realizado em Cascavel, Paraná, o Primeiro Encontro Nacional, período em que foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os sem-terra são camponeses expropriados pela terra, ou com pouca terra, os assalariados e desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual do desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema da propriedade, lutam contra o modelo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa em nome da justiça (MARTINS, data apud FERNANDES, 2000).

Sem dúvida, nessa virada de século, o MST é um dos movimentos sociais mais articulados politicamente no Brasil.

1.2 Estatuto da Terra: seus avanços e entraves

Apesar de o Estatuto da Terra datar de 1964, a Reforma Agrária só virou plano depois de 20 anos, em 1985, durante o governo de José Sarney, com o I Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA, em 10 de outubro de 1985.

Também nesse ano foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD.

No entanto o I PNRA era extremamente modesto e, conforme Ariovaldo U. Oliveira (2002), trazia distorções no cumprimento do Estatuto da Terra, pois declarava que sempre que possível deveriam ser evitadas as desapropriações de latifúndios. As metas de desapropriações e assentamentos eram muito acanhadas.

O PNRA anunciava, em 1986, como previsão de área para assentamento referente a 1985/1986 um total de 4.620.000 hectares, o que daria para assentar 150.000 famílias. No entanto apenas 1.078.793 hectares de área foram desapropriados, somente 23% do previsto, sendo tão-somente 258.907 hectares destinados para projetos de assentamentos, significando 5% do total previsto no plano, quando foram assentadas apenas 5,8% das famílias, ou seja, 7.966 (OLIVEIRA, 2002, p. 97).

No segundo ano, apenas 10% do previsto no plano foi implantado.

Os movimentos do campo, a Igreja, partidos políticos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vislumbraram a possibilidade de efetivação do Plano, porém, por desarticulações do Governo e sucessivas trocas de ministros e presidentes do INCRA, esse não saiu do papel. Em 1987, o INCRA foi extinto e se criou o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER). Isso, de certa forma, enfraqueceu a administração e travancou o processo de efetivação do plano.

Em 1987, Sarney reduz a previsão de 1,4 milhões de famílias que deveriam ser assentadas até 1991 para 1 milhão, e a área total prevista passa para 30 milhões de hectares. Isso nada mais é do que o reflexo da falta de vontade política e da pressão dos latifundiários, sobretudo da União Democrática Ruralista - UDR, nascida em 1985, para controlar seus interesses e manter a estrutura concentrada de terras no país.

O próximo ano é marcante, tanto para as lutas rurais quanto para as lutas urbanas⁸. É o ano da Constituinte. A Constituição de 1988, em seu título referente à “Ordem Econômica e Financeira”, estabelece que, tanto para a área urbana quanto para a área rural, a propriedade deve cumprir a sua função social (BRASIL, 1988).

O capítulo II, referente à “Política Urbana”, tem “[...] por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. E no capítulo III, referente à “Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, o seu artigo 184 estabelece que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos de dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de emissão, e cuja definição será definida por lei (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 estabelece normas menos abrangentes que o Estatuto da Terra. Além de criar bloqueios institucionais, ela apresenta dualidade nas suas disposições. Se por um lado garante a função social da propriedade, por outro introduz o direito de propriedade e ainda coloca que terras produtivas não devem ser desapropriadas, ou seja, mais uma vez a questão da concentração da terra não é colocada, ficando a cargo do governo estabelecer a sua distribuição.

⁸ A respeito da luta urbana, veremos no capítulo 2 a repercussão sobre a questão habitacional.

Conforme o seu artigo 185, a propriedade produtiva e a pequena e média propriedades rurais são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, esta última desde que a família não possua outra.

A respeito da função social da propriedade, a Constituição vem reafirmar os requisitos que o Estatuto da Terra já esboçava em seu artigo 2º, capítulo I, título I. Assim a Constituição, em seu artigo 186, determina que está de acordo com a função social a propriedade que atende, simultaneamente, às seguintes condições:

I- aproveitamento racional e adequado; II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Logo após a aprovação da Constituição, foi determinada a recriação do INCRA, em 1989, quando o MIRAD foi extinto. Ou seja, uma completa desestruturação dos órgãos que deveriam efetivar a Reforma Agrária. Estratégico ou não, o fato é que o governo da Nova República cumpriu apenas 6,4% das metas previstas no I Plano Nacional da Reforma Agrária.

Em termos gerais, o governo da Nova República cumpriu menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo primeiro PNRA. Estava comprovada assim a intenção demagógica e populista do Governo Sarney com relação à reforma Agrária e mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do país a política agrária ditada pelos latifundiários organizados na UDR (OLIVEIRA, 2002, p. 103)

De 88 a 93, foi publicada a Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nos próximos anos, a reforma agrária caminhou em passos lentos e inexpressivos, o número de desapropriações também foi mínimo. Esse quadro foi ainda agravado com a aprovação da Lei nº. 8.629, que claramente exclui do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem for identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por ocupação de terra (BRASIL, 1988)⁹. Tal fato intimida

⁹ Art. 2º, Inciso 7.

que os movimentos de luta pela terra pressionem o governo para desapropriação de terras para fim da reforma agrária.

Nas gestões de Collor e Itamar Franco, o INCRA divulgou o assentamento de menos de 50 mil famílias.

A década de 90 foi marcada pelo surgimento de diversos movimentos autônomos, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (Acre), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento das Quebradeiras de Coco no Maranhão. Atualmente o Brasil conta com 69 movimentos camponeses, alguns isolados, outros de grande expressão política, como é o caso do MST.

Em 1995, assumia a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso (FHC). A política de governo deste presidente pretendia “[...] enfrentar essa questão (a reforma agrária), com vontade política e decisão, dentro dos princípios da lei e da ordem. Com a meta de aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir cem mil famílias no último ano de seu governo”. Suas medidas eram “[...] executar a reforma agrária estabelecida pela Constituição, com paz e justiça, adotar uma política agrária realista e responsável, com o assentamento de quarenta mil famílias no primeiro ano; sessenta mil no segundo ano; oitenta mil no terceiro ano e cem mil no quarto ano (OLIVEIRA, 2002, p. 106).

No início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma retomada das ocupações de terras brasileiras, não mais efetivadas pelas Ligas Camponesas da década de 50 e 60, mas reinventadas pelo MST. De 1987 a 1994, o número de ocupações passou de 67 para 118. Alguns massacres marcantes datam desse período, como o massacre de Corumbiara, em 1995, no Estado de Rondônia, e o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Estado do Pará.

Na segunda gestão do governo FHC, foi implantada uma política de crédito fundiário denominada Cédula de Terra, posteriormente, Banco da Terra. Foi, de fato, uma intervenção na questão da luta pela terra por meio da política econômica, transferindo, dessa forma, o problema de distribuição de terra e da questão agrária para uma questão que se resolveria no mercado, o mercado de terras. O Banco da Terra nada mais é do que a reforma agrária de mercado, a negociação se limita ao contrato de compra e venda da terra. Essa ação diminuía o poder de negociação e reivindicação dos trabalhadores sem-terra.

O governo Luís Inácio Lula da Silva (Lula) apresentou em novembro de 2003, início da 1ª. gestão, na Conferência da Terra, realizada em Brasília, o II Plano Nacional da Reforma Agrária. E suas metas eram, para até o final de 2006, assentar 400 mil novas famílias, 130 mil famílias teriam acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquiririam estabilidade na terra com a regularização fundiária. Seria mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados.

O presidente do INCRA (gestão 2002-2006), Rolf Hackbart, afirmou que a reforma agrária “[...] é o conjunto de medidas que visa promover, mediante a redistribuição da propriedade e do uso da terra, acompanhada de políticas públicas, federais, estaduais, e municipais, de apoio à produção, comercialização, educação, saúde e habitação, a integração do assentamento no mundo dos direitos” (HACKBART, Rolf, 2004).

Entretanto, já no final de 2004, a meta prevista no II PNRA já se mostrava obsoleta diante dos dados. Para o ano de 2003, a proposta do plano era assentar 60 mil famílias, no entanto apenas 36,8 mil foram assentadas. No primeiro semestre de 2004, a meta era assentar 47 mil famílias e até o final do ano mais 115 mil. Foram assentadas somente 63,7 mil famílias (HACKBART, Rolf, 2004).

Foram anunciados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 30 de janeiro de 2007, novos números que totalizam a soma alcançada no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). A meta do II PNRA de efetivar o assentamento de 400 mil famílias foi quase alcançada. Conforme dados oficiais, o governo conseguiu assentar 381 mil trabalhadores rurais sem terra, equivalente a 95,3% do previsto. No entanto esse número está sendo contestado por entidades ligadas à questão da reforma agrária. O que o governo chamou de “recorde histórico” na política de reforma agrária parece ter sido alterado e “engordado”. A quantidade de famílias divulgadas não se refere à quantia assentada, mas à somatória de diversas ações durante o governo, inclusive de regularização fundiária de quem já estava na terra.

Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), “Esse dado (divulgado pelo governo) aponta a soma dos números de regularização fundiária, reordenação fundiária, novos assentamentos e reassentamento de famílias atingidas por barragens”. Oliveira ainda destaca que, das 381 mil famílias divulgadas oficialmente pelo governo, de fato apenas foram assentadas 83.359 famílias por meio de novos assentamentos, 85.052 por meio de

regularização fundiária, 80.304 por reordenação e 1.670 por meio de reassentamentos, totalizando 250.385 famílias beneficiadas (2007)¹⁰.

O 2º. Plano Nacional previa o assentamento de 400 mil novas famílias, a regularização da situação de outras 500 mil já instaladas em assentamentos e posses e mais o atendimento de outras 130 mil, pelo Programa Nacional de Crédito e Combate à Pobreza Rural. No total seriam 1.030.000 famílias atendidas [...] O governo não conseguiu cumprir nenhuma dessas metas e, para inflar o resultado final, misturou tudo, chegando a esse número de 381.419 famílias. Isso representa menos de 40% da meta prevista (CARALO, 2007).

Como se percebe, mesmo na gestão do Lula, a reforma agrária sofre certa morosidade no que se refere à sua efetivação de fato. Após a aprovação do Estatuto da Terra, há 40 anos, pouco ou quase nada foi feito para que de fato se concretizasse a Reforma Agrária. As ações estão muito aquém do que fixava o Estatuto e ainda muito mais aquém, de fato, do que reivindica a população que mora e trabalha na terra.

Enfim o que permeia toda essa discussão da questão agrária é o que realmente foi feito pelos agentes políticos em todo esse período na tentativa de efetivação da reforma agrária. Políticas, programas e projetos evidentemente não resolvem a extrema desigualdade na distribuição de terra no Brasil, mas podem suavizar e amenizar, desde que se destine recurso para isso.

Em um país onde a terra é objeto de reserva de valor ou objeto de especulação, as políticas públicas deixam a desejar, e o debate da Reforma Agrária fica extremamente prejudicado. O que se vê são pequenas ações que, de modo algum, mudam a estrutura fundiária do Brasil.

Parte do território capitalista é pautado pela monocultura de produtos agrícolas de exportação, o que denota a apropriação e o aprisionamento das terras do território nacional. A grande corrente do agronegócio que vem disputando nos últimos anos com mais intensidade o fundo público nada mais é do que uma nova versão do latifúndio.

A Lei de Terras (BRASIL, 1850), como visto, foi um grande marco nesse processo. Além de transformar a terra em mercadoria, deu a ela um caráter rentista à

¹⁰ Conforme pesquisa elaborada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de janeiro de 2003 a 31 de julho de 2006. Os dados foram divulgados em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato no dia 8 fev. 2007.

propriedade, tornando-se, dessa forma, na trajetória brasileira um marco latifundista. A terra, enquanto renda, não exclui o capital, mas sim o incorpora.

O país possui uma área total de 850 milhões de hectares, onde as propriedades com até 100ha representam 86,3% do número de imóveis rurais e 19,7% da área. No outro extremo, propriedades acima de 1.000 hectares, representam 1,6% do total imobiliário rural e 46% da área agrícola.

É nesse contexto que moram os conflitos agrários do país, no atual *status quo* as políticas até então foram e são de assentamentos, não de reforma agrária.

Por faltar política pública séria e efetiva a respeito, as cidades continuam recebendo grande número de trabalhadores que saem do campo na esperança de melhores atendimentos de saúde, educação, condições de vida digna.

Nessa dialética cidade-campo, faz-se necessária a reflexão sobre o campo, a partir do campo. É fato que na cidade se encontram os centros de poder, a presença dos aparelhos do Estado, que tem o papel de fazer a interlocução desses processos.

Urge a retomada da discussão da distribuição de terras no país e das condições de vida no campo. Caso contrário, a questão agrária provavelmente será estendida por mais alguns anos em nosso país.

Capítulo 2

As ações no tocante à produção habitacional

“Numa vasta extensão, onde não há
plantação, nem ninguém morando lá,
Cada um pobre que passa por ali, só pensa
em construir seu lar.
E quando o primeiro começa os outros
depressa procuram marcar seu pedacinho
de terra para morar [...]”.

Favela
Jorge Pessanha; Padeirinho



Capítulo 2

As ações no tocante à produção habitacional

Como retratou o capítulo primeiro, as migrações da população rural, seja para demais áreas do território, seja para grandes centros urbanos, representam uma das características do campesinato. A mobilidade espacial nesse caso fez (e ainda faz) com que grande parte das famílias sem perspectivas de vida segura no campo migre para as cidades em busca de escola para os filhos, melhores condições de moradia, saúde e assistência do governo.

Esse movimento campo-cidade se intensifica a partir da segunda metade do século passado, período em que o Brasil apresentou intenso processo de urbanização.

Segundo dados do IBGE, em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total, contra 55,3% da população rural. Dez anos mais tarde essa situação se inverte. Em 1996, a população que vive na cidade cresce para 78,4% e, em 2.000, esse número já ultrapassa os 81% (IBGE, 2000).

Nesse processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato, muito comum é o camponês se tornar trabalhador temporário na agricultura capitalista. Por falta de uma política específica, muitos migraram para bairros pobres das cidades, mas alguns continuam com o trabalho agrícola, tendo assim que se deslocar para a área de trabalho, ou seja, da cidade para o campo, sendo então chamados “bóias-fria”.

Segundo Santos (1996, p. 259), “[...] palco de todos os capitais e todos os trabalhos, as grandes cidades podem atrair e acolher as multidões pobres expulsas do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços”, aumentando ainda a diversidade e a desigualdade socioespaciais.

Essa modernização, como aponta Santos (1996), agrega apenas o setor superior da economia, calcado por uma lógica especulativa do capital. Recursos nacionais, historicamente, foram aplicados de forma seletiva, privilegiando o setor capitalista. Se, por um lado, a economia do país beneficia o setor “monopolista da economia”, sobretudo nas grandes cidades e metrópoles, favorecendo as grandes empresas, além do mais subordinadas

por interesses externos, por outro, faz-se eclodir um empobrecimento devastador das classes mais populares da sociedade, que nem sequer participavam diretamente dessa modernização.

Um olhar sobre as cidades brasileiras, nos dias atuais, mostra-nos um quadro alarmante de desequilíbrio socioeconômico. Junto com o crescimento e o urgente avanço industrial, vieram as diversidades e desigualdades sociais, econômicas e culturais, gerando núcleos imensos e fortemente marcados por exclusão socioterritorial. Esse quadro de desigualdade, no que diz respeito à paisagem construída, pode ser associado à maneira como as administrações públicas freqüentemente enfrentaram e ainda enfrentam os problemas tanto da cidade como do campo.

A noção de desigualdade gerada pelo rápido processo de modernização aponta uma íntima relação entre o desenvolvimento econômico e as tensões sociais. O país por um lado se modernizou e por outro mantém e arrasta uma condição de desigualdade social e regional expressa por uma maioria empobrecida da população.

2.1 Déficit habitacional no Brasil

No tocante à problemática habitacional, as ações tanto na cidade como no campo atingem números que refletem o descaso do governo com o atendimento às populações menos favorecidas do tecido social brasileiro.

Nessa produção maciça e complexa do espaço, no que se refere ao modo de morar, de se adensar na paisagem construída tanto no campo como na cidade, a população é forçada a ocupar áreas irregulares sem valor de mercado, ou seja, o modo de morar aparece em forma de habitações precárias, nas cidades, em cortiços, loteamentos periféricos e favelas¹¹, apresentando precariedade no que diz respeito às condições mínimas de habitabilidade das edificações e da paisagem.

Já na década de 20, do século passado, o Rio de Janeiro contava com mais de 100.000 pessoas morando em favelas. O governo, no auge de políticas de intervenção no espaço urbano de caráter sanitarista e segregador, tinha como mote a formulação de

¹¹ O IBGE (2000) não caracteriza o termo favela, faz a definição de aglomerado subnormal, ou seja, “o conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Em sua maioria são carentes de serviços públicos essenciais”.

programas que possuíam como grande foco “limpar a cidade”. Em São Paulo, a solução predominante para a população mais pobre, até a década de 70, eram os cortiços e loteamentos periféricos, também marcados por medidas saneadoras deste século, que procuravam eliminar os cortiços do centro da cidade, apoiadas em ações de cunho de remodelação urbanística. Apenas 1% da população da grande São Paulo residia em favela nesse período. Hoje esse número teria crescido de 1% para 20% (PROJETO MORADIA, 2000).

As décadas de 40 e 50 são marcadas pela considerável expansão no número de favelas no Rio de Janeiro, período em que a cidade passa por intenso processo de migração. As medidas, em um primeiro momento, eram de cunho assistencialista, com auxílio de políticos ou da Igreja Católica. É nesse momento que surgem as primeiras instâncias administrativas voltadas diretamente para a formulação de projetos de remoção e demolição de favelas instaladas na zona sul da cidade, ações carregadas de preconceito com o morador de favela, conduzidas por um discurso de desfavelamento, remoção, visando à extinção da favela do espaço urbano. A favela era vista como uma *praga, um quisto, uma calamidade pública*, reduto habitacional da pobreza urbana, símbolo de marginalidade.

Nos anos 60, com o forte poder do Estado associado à derrota da sociedade com o Golpe de 64, que perdurou 20 anos, o país passa por um período de desorganização política e repressão, onde o Estado é o único organizador da sociedade.

No campo habitacional, estende-se a incisiva ação antifavela nas cidades com o crescimento em explosão. Intensifica-se o programa de remoções, procurando eliminar as favelas que “poluem” a cidade e transferindo as famílias para locais distantes, criando grandes conjuntos habitacionais, construídos por empreiteiras na extrema periferia da cidade e ainda desprovidos de equipamentos urbanos e sem a participação popular. Esse momento é marcado por forte tensão e insegurança para os moradores. Insegurança física, devido à posse indevida da terra, e insegurança socioeconômica, devido à escassez de emprego e renda.

Foi um período de fortes repressões, com favelas sendo incendiadas, moradores presos, quando emergem movimentos que mostram um efetivo poder de reação contra as mudanças e as medidas de remoção e desfavelamento. Alguns movimentos começam a surgir na tentativa de pressionar o governo diante da problemática habitacional. Em 1977, surge em Belo Horizonte a União dos Trabalhadores da Periferia. Em 1979, acontece o Congresso de Favelados da Grande São Paulo e em Belo Horizonte. Nos anos 70, o movimento das favelas

foi estimulado pelos seguintes fatores: aumento da população nas favelas, com redução de terras disponíveis, e apoio da Igreja Católica que, em 1976/1977, lançou programas de Pastorais às Favelas em algumas capitais brasileiras.

A educação no método Paulo Freire foi muito presente nos movimentos de favelas em São Paulo. A partir do trabalho de reza na casa dos moradores, levantavam-se questionamentos sobre a situação da favela na cidade. Esses encontros e discussões sobre a vida na favela vão, mais adiante, contribuir para a constituição do Movimento de Defesa do Favelado (MDF). A possibilidade de trazer a debate público os temas geradores que dizem respeito ao cotidiano na favela, num espírito de reflexões e orações, significava o primeiro passo para a abordagem dos problemas locais e suas possíveis soluções, indo contra as posturas assistencialistas e paternalistas e fazendo referência às tendências mais progressistas da Igreja, especialmente à Teologia da Libertação.

A ação coletiva surge como busca de soluções autônomas de intervenção, são movimentos de resposta à ineficácia das estruturas tradicionais, tanto em termos de canalizar e processar demandas (movimento por moradia, por educação, por saúde), quanto de prover espaços para um sentido renovado de identificação (negros, mulheres, ambientalistas).

Foi nesse momento que alguns movimentos urbanos se posicionaram e colocaram em pauta a problemática habitacional dos grandes centros urbanos. A luta por terra e moradia aparece como bandeira de reivindicação ao poder público de garantia de direitos de moradia digna para a população de baixa renda. Diante dessa pressão, algumas respostas expressas em créditos e programas urgiram para tentar resolver a questão habitacional no país.

Conforme Lopes (2004, p. 4):

[...] é nesse contexto que surge a possibilidade de um movimento de moradia, como 'modalidade particular de reelaboração das experiências dos trabalhadores' e que irá configurar 'novos padrões de ação coletiva'. Nasce do movimento contra a carestia, a partir das militâncias das oposições sindicais e nos fundos das igrejas [...] E nasce, também, dos movimentos de ocupação de terras nas cidades e das lutas pela instalação de água, luz e taxas viáveis para manutenção desses serviços.

A crise habitacional, associada ao crescimento dos movimentos de moradia, resulta, em 1981, na elaboração de propostas de política habitacional.

Assim como no campo, na cidade o movimento surge na reivindicação de uma clara demanda. Se no campo a luta era e é por terra, o que culminou na formação do movimento de maior força atualmente no país, o MST, como retratou o 1º. capítulo, na cidade a luta vem pôr em pauta para o governo melhores condições de moradia para os trabalhadores urbanos.

Em 1981 uma ocupação histórica na Fazenda Itupu na zona sul da cidade de São Paulo marca e dá força ao movimento de moradia. Nesse momento começa a se formular uma nova forma de produção de unidades habitacionais, não mais movidas pelas ações autoritárias de desfavelamento ou construções de conjuntos habitacionais periféricos, mas sim pela produção de moradias através de processos autogeridos de organização popular.

De 81 a 82 tem início essa discussão sobre autogestão de forma mais organizada e assistida. Em 1984 acontece o 1º Encontro de Movimentos de Moradia – por cooperativismo, ajuda mútua e autogestão. Nesse período datam os primeiros contatos com a experiência de autogestão pelos profissionais que iriam fornecer assistência técnica aos movimentos.

Em 1985 acontece o Lançamento do Movimento Nacional pela Constituinte e, em 1987, a criação do mecanismo de “iniciativa popular” legislativa, criação do Movimento Popular pela Reforma Urbana, posteriormente Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Em agosto de 1988 vai até Brasília a 1ª. caravana com o objetivo de apresentar propostas para a nova Constituição, com aproximadamente 300 pessoas, com representantes de São Paulo, em maior parte, e também de Pernambuco. A caravana defendia um Programa Nacional de Mutirões Habitacionais e a execução de um projeto experimental com recurso repassado do FGTS. Ao fim, se conseguiu abrir canais de negociação entre o movimento e a Caixa Econômica Federal (CEF) em 1989 (LOPES, 2004, p. 32).

A partir de 1987/88, houve um aumento do número de movimentos de moradia. Na gestão municipal de Luiza Erundina na cidade de São Paulo (1989-1992), o movimento popular passa a assumir a proposta de *autogestão*: mutirões autogestionários.

Quanto à favela, só a partir da década de 80, quando a população passa a reivindicar condições mínimas como água e luz, que o modelo de remoção é de fato contraposto à proposta de urbanização. A partir de 80 e 90, esboça-se uma nova política habitacional, com um olhar mais específico sobre a favela, de modo a enfrentar o problema *in loco*, dessa vez não movida pela ação catastrófica do desfavelamento e da remoção.

A década de 90 então é marcada pela consolidação das políticas de urbanização de favelas. Programas como, por exemplo, Prezeis, em Recife, Favela-Bairro, no Rio de Janeiro e, mais recentemente, Bairro Legal, em São Paulo, entram em cena para tentar resolver o problema da favela e propor a sua urbanização.

Se favela, habitação precária ou cortiços, tais ocupações, porém, constituem uma reivindicação ao direito, garantido constitucionalmente, à moradia e à construção da própria identidade e memória.

A Constituição de 1988 veio responder à pressão desses movimentos e garantir alguns direitos através da inclusão de um capítulo específico para tratar da política urbana, em seus artigos 182 e 183, capítulo 1, que define as funções sociais da cidade e da propriedade urbana (BRASIL, 1988).

Esse apanhado na história da produção habitacional no Brasil é necessário para compreender como essa demanda entra em pauta no governo. É importante salientar que a produção, via mutirão e autogestão, é fruto de uma reivindicação de famílias que se organizaram em busca de melhorias habitacionais na cidade. Se na cidade acontece por meio de pressões do movimento urbano organizado, desde a década de 70, no campo essa produção vai espelhar algumas conquistas do movimento naquele período.

Embora, como vimos, algumas iniciativas tenham sido esboçadas já na década de 70, o país ainda arrasta uma demanda enorme para a solução da questão habitacional. Atualmente o Brasil conta com um déficit habitacional de aproximadamente 7, 9 milhões de moradias (FUNDAÇÃO..., 2005)¹² tanto no campo como na cidade, entendendo por moradias rurais aquelas localizadas fora do perímetro urbano e moradias urbanas aquelas situadas em área urbanizada.

Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em um certo momento (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005, p.7).

Conforme a pesquisa organizada pela Fundação João Pinheiro, esse número se concentra em 70% na área urbana. No entanto, se considerarmos que o urbano hoje conta com

¹² "[...] o déficit e a inadequação de domicílios foi calculado para municípios onde se localizam cidades com população urbana igual ou superior a 20 mil habitantes, somando 873 municípios, segundo os dados do Censo Demográfico 2000, e para todos os municípios das regiões metropolitanas".

mais de 82% da população total, teríamos o restante desse déficit, 30%, para 18 % da população rural. Quando compilados com as informações de renda familiar, esses números apresentam resultados gritantes: 76,1% do total do déficit habitacional são para atender às famílias com até três salários mínimos e 12,1%, para famílias que recebem de três a cinco salários mínimos.

Em uma sociedade extremamente desigual e hierarquizada, é obvio que parte dessa demanda seja para atender em maior parte à população de baixa renda.

A pesquisa considera como domicílios carentes de infra-estrutura todos aqueles que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. Se, para além da habitação, considerarmos as condições de implantação desses equipamentos nos assentamentos, vamos nos deparar com demandas explícitas no território comprometendo severamente a qualidade de vida nesses ambientes.

O que se percebe, para que de fato se possa falar de uma política de habitação, não é só a luta constante dos movimentos organizados, mas também uma intensa disputa dos fundos públicos para sua operacionalização. Os números do déficit habitacional hoje só apontam a morosidade do governo perante essa problemática. No que se refere à produção de habitação para a população rural, poucos ou quase nenhuns têm sido os investimentos do poder público, somando-se a esse fator ainda a pequena quantidade de produção acadêmica e relatórios que analisem essa demanda.

2.2 A produção habitacional na política agrícola

Observando o aparato legal a respeito da habitação rural no Brasil, encontramos alguns esboços de preocupação com essa questão. A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, em seu artigo 75, dentre as atividades de assistência técnica, estabelece “[...] a elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde, e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias [...]” (BRASIL, 1964, grifo meu). Essa é uma mínima referência ao problema habitacional rural, inserido nas entrelinhas de uma legislação composta de 128 dispositivos, o que bem demonstra o descaso dos governantes com esse tão importante assunto.

Ainda, nos idos da década de 80, auge dos governos militares, foi instituído durante o governo de João Figueiredo o Programa Nacional de Política Fundiária, através do Decreto nº 87.457, de 16 de agosto de 1982, constituindo-se dentre seus objetivos, consoante o Decreto nº 87.700, de 12 de outubro de 1982, que o regulamentou, em seu artigo 3º, a “participação em projetos de construção ou melhoria de casa para o trabalhador rural” (BRASIL, 1983). Posteriormente o Decreto 88.060 de 25 de janeiro de 1983, fixou sobre financiamento de projetos para construção de casas para o trabalhador rural, inclusive estabelecendo a alocação de recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH) para esse fim (BRASIL, 1983).

Porém, tais ordenamentos jurídicos foram posteriormente revogados sem que se tenha notícia de sua efetiva aplicação (BRASIL, 1983).

Apesar de a Constituição de 1988 estabelecer que a política agrícola deverá ser planejada e executada levando-se em conta a assistência técnica, a eletrificação rural e a “habitação para o trabalhador rural”, pouco ou quase nada tem sido de fato feito para essa questão.

As diversas normas de execução e instruções normativas aprovadas para regulamentar a Constituição, no que se refere à questão do desenvolvimento dos assentamentos, durante os governos FHC e Lula, só mostram o verdadeiro descompasso diante da produção habitacional. Ora essa demanda aparece, ora recua. Apesar de atualmente algumas ações estarem sendo vislumbradas, como veremos adiante, cabe-me questionar aqui a quem realmente compete a efetivação dessa política.

Conforme exigência da Lei 8.629 de 1993, em seu Art. 17, “[...] O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser realizado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada” (BRASIL, 1993). E ainda podemos observar especialmente os incisos III e V, ao estabelecerem, respectivamente, que:

[...] nos projetos criados, será elaborado Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA, que orientará a fixação de normas técnicas para a sua implantação e os respectivos investimentos; e a consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação (BRASIL, 1993).

No segundo mandato do FHC, foram estabelecidas as normas para a execução dos PDA's, através da Norma de Execução nº. 2 de 6/11/2000 (INCRA, 2000), que estabelece

os procedimentos para a execução de serviços de assistência técnica, extensão rural e capacitação de famílias assentadas nos projetos do INCRA.

Posteriormente, foram editadas as Normas nº. 2, de 28 de março de 2001 e a Norma nº. 9, de 6 de abril de 2001 (INCRA, 2001), que tratam respectivamente da “regulamentação para a fase de implantação do Projeto de Assentamento” e da “disposição sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de Reforma Agrária”.

A Norma de Execução nº. 2, de 2001 (INCRA, 2001), especifica sobre “[...] os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados na fase de implantação dos projetos de assentamento de reforma agrária”. Estabelece ainda que a fase de implantação de assentamento compreende:

I- a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA; II- a execução de serviços de medição e demarcação topográfica; III- a elaboração do projeto simplificado; IV- a aplicação do crédito de instalação (apoio e material de construção); V- a definição e caracterização da infraestrutura básica; VI- a definição e caracterização das atividades a serem apoiadas com os créditos de produção do PRONAF-A; e VII- a supervisão e acompanhamento do projeto de assentamento pelo período de 03 (três) anos (INCRA, 2001, grifo meu).

A Norma de Execução do INCRA nº. 9, de 6 de abril de 2001, que “[...] dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de reforma agrária”, em seu capítulo II que trata “dos requisitos para a consolidação”, estabelece no artigo 2º. que os projetos de assentamento do programa de reforma agrária deverão ter alguns atendimentos. Dentre eles destacam-se a “[...] execução dos serviços de medição topográfica”, posterior à aprovação do PDA; a “[...] disponibilização de recursos de apoio à instalação”; a “[...] disponibilização de habitação para os beneficiários”, através da existência de moradia no projeto, obtida via recursos para aquisição de material de construção, quando for o caso, ou por outros meios e fontes; e ainda a:

[...] disponibilização da infra-estrutura básica de interesse coletivo, compreendendo as vias de acesso e internamente as parcelas, meios de acesso ao abastecimento de água para consumo humano e rede tronco de energia elétrica, entre outras consideradas indispensáveis à viabilização sócio-econômica e sustentável do projeto.

Por último, a Instrução Normativa nº. 15, publicada em 30 de março de 2004, na primeira gestão do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, dispõe “[...] sobre o processo de

implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento e reforma agrária” (INCRA, 2004).

De acordo com o capítulo II, artigo 2º., a IN estabelece que o INCRA durante a implantação dos assentamentos deverá:

I- garantir a efetiva participação dos assentamentos nas atividades de planejamento e execução das ações relativas ao desenvolvimento territorial; II- aportar os recursos orçamentários e financeiros preferencialmente de forma global e não fragmentada; III- garantir a Assistência Técnica desde o início da Implantação do Assentamento, de forma a definir o modelo de exploração da área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais; IV- qualificar e adequar as normas ambientais como ação e condição necessária à implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA promovendo a exploração racional e sustentável da área e a melhoria de qualidade de vida dos assentados; V- fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa, com base na cooperação e no associativismo das famílias assentadas; VI- articular e integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento; VII- possibilitar que as áreas reformadas sejam indutoras do Desenvolvimento Territorial combatendo as causas da fome e da pobreza (INCRA, 2004).

No que diz respeito aos itens I e III, que mais se afinam com o tema desta pesquisa, essas ações ficam aquém de algum resultado satisfatório.

Quanto aos créditos específicos, o capítulo IV dessa IN, em seu artigo 4º e inciso IV, fixa que “[...] os créditos na modalidade apoio à instalação e aquisição de material de construção serão concedidos individualmente e aplicados de forma coletiva” (INCRA, 2004).

O crédito de instalação vem sendo aperfeiçoado ao longo dos anos e seus valores variam de acordo com a modalidade. No que diz respeito à produção de habitação, a modalidade referente é de “aquisição de Materiais de Construção”, com valor por família de inicialmente R\$ 3.000,00. Em 2004, esse valor foi ampliado para R\$ 5.000,00; atende ainda à demanda de reforma de unidades habitacionais existentes, com o valor por família de até R\$ 3 mil.

Conforme o II PNRA:

Pela sua importância e abrangência a Reforma Agrária é assumida como Programa de Governo, exigindo para a consecução de seus objetivos uma forte integração interinstitucional dos diversos ministérios e órgãos federais,

a garantia dos recursos orçamentários e financeiros, a combinação das políticas de segurança alimentar e nutricional, de combate à pobreza rural, de consolidação da agricultura familiar, acrescidas daquelas voltadas para compor uma rede de proteção social e de acesso a direitos, entre as quais, política de habitação, educação, saúde, cultura, infra-estrutura (estradas, energia, pontes, água, saneamento, comunicação) e segurança pública (II PNRA, data, p. 10, grifo meu).

E ainda normatiza que:

A infra-estrutura social – como estradas, energia elétrica, habitação, saneamento – será viabilizada por recursos oriundos dos orçamentos dos ministérios e órgãos federais respectivos, pois a eles corresponde a responsabilidade de garantir tais serviços inclusive no meio rural (II PNRA, data, p.24, grifo meu).

Isso significa que a questão habitacional ficaria a cargo do Ministério que responde à problemática habitacional.

O INCRA atualmente conta com uma Diretoria de Assentamentos, responsável por: acompanhar as ações em desenvolvimento nos Projetos de Assentamento; armazenar em banco de dados todas as informações inerentes a projetos de assentamento; destinar Crédito de Instalação para as famílias assentadas; prestar Assistência Jurídica e Assistência Social ao Trabalhador Rural; promover a demarcação das parcelas de cada família assentada, para fins de regularização; realizar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA; e implementar nos projetos de assentamento, as obras de infra-estrutura básica, de interesse coletivo.

Contudo o INCRA funciona mais como loteador do que realmente instituto de efetivação da reprodução das relações humanas, de modo a pensar também no desenvolvimento dos assentamentos. **Não só de terra vive o homem.**

A discussão sobre o desenho dos assentamentos, até hoje, aparece de forma tímida, muito incipiente. As práticas do famoso “quadrado burro”¹³ estão bem mais presentes no desenho dos assentamentos e de forma alguma considerando os aspectos sociais e ambientais de cada um deles. O MST vem aos poucos atentando para a questão da elaboração dos projetos de assentamento, desde o corte da área da fazenda desapropriada até o controle

¹³ Definição do desenho de assentamento a partir do traçado tipo “xadrez” ou em forma de “grelha”, ou seja, com lotes e vias retilíneas, privilegiando ângulos retos, sem curvas, trazendo às vezes inconvenientes ambientais quando implantados em sítios mais acidentados.

político dessa elaboração. A única referência que se tem é a cartilha “O que levar em conta para a organização do assentamento discussão no acampamento”, organizada pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em maio de 2001.

O período com maior avanço na discussão do desenho dos assentamentos foi no governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, onde a qualidade do solo norteava a divisão dos lotes.

É fundamental pensar como estão sendo configurados esses assentamentos, que tipo de relação humana está se manifestando, quais os incentivos do governo quanto à educação, cultura, saúde, de modo que se possa manter a população no campo, vislumbrando um outro território possível.

2.3 A concepção do Programa de Subsídio Habitacional Rural: diretrizes e implantação

A concepção de um Programa Habitacional para a Reforma Agrária consistiu de uma negociação no início do governo Lula e contemplava a proposta do governo que era trabalhar a qualidade nos assentamentos rurais. Assim, dentre as diversas negociações entre o MST e o governo, uma delas era a elaboração de um programa específico que atendesse à produção de novas unidades habitacionais no campo e à recuperação de antigas. A formulação do programa deveria estar vinculada ao Projeto de Desenvolvimento de Assentamento - PDA e abranger, no início, apenas novos assentamentos, ou seja, vislumbrando-se a possibilidade de pensar o assentamento como um todo.

No entanto, durante a negociação, optou-se em adaptar temporariamente um programa existente que já atende às demandas habitacionais da cidade, o Programa de Subsídio à Habitação de interesse social - PSH. O programa é então ajustado para atender à população residente em assentamentos rurais.

O PSH tem por finalidade “[...] tornar acessível a moradia para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de interesse social” (BRASIL, 2003), via complementação de subsídio de operações de financiamento habitacional. Propõe o atendimento da população, tanto urbana como rural, destacando, nesta última, como diretriz a possibilidade da permanência do homem no campo.

Lançado em 2003, o Programa de Subsídio Habitacional Rural - PSH-Rural é resultado de uma articulação entre o INCRA a CEF e o MST. Através de um termo de cooperação técnica, firma-se a parceria entre o Ministério das Cidades (MC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que decidiram garantir financiamento habitacional próprio para os trabalhadores rurais sem-terra e os pequenos agricultores brasileiros.

O convênio entre INCRA e CEF, conjugado com o PSH, tem por objetivo:

[...] estabelecer as condições de financiamentos destinados a beneficiários pessoa física, complementados com recursos orçamentários da união sob a forma de subsídios oriundos do PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, para a produção de unidades habitacionais em assentamentos rurais, conforme estabelecido no termo de cooperação técnica celebrado entre o INCRA e a Caixa. (Termo de cooperação técnica INCRA / CEF conjugado com o PSH).

Os recursos para a aplicação do referido programa são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Crédito de Instalação de Infra-estrutura e complementado com recurso subsidiado do Ministério das Cidades (MC), respectivamente nos valores de R\$ 5.000 e R\$ 4.500.

No estudo de caso presente na dissertação, a Fazenda Pirituba, havia a possibilidade de optar por financiamento via Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, através do programa habitacional PRÓ-Lar Rural, que tem por definição “[...] a substituição de moradia por *unidade habitacional nova*, tipo CDHU, a ser produzida em regime de autoconstrução assistida, mediante financiamento concedido pela CDHU de cesta de material de construção”. O CDHU repassa o dinheiro para a Prefeitura que compra o material e acompanha tecnicamente. O Instituto de Terras de São Paulo - ITESP fica responsável por organizar as famílias.

Conforme relato das reuniões com as famílias (SHIMBO, 2002; 2003, v. 2, p.115), o ITESP estabeleceu que seriam destinadas 125 casas para a Fazenda Pirituba dentro do referido programa. No entanto o PRÓ-Lar Rural não apresentava condições favoráveis para os trabalhadores rurais. Além de não permitir a possibilidade de desenvolver conjuntamente com as famílias o projeto arquitetônico, já que a tipologia é pré-definida pelo CDHU, conforme as exigências do programa, o pagamento do financiamento, que não contemplava o valor subsidiado, deveria ser efetuado em parcelas mensais de até 300 meses, a juros de 2,6% ao ano.

Nos relatos orais que serão reproduzidos de agora em diante, extraídos do Registro das reuniões com o “grupo de casas”, e também nas entrevistas com as famílias de assentados, será resguardada a identidade dos depoentes utilizando-se um nome fictício.

Vejamos a opinião de dois depoentes a respeito do pagamento do financiamento referido acima (SHIMBO, 2002; 2003):

[Osvaldo]: pagamento mensal, não é todos que têm para pagar todo mês, tem que ser por safra, por ano (v. 2, p. 89). [Zé Carlos]: porque se tem gente aqui que diz o seguinte: eu quero CDHU porque a turma tem ansiedade de querer a casa, talvez tenha gente que ali [a planta da CDHU] tá bom. Porque tá no barraco... eu guento esperar a negociação, mas tem gente que não [...] (v. 2, p. 90).

A urgência e a ansiedade das famílias para a definição do financiamento não interferiram na definição de um programa um pouco mais condizente com a realidade dos assentamentos. O PSH-Rural mostrava-se então mais interessante para aquele grupo, uma vez que já estavam trabalhando na definição do projeto arquitetônico, e, em termos de financiamento, o referido programa apresentava características um pouco mais condizentes com a realidade das famílias assentadas, seja pelo subsídio parcial de R\$ 4.500, seja pelo pagamento anual das parcelas do restante do financiamento em até 6 anos, com juros de 1,15% ao ano, independentemente da renda familiar. O pagamento feito em parcelas anuais respeita a capacidade de pagamento da família que é determinada em função da safra, no momento da colheita da sua produção. O programa ainda garantia o desconto de 50% para o pagamento antes da data de vencimento de cada parcela, ou seja, dos R\$ 5.000 de financiamento via INCRA, se pago em dia, esse valor cairia para R\$ 2.500. O PSH, portanto, aparece como opção mais adequada. Quanto ao enquadramento das famílias no programa, este seria feito através de normas bem menos rígidas que o PRÓ-Lar Rural.

Através da negociação entre a Universidade de São Paulo - USP/São Carlos, CEF e MST, as famílias da Fazenda Pirituba conseguiram ser contempladas com o recurso do PSH-Rural através de uma única portaria, atendendo no total a 1200 famílias no Brasil. A assinatura do contrato aconteceu em fevereiro de 2004, e o primeiro repasse de recursos para o início da obra foi em abril do mesmo ano.

Embora o PSH contemple uma parcela mínima para acompanhamento técnico e trabalho social, esses números são ainda muito aquém para garantir a continuidade da assessoria técnica.

A aplicação do PSH-Rural na Fazenda Pirituba só se concretizou devido à articulação entre as famílias e a Universidade de São Paulo, quando foi possível conseguir financiamento para pesquisa através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da CEF-Pesquisa, viabilizando a presença constante de técnicos para acompanhamento no canteiro de obras do Projeto denominado "Inova Rural".

O trabalho no canteiro se desenvolveu conjuntamente com o projeto de pesquisa da Universidade de São Paulo/São Carlos, coordenado pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (Habis). Contou ainda com a articulação de outras parcerias como a Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), Faculdade de Engenharia de Bauru (FEB) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

O projeto “Inova Rural”¹⁴ teria por objetivo geral:

[...] analisar, sob múltiplas dimensões (social, econômica, política, ambiental, cultural) do conceito de sustentabilidade, a implementação de inovações na produção em escala de habitação em assentamentos rurais em relação a três aspectos fundamentais: ao **processo**, contando com a participação das famílias assentadas nos processos decisórios e a formação e a capacitação de pessoas nas várias etapas da produção da habitação; à **gestão**, articulando os diferentes agentes envolvidos da cadeia de produção da habitação e a possibilidade de geração de trabalho e renda nessa produção; ao **produto**, desenvolvendo componentes e sistemas construtivos que utilizem recursos locais, preferencialmente, renováveis e implementando alternativas de infra-estrutura e de saneamento que proporcionem uma redução de custos, com utilização de materiais adequados ambientalmente (SHIMBO, 2004, p. 35).

O trabalho da Usina, que teve a contribuição desta pesquisadora, objetivou-se em relação ao **processo**, ou seja, na coordenação e organização das famílias, tanto para a execução do mutirão em regime de autogestão como nas tomadas de decisões conjuntamente com as famílias mutirantes, no decorrer da obra. A Usina pôde contribuir ainda na formação das famílias e dos jovens auxiliares em diversas etapas do canteiro.

O acompanhamento de técnicos durante a construção das casas, em regime de mutirão e autogestão, é condição fundamental para que políticas públicas para a habitação rural se viabilizem, embora a precariedade de financiamento não contemple essa garantia. Se,

¹⁴ Ou “Projeto das Casas”, como denominam as famílias beneficiadas.

por um lado, os mínimos de habitabilidade são exigências obrigatórias na consolidação das unidades habitacionais, por outro, a política pública não contempla as condições mínimas de trabalho, seja na destinação de recursos para acompanhamento técnico, seja na desconsideração da força de trabalho da família para construção da sua moradia, prejudicando muitas vezes o próprio trabalho na lavoura.

Tais colocações a respeito da aplicação do PSH-Rural na Fazenda Pirituba serão explanadas e analisadas no capítulo 4 que apresenta o estudo de caso dessa dissertação.

Capítulo 3

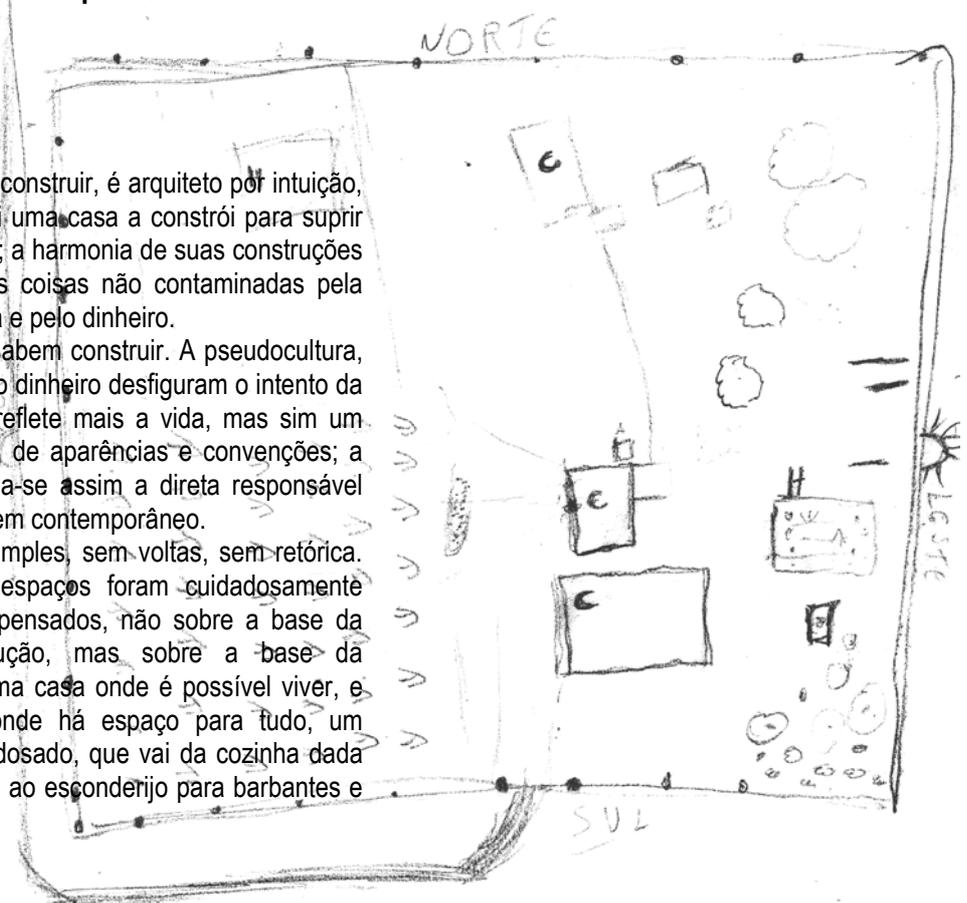
A produção da morada camponesa

“O homem do povo sabe construir, é arquiteto por intuição, não erra; quando constrói uma casa a constrói para suprir as exigências de sua vida; a harmonia de suas construções é a harmonia natural das coisas não contaminadas pela cultura falsa, pela soberba e pelo dinheiro.

Os homens médios não sabem construir. A pseudocultura, o desejo de sobrepular e o dinheiro desfiguram o intento da arquitetura. A casa não reflete mais a vida, mas sim um conjunto de preconceitos, de aparências e convenções; a arquitetura burguesa torna-se assim a direta responsável pela insuficiência do homem contemporâneo.

Ali está a nossa casa. Simples, sem voltas, sem retórica. Uma casa em que os espaços foram cuidadosamente examinados, calibrados, pensados, não sobre a base da especulação da construção, mas sobre a base da solidariedade humana; uma casa onde é possível viver, e principalmente pensar, onde há espaço para tudo, um espaço cuidadosamente dosado, que vai da cozinha dada como laboratório químico, ao esconderijo para barbantes e rolhas usadas”.

Lina Bo Bardi, 1996



Capítulo 3

A produção da morada camponesa

Na busca da compreensão do campo brasileiro, algumas questões apareceram como primordiais no delineamento da pesquisa. Primeiramente a identificação dos sujeitos moradores, quem são os moradores do campo hoje, se caipira, matuto, caiçara, camponês, se assentado. Como vivem, como se reproduzem ao longo da história, como se organizam enquanto indivíduos, enquanto grupo familiar, e ainda, em relação ao seu meio, o que corresponde à organização e produção da sua estrutura social e territorial.

O camponês tem sido foco de debate teórico dentre as mais diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, em obras que retratam desde os princípios arcaicos do camponês, aquele que é visto como atrasado, rústico, fadado ao desaparecimento diante da sociedade moderna, até como sujeito sociohistórico inserido nas distintas camadas sociais que definem a realidade brasileira, um sujeito que reflete na sua identidade política longas lutas e resistências perante a questão agrária, como foi visto no capítulo 1, um sujeito que ora avança enquanto grupo, ora recua enquanto tal, sujeito este cuja situação de classe a própria história define e reafirma dentro da sociedade capitalista.

No entanto acredito que, mesmo imerso em um mundo já capitalista, no campo - se é que se pode manter a dicotomia cidade-campo, visto que a homogeneização urbana a princípio atinge a sociedade como um todo - é possível ainda encontrar elementos significativos nas relações que o integram. Essas relações remetem à construção de um contexto social e simbólico, marcado por especificidades do mundo camponês, que se manifestam no seu modo de vida, na sua natureza humana, com todos os princípios de honra, moral e ética que a circundam, na sua relação com a família, na sociabilidade do grupo vizinhança, bem como na relação com a natureza externa a ele, o sítio, o mercado, a cidade, o universo. Um modo de vida que “pertence” ao sistema capitalista, mas que não se subordina a ele, ou seja, que se integra marginalmente e se ajusta às condições do mundo moderno.

Os assentamentos rurais aparecem como uma nova estrutura socioespacial da identidade camponesa. Os laços que unem o camponês assentado vêm, ora por uma comunhão de características que permeiam a história de vida de cada ser, enquanto indivíduo ou grupos,

histórias e relatos que coincidem tanto pela situação de instabilidade como pela precariedade de trabalho - meeiros, parceiros, empregados de fazendas, bóias-frias - ora pelos processos de instabilidade territorial, seja pela expropriação da terra, pelos constantes fluxos migratórios, pela fuga às periferias urbanas, seja pela relação de vizinhança vivida e construída nos acampamentos que podem durar anos.

Dessa forma, destaco que o camponês não pode ser compreendido fora de seu contexto histórico, deve ser levado em conta como se deram, na sua trajetória, as relações sociais e políticas, as relações de trabalho, a relação com a atividade transformadora dos recursos naturais, a organização do grupo e ainda os fluxos e circulações que definem a mobilidade camponesa. Longe disso, o emprego do conceito de camponês se daria de forma nula e opaca.

Santos (1996, p. 267) argumenta que “Sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações em cada momento histórico”.

Portanto falar hoje da configuração do espaço do assentamento Fazenda Pirituba é inseri-lo em uma rede de sistemas de objetos e de ações que definem o espaço rural do país e considerá-lo a partir de sua perspectiva histórica.

Bettanini (1982, p. 24), ao descrever diversas formas de interpretação do espaço, assegura que:

[...] uma filosofia do espaço, entendido como ambiente organizado e produzido pelo homem, estará atenta quer ao ser que percebe este mesmo ambiente – enquanto indivíduo e enquanto ‘cientista social’ – quer, ao mesmo tempo, à organização do espaço no interior do qual se move – também ao longo da história – o tecido social.

Assim, para o capítulo presente e o próximo, fez-se - e ainda se faz - um exercício constante para compreender como esse sujeito (o assentado), com suas condições específicas de existência que o caracteriza enquanto camponês, tecerá suas relações em territórios inicialmente concebidos via braço estatal, ou seja, como esse território de manifestação camponesa - e dentro dele colocamos desde a casa, com seus infinitos *ninhos* e valores, até o lote, a "vila" e a cidade - se (re)produz nos assentamentos de reforma agrária atualmente. Entender, portanto, como então esse camponês, após sua trajetória de luta, se

reproduz como assentado e como organiza seu modo de vida nos assentamentos foi um dos desafios que apareceram no decorrer da pesquisa.

Como aporte teórico, alguns autores brasileiros muito contribuíram durante a pesquisa para a compreensão do que consiste a *identidade camponesa*, o modo de vida do camponês e sua reprodução sociocultural no território brasileiro. Dentre eles, vale destacar Antonio Candido (2001), José de Souza Martins (1981; 2002), Klaas Woortmann (1990), Ellen Woortmann (1981; 1995), Beatriz M. Alasia de Heredia (1979) e Maria Isaura Pereira Queiroz (1973).

Ainda devo citar os autores neoclássicos Alexander Chayanov (1974) e Teodor Shanin (1980; 1983). Ambos partem do estudo do interior da família para explicar a condição de existência do campesinato. Chayanov, a partir da abordagem morfológica da unidade econômica campesina, e Shanin, da delimitação do campesinato através da organização social da unidade familiar, trabalho na terra e cultura tradicional ligados aos modos de vida camponesa.

À luz da bibliografia citada, procurei entender como essa identidade aparece na Fazenda Pirituba. As imagens, desenhos e falas das famílias, apresentadas neste capítulo, e ainda as observações de situações vividas por mim no assentamento, onde o trabalho de construção das casas se desenvolveu, aparecem como um esboço de algumas reflexões e interpretações que aqui apresento.

3.1 A mediação do trabalho do camponês para produção do “mínimo” habitável

O conceito de produção camponesa aqui adotado se insere a partir da lógica da produção familiar, da produção simples de mercadoria, onde a força de trabalho da família é predominante no grupo doméstico. Heredia (1979, p. 37), concordando com Tepicht (1973) e Galeski (1972), entende por grupo doméstico “[...] o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum”. Supõe reprodução da própria força de trabalho, o que significa reprodução da família.

Klaas Woortmann compreende a *campesinidade* como ordem moral, específica e diferente da ordem da modernidade. O autor trabalha a partir das categorias nucleantes Terra, Família e Trabalho e ainda como uma se relaciona com a outra. “Essas categorias nucleantes

agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Terra e trabalho para o camponês se expressam a partir de uma relação moral entre a natureza e o homem, “[...] a relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra que se torna morada da vida” (WOORTMANN, 1990, p. 62).

Sendo o trabalho todo o esforço que o homem emprega para produzir bens materiais, analiso agora como, a partir da relação de trabalho, o homem do campo vai tecer as formas do seu “habitat”.

As considerações abaixo sobre natureza, produto e trabalho, extraídas de Lefebvre (1939) e de Schmidt (1976), estão em consonância com o pensamento de Marx. Assim a natureza atua sobre o homem, que atua sobre a natureza, que a transforma e o transforma.

Conforme Lefebvre (1939), no processo de trabalho o homem utiliza suas forças naturais, seus braços, cabeça, mãos. Esse processo é constituído pela atividade da matéria a ser transformada considerando os meios dessa transformação. O homem se apropria da natureza para utilizá-la para a própria vida. Modifica-a segundo as suas necessidades, cria produtos a partir da sua própria ação, de sua força de trabalho, que também é uma expressão natural própria. O trabalho é o encontro da natureza interna do homem, sua força vital, com a força externa da natureza.

En todas la formas de la producción, la fuerza humana de trabajo es ‘sólo la exteriorización de una fuerza natural’. En el trabajo el hombre ‘se contrapone, como poder natural, a la matéria de la naturaleza’. ‘Em tanto el hombre actúa exteriormente sobre la naturaleza y la modifica, modifica al mismo tempo a su propia naturaleza’ (SCHMIDT, 1976).

As substâncias naturais que Marx equipara à matéria não são criadas pelo homem. O que se cria é a capacidade produtiva da matéria. O processo produtivo, assim, supõe entre homem e terra a **ação**. O processo de produção dos bens materiais se apresenta como processo de formação de valor.

Essa produção gera o **produto** e, dependendo de como o trabalho está incorporado no produto, este pode ser *concreto* ou *abstrato*, ou seja, conter *valor de uso* ou *valor de troca*. O produto é, portanto, resultado da produção a partir da atividade humana, da

relação ativa entre homem e natureza, da transformação da natureza primeira em natureza segunda.

Com relação ao trabalho, como criador de valor de troca, o trabalho é *abstrato*, não contém nenhum material humano. O objeto é indiferente em relação às suas qualidades naturais, é objeto do trabalho humano abstrato, expresso a partir das unidades de tempo, racionalmente determinadas.

Quando o produto é transformado em mercadoria, esta tem sobretudo o valor da troca, sendo que a forma mercantil do produto difere da natureza física dele. No plano do valor de troca, as relações históricas se anulam em forma de mercadoria. O produto aparece aí como “realidade coisificada”.

Agora, quando criador de valor de uso, o trabalho é *concreto*, particular, trabalho útil.

Sobre o sentido do trabalho camponês, cabe aqui ressaltar o seu significado (MARTINS, 2002)¹⁵. Por mais “imerso” que esteja (ou que pareça) no mundo moderno, o modo de vida do camponês apresenta adaptações significativas. Tomemos por exemplo, em caráter de diferenciação, o sentido e as relações de trabalho para o campesinato e para o operariado.

O trabalho do camponês é independente¹⁶, ele não vende a sua força de trabalho, mas sim o fruto de seu trabalho, o que nasce na terra, o produto. No entanto a venda da produção é sempre posterior à subsistência familiar; primeiro a segurança alimentar da família deve ser garantida. A integração ao sistema capitalista é marginal, residualmente vinculada ao mercado apenas pela circulação do excedente da produção, que, nesse momento, deixa de ser dotada de valor de uso e passa a se expressar apenas como valor de troca, como mercadoria.

Diversamente a sociedade dita “moderna” pensa o trabalhador enquanto indivíduo. O vínculo do operário com o trabalho é capitalista. Ele é aquele que vende a sua força de trabalho em troca de salário. O trabalho é assalariado, mediado em função de um tempo de produtividade que é propriedade do capitalista. A relação contratual baseia-se na venda da força de trabalho do operariado, e ele não dispõe de nada além desta. Ele é socialmente livre, mas economicamente dependente.

¹⁵ O autor se propõe neste texto a desenvolver uma reflexão comparativa entre os atores da vida social moderna e tradicional, especificamente os operários urbanos e os camponeses.

¹⁶ A referência aqui é ao camponês autônomo, ao trabalhador “livre”, não àquele que é subordinado ao trabalho, operário rural ou bóia-fria.

Como sabemos, a classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, constituindo-se em classe ‘sui-generis’. Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por meio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como o fazem os assalariados. Em outras palavras, o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais (PAULINO, 2005).

Para o camponês é fundamental ser “livre”, ele é livre enquanto é dono dos seus meios de produção, do seu próprio trabalho. O trabalho não aparece como no operariado, separado do produto. Ele é apenas o agente vendedor, que comercializa o seu próprio produto.

A liberdade tem, na sua dimensão, a autonomia no processo de trabalho e no controle do tempo. “A condição de liberto é realizada pelo sitiante ou pelo agricultor, na medida em que este [...] tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo” (WOORTMANN, 1990, p. 44).

Cabe destacar ainda que, diferentemente do operário, o camponês não trabalha só; a base do trabalho é familiar, quando não, feito pela vizinhança, sob forma de ajuda mútua, fundada pelos laços de parentesco e compadrio.

Queiroz (1973, p. 18) esclarece que:

A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem às necessidades essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros; a combinação família-empresa agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de consumo, além da comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro que é o pai de família.

As unidades camponesas aparecem com um caráter específico, ao mesmo tempo em que são unidades de produção, são também unidades de consumo (HEREDIA, 1979), diferentes de outras formas da organização capitalista, onde essas unidades aparecem de forma dissociada, e o operariado geralmente não consome o que produz.

No campo as pessoas consomem o que produzem no mesmo local, portanto ao mesmo tempo que os assentamentos são locais de trabalho, são locais também de moradia.

Assim considera a cartilha elaborada pelo MST e Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB que discorre sobre a organização dos assentamentos:

[...] devemos compreender que na agricultura, as pessoas produzem no mesmo local em que consomem e moram (diferentemente da indústria, onde o operário sai de casa que fica em um bairro e vai para outro, onde irá trabalhar na fábrica). Assim, na vida do camponês, os aspectos econômicos estão profundamente associados, misturados aos aspectos sociais (CONCRAB, 2001).

Além do trabalho familiar, outro importante instrumento para produção é a terra, onde é possível notar uma mediação mais visível entre homem e natureza. É também a natureza e o conhecimento sobre ela que vão ditar as previsões do trabalho, o plantio, maturação e colheita.

Nesse sentido, pensar a terra para o camponês é pensá-la enquanto uma relação moral, assim como assegura Woortmann (1990, p. 12):

Não se vê a terra como objetivo de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho da família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

Sendo, como já dito, terra, família e trabalho categorias centrais do discurso camponês, estas devem ser vistas de forma relacional, pois de maneira alguma uma existe na ausência da outra. Dessa forma, “[...] não se pensa terra sem pensar família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23). O significado de terra é o significado de trabalho, e o trabalho é o significado da família.

A relação terra-trabalho para o camponês é, portanto, diferente da relação em culturas modernas voltadas ao mercado. Nestas últimas, a terra é vista como valor de troca, pois, sem a presença do trabalho da família, o trabalho, via geral, é visto como uma abstração.

Nesse contexto, entendendo o espaço a partir da sua produção, da relação do trabalho do homem para sua produção, onde gera seus respectivos valores, seja de uso - o espaço concreto, o espaço de territorialização da família - seja de troca - quando pode ser convertido em mercadoria que se vende e se compra, ou seja, terra-mercadoria dotada de

valor de troca - sugere pensar os espaços rurais como lugares dotados de valores de uso, onde o uso da terra aparece enquanto valor para a família camponesa.

Toda produção supõe o uso de determinado(s) instrumento(s), do mais simples ao mais complexo. A técnica é um momento da atividade, é o conjunto de ações que tendem a um resultado. Técnica é igual a meio, são os meios para obtenção de algo, para obtenção da vida. O fim da atividade produtiva serve geralmente para satisfazer a certa necessidade.

Uma enxada, por exemplo, é um instrumento de trabalho que está ligado a um conjunto de ações que caracterizam e identificam o trabalho da família camponesa. O que aparentemente teria um significado simplório, o seu significado como instrumento de trabalho e efetivação da técnica agrícola para os camponeses, é, sem dúvida, de tamanha preciosidade. A enxada está circunscrita em uma determinada atividade produtiva que visa satisfazer a necessidade de reprodução da família, levando em conta o espaço e o tempo em que é utilizada.

Heredia (1979, p. 60), ao ressaltar o caráter peculiar da enxada, a caracteriza como “[...] a ferramenta que simboliza o trabalho no roçado. Frequentemente, utiliza-se a expressão ‘trabalho na enxada’ para indicar que quem trabalha com ela desenvolve tarefas agrícolas. Por isso a enxada se diferencia de qualquer outro tipo de objeto [...] visto que resume o caráter familiar do roçado”.

O significado da enxada, em uma unidade familiar de produção, tem seu sentido ligado ao conjunto de elementos em sua volta, sejam eles técnicos sejam simbólicos. Assim seu significado adquire tamanho superior. A enxada é, nesse caso, instrumento de efetivação de um certo modo de produção, de domínio do camponês.

Em momentos outros e ainda deslocada de seu universo ativo, pode perfeitamente perder o seu sentido, ser só uma enxada, uma palavra no vácuo. Em um latifúndio mais abastado, por exemplo, a enxada perde sentido devido ao grande uso de maquinários agrícolas.

Assim a atividade produtiva não deve ser compreendida como trabalho especializado, parcelado, fragmentado, mas como um todo. A relação da atividade produtiva deve ser apreendida não só a partir da escala humana do indivíduo rural, da relação do homem com o seu instrumento de trabalho, mas também remetida ao conjunto de relações que a caracterizam, desde a relação de trabalho familiar, o domínio dos meios de produção, até a

compreensão do uso do instrumento para efetivar a técnica, das necessidades que estão postas para a obtenção da reprodução de vida da família.

3.2 O “habitat” a partir da obtenção do mínimo

Sendo assim cabe-me questionar quais os meios de obtenção da casa? Quais os meios de produção do espaço camponês?

Indagar sobre a produção dos espaços de vida nos assentamentos me leva a compreender como esses espaços foram tecidos ao longo da história, como se organizavam e se distribuíam as relações da vida camponesa que davam ao espaço o sentido de pertencimento, que necessidades estavam postas nessa construção e qual a prioridade ou hierarquia para elas.

Antonio Candido, em “Os parceiros do Rio Bonito” (2001)¹⁷, procura desvendar a obtenção dos modos de vida social tradicional caipira e como se dá a relação com os recursos da natureza para a sua sobrevivência.

Ele recorre a Marx para trabalhar a questão da obtenção dos meios de vida em decorrência das necessidades, da possibilidade do homem se definir em face da natureza. Os meios são tidos também como fator de sociabilidade e o trabalho, como humanização. “Todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico” (CANDIDO, 2001, p. 29).

As necessidades têm caráter natural e social, e deve haver o equilíbrio entre ambas. Esse equilíbrio ou “ajustamento” ao meio natural depende da mediação da necessidade e da satisfação da necessidade.

De acordo com o autor, “A obtenção do equilíbrio entre a necessidade e os recursos naturais depende dos tipos de organização que desenvolver neste sentido” (CANDIDO, 2001, p. 29).

Pode-se dizer que, em uma sociedade tradicional ou pré-capitalista, com base na atividade de subsistência, existe um encontro qualitativo entre homem e natureza. A economia, nesse caso, tem que ser entendida não apenas pelo seu caráter vital, de alimento,

¹⁷O livro foi formulado a partir da etnografia e a observação participante, realizada no município de Bofete, num agrupamento rural na Fazenda Bela Aliança, entre 1948 e 1954.

mas, sobretudo, com relação aos seus meios de obtenção, de como se dá a organização social para a obtenção dos meios de subsistência em face dos recursos naturais (CANDIDO, 2001).

Terra abundante, mobilidade, caráter aventureiro, relação íntima com o meio, esses fatores fizeram com que as sociedades tradicionais elaborassem técnicas que permitissem o ajuste do grupo ao meio.

O conhecimento suficiente dos recursos naturais contribuiu para a adaptação do seu modo de viver, estabelecendo uma dieta condizente com os mínimos vitais, associada a uma vida social do tipo fechada, com base na economia de subsistência.

Antonio Candido (2001) se ancora às noções de “mínimo vital” e “mínimo social”. Os mínimos definem o limite de sobrevivência de cada grupo, “[...] os mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir regularidade das relações humanas”.

Foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção duma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. O deslocamento incessante do bandeirismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca do descendente caipira, a partir do século XVIII (CANDIDO, 2001, p. 57).

A característica do *nomadismo ou mobilidade espacial* está associada ao emprego de técnicas rudimentares e condições "precárias" de moradias, a casa facilmente era construída e reconstruída mais adiante, onde a terra poderia ser mais fértil.

Assim era a moradia caipira. É a temporalidade dos camponeses estudados por Antonio Candido, na década de 50, que vai ditar os mínimos necessários para a organização social, dentre eles o mínimo material necessário para a construção do abrigo, ou seja, o nível de habitabilidade das casas dos parceiros. É “simples” porque não é definitiva. A estrutura instável da morada, plenamente ajustada ao meio, era resultado da mobilidade dos indivíduos e grupos. “A sua casa é um abrigo de palha, sobre paredes de pau-a-pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousando sobre o solo” (CANDIDO, 2001, p. 48).

Heredia, ao analisar a organização interna de unidades de produção, a partir de um estudo do campesinato marginal à *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, observa o aspecto físico da morada camponesa:

As casas de Boa Vista têm paredes de taipa e teto de palha com duas águas. As paredes são de altura inferior ao começo do teto de forma que haja uma separação entre ambos, o que favorece a ventilação dos diferentes compartimentos. O chão das habitações é construído com terra batida (HEREDIA, 1979, p. 89).

O “caipira” conserva até hoje essa simplicidade e rusticidade na moradia; de caráter provisório ou mesmo de pequena importância é a casa. O que importa é a relação que se dá ao entorno dela, a relação do interior e exterior da casa, a relação com a lavoura, as trocas orgânicas entre homem e terra.

Se o caráter provisório das moradias é notado nos assentamentos de reforma agrária, obviamente essa justificativa não se insere mais dentro da previsível instabilidade apontada por Antonio Candido. O que então a mantém “precária”, se a terra já dota o espírito da permanência? Será a partir de aspectos culturais do caipira paulista, como demonstra Candido?

A concepção da moradia se dá a partir do ajustamento ao mínimo material necessário para o abrigo e reprodução da morada camponesa, ou justamente pelo estado econômico vivido pelos assentados. Será de ordem cultural ou econômica? Ou de ambas?

Parto então da noção de “mínimo vital” e “mínimo social” de Antonio Candido para a definição do abrigo, ou seja, no que diz respeito à técnica, ao material empregado para a produção da moradia. O que seria esse mínimo material para abrigar a família?

Adotando as categorias de análise de Alexander Chayanov. O autor compreende a economia camponesa a partir da família, do grupo doméstico “economizado” e como unidade de produção, de força de trabalho. Está no campesinato a relação da produção e do consumo, a relação das necessidades de família e do trabalho necessário para a satisfação da necessidade. Assim a especificidade do cálculo econômico familiar tem por objetivo chegar a um equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo da família e o esforço mínimo que isso requer (CHAYANOV, 1974). O equilíbrio pode ser alcançado a partir de condições particulares, que se caracterizam pelo tamanho da família, a idade dos membros, o nível dos preços obtidos na produção, a extensão cultivada etc. O esforço produtivo necessário das mãos está relacionado ao número de bocas para comer da família.

Falar de casa é pensar que a família camponesa constrói como sua morada apenas o que considera como necessário para o abrigo de seus entes. A moradia denota um caráter do que é tido como equilíbrio necessário para satisfação da necessidade.

A técnica construtiva é de extrema relevância nesse sentido, na medida em que se faz necessária a compreensão de como o homem usa a técnica para organizar e satisfazer as suas necessidades¹⁸.

O camponês tradicional, ao produzir o mínimo habitável, utiliza-se dos recursos disponíveis na natureza, terra, madeira, palha. Dessa forma, a partir de um conhecimento preciso das características da matéria, como sua resistência e limites naturais, concebe o seu modo de morar.

Todos os materiais têm proporções racionais que são ditadas pela força e fraqueza inerentes à sua matéria. As características naturais da matéria, nesse caso, ditam o resultado da forma. O tijolo de adobe, por exemplo, é resistente à compressão, e sua rigidez depende de sua massa, portanto, em termos de forma, se expressa enquanto volume, não permitindo grandes vãos.

Com relação à matéria em si, as casas no assentamento Fazenda Pirituba em geral são de madeira, na composição “macho-fêmea”, ou de costaneira - tábua feita da primeira ou última lasca de um tronco serrado - embora apresentem ainda outros materiais como papelit, lona plástica e demais resíduos usados para a proteção. Raras são as vezes que a construção é feita toda de “material”, ou seja, de alvenaria. Na maior parte, quando assim aparece, a casa é construída empregando uma soma de materiais construtivos, ou alvenaria e madeira, ou madeira e papelit. No entanto a capacidade de uso dos materiais, seja madeira, seja alvenaria, revela o conhecimento das possibilidades e limitações deste.

Composição material das casas na Fazenda Pirituba



Foto 1 - Casa de costaneira.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2003.



Foto 2 - Casa de tábua, composição “macho-fêmea”
Fonte: Projeto Inova Rural, 2003.

¹⁸ Imaginemos o que seria tido com mínimo habitável nos centros urbanos, e ainda que matéria ou resíduos urbanos comporiam esse terreno.



Foto 3 – Casa com junção de duas técnicas construtivas.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

3.3 A morada como espaço dotado de valor de uso

Porque a casa é o canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo (BACHELARD, 1988, p. 24).

Considerando que a concepção do espaço, dentre ele a casa e o lote familiar, se dá de acordo com o seu modo de produção, sendo assim o resultado das suas respectivas forças produtivas, a definição do mínimo material necessário para o abrigo me faz indagar, portanto, o real sentido do que é de fato necessário para a sua produção.

Conforme Santos (1996), “[...] uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam”. Com isso, a análise da produção de vida nos assentamentos depende da concepção do modo de vida das pessoas que ali vivem.

Uma das características do campesinato é, justamente, o seu modo de produção, ou seja, a autonomia da unidade produtiva presente na obtenção e produção direta dos meios de vida, dentre eles a casa. O aspecto do trabalho autônomo como meio para obtenção da vida vai demarcar as características das disposições físicas da casa.

O que define os mínimos vitais de morada da unidade camponesa, obviamente, não são os mínimos de habitabilidade da sociedade urbana, ditados pelos códigos de posturas municipais e pelos limites de financiamentos de programas habitacionais.

Com isso, a concepção da morada rural deve aqui ser salientada, diferente da casa urbana que é pautada principalmente pela fachada que “[...] mede o estatuto e posição social” (LEFEBVRE, 1974).

Conforme Bettanini (1982, p. 52), "A divisão da cidade em bairros, realizada no espaço urbano, age na direção de pré-constituir os estratos sociais da população habitante". Assim é também a diferenciação dos graus que define as condições de moradia.

A racionalização do espaço na cidade fragmenta e parcela o morar do homem moderno. De lá público, de cá privado, a casa é assim circunscrita no seu lote específico, que é privado. Paredes e muros representam o que se pode chamar de "descontinuidade" territorial. A localização das portas e acessos é que delimita os domínios dos fluxos de circulação, bem como a hierarquia desses fluxos. Onde é permissivo e onde é restritivo.

Será a casa lugar privado por excelência? Como se articula essa relação de domínios no campo do que é público e privado? Como essas categorias (interior/exterior, público/privado, *intimidade/mundo*) se territorializam? Para onde a vida cotidiana da família camponesa se expande além das paredes da casa?

Analisada sob diversos horizontes teóricos e categorias de conhecimento, a casa é um símbolo de infinitas especulações. Sob o olhar da arquitetura, talvez seja a área que mais concentre essas reflexões. No entanto essa investigação, por vezes se limita em mensurações de valores e dimensões das intuições euclidianas: retas, ângulos, medidas, quadrados, círculos, ou seja, as especulações da geometria precisam da forma e seus limites rígidos, o que é dentro e o que é fora, ou o que é público e o que é privado.

Quando se trata das ditas “moradias populares” ou de interesse social, esta investigação, para além da geometria da forma que também é um discurso presente nesse debate, se estende às políticas, ou melhor dizendo, aos programas e créditos que a viabilizam com o intuito de uma abordagem em maior parte quantitativa dos problemas habitacionais.

No entanto, para este capítulo, tem-se o esforço de adentrar na intimidade do que chamamos de morada rural, na busca de compreender como se constitui o espaço construído pelas pessoas que nele vivem e habitam, e como as famílias camponesas agora assentadas produzem o seu território em assentamentos de Reforma Agrária.

Pensar o significado da implantação dos usos no espaço apareceu como um grande desafio da pesquisa. O que a princípio parece ser uma construção aleatória, se observada mais a fundo, remete a uma rede de significados que denotam a clara necessidade

do homem de se reconhecer no lugar, por isso a sua relação com as coisas e pertences, a organização dos objetos tanto na casa como no lote.

Se esse mínimo por vezes aparece na utilização do material empregado na casa ou mesmo no mínimo de área para abrigar a família, outras vezes é um mínimo que, olhando por outro viés, pode ser o máximo em relação à utilização qualitativa dos espaços, um mínimo que extrapola as paredes da casa e alcança o limite máximo do lote, um mínimo que permite que o valor enquanto uso se espraie ao máximo no espaço exterior.

A produção coletiva do espaço e as suas características particulares, culturais e estéticas são feitas segundo a ordem e necessidade de uso da terra para moradia e para o trabalho.

No campo, o sentido de morar não se circunscreve à casa propriamente dita, o espaço dominado e preconcebido do mundo moderno. Grande parte das atividades rurais acontece no exterior dessa mínima unidade material que é a casa. É no exterior que parte do trabalho da família se espacializa.

O ato de morar extrapola as paredes que delinham os poucos mais de 30m² de área. Faz parte dessa estrutura saliente os arredores, o quintal.

A identificação do vivido – a casa e o seu entorno



Foto 4 - Vista da casa e roça de subsistência.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

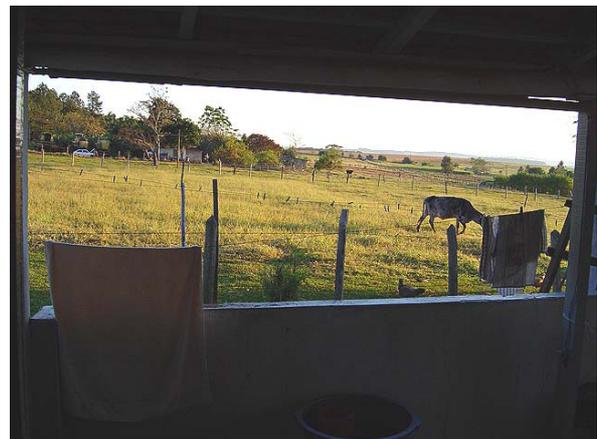


Foto 5 - Vista do pasto a partir do interior da casa.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

A planta da casa expressa a materialização das relações sociais dos indivíduos que nela habitam. Elas se distinguem umas das outras tanto com relação aos materiais empregados, como tijolo, adobe, madeira, pau-a-pique, tipo de coberturas, quanto às suas variações internas, ou seja, o espaçamento dos cômodos, a abertura das janelas (o que se

avista), a localização de portas e acessos, e ainda quanto à sua implantação no lote, tendo em vista a articulação dos espaços internos com o externo, o que é frente, o que é fundo, onde se localiza a cozinha em relação à unidade de produção.

Podemos chamar de reciprocidade da forma - com suas características físicas da matéria - e do uso, quando o espaço é concebido e apreendido através de hábitos decorrentes do modo de produção que os caracteriza. Nesse caso, a forma não apenas determina o uso e a experiência, mas também é igualmente determinada pelos dois, à medida que é vivida.

A identificação do vivido – a casa cuidadosamente construída com o uso de materiais locais.



Foto 6 - Casa de Cidão.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 7 - Casa de Pingo.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

3.4 A casa e seu entorno: a casa-quintal

Acho que o quintal onde a gente brincou é maior que a cidade. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que somos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade [...]
(BARROS, 2003)

A casa no campo é a apropriação material e simbólica do espaço. O valor social que se dá ao objeto, ou ao que representa a casa, tem aí, além da funcionalidade do cotidiano territorializada no habitat, significados afetivo e simbólico que certamente representam uma série de valores da família camponesa, construídos a partir da sua trajetória histórica, dando sentido da tradição para a sua prática.

Vê-se a morada como um espaço qualitativo, como objeto com uso e valor cultural, com símbolos que são apropriados através do tempo.

A casa-quintal, então, é definida enquanto espaço de uso e de produção de valor de uso, ou seja, como uma construção material e simbólica do espaço onde sua estrutura de apropriação e consolidação física se fixa conforme a organização sociocultural que a elabora.

Partirei do externo. O quintal é a extensão de uma série de atividades não circunscritas no corpo da casa. A horta, as árvores, o pomar, a criação, o plantio de subsistência e ainda as outras unidades materiais como o banheiro, a área de lavagem de roupa, o poço, o paiol, o galinheiro, em alguns casos a cozinha com o fogão a lenha, a casa de farinha...O quintal se consolida como unidade de produção, portanto, de reprodução da família.

Percebe-se, neste desenho, a espacialização das relações de produção no lote familiar. A casa-quintal é, ao mesmo tempo, chão de morada e terra de plantio. Externa a ela, tem a área de cultivo de subsistência, que garantirá a reprodução da família, as árvores, a horta, as demais unidades físicas, o banheiro, o galinheiro, a casa de outros membros da família e ainda os diversos atalhos que ligam o lote a outras imediações do sítio.

Delimitação dos usos da casa-quintal



Foto 8 - Vista frontal do lote do Camilo.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

A representação do vivido – desenho do lote familiar

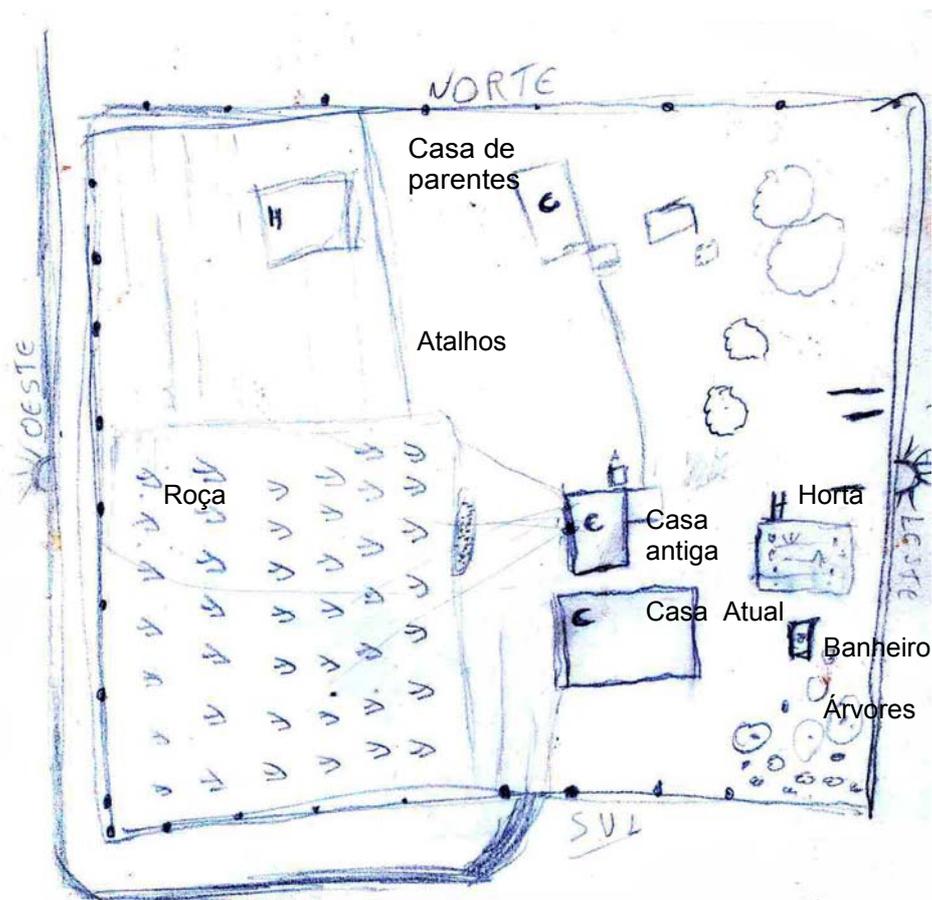


Figura 1 - Lote do Camilo (ver localização no mapa da agrovila, capítulo 4). Desenho feito pelo auxiliar Giovani em uma das atividades de formação dos jovens para o processo de construção das casas.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

[Calixto]: a minha casa é um barraco, de costaneira..., a água é mina, banheiro é fora, é no mato... (SHIMBO, 2002; 2003)¹⁹.

Vinculada ou não ao sentido de “precariedade”, como o próprio assentado descreve, a casa é um “barraco”. Esse mínimo de habitabilidade que aparece na sua fala logo em seguida, representa também o que pode-se identificar como o máximo de uso do espaço exterior, ou seja, quais e como as relações se espacializam no exterior das paredes, “a água é de mina e o banheiro é no mato”. Se atentarmos ainda ao desenho e à imagem acima, reconheceremos o atalho que liga a casa da filha mais velha ao fundo do lote, o local de

¹⁹ Relato oral de um assentado, v. 1, p. 18.

brincadeira das crianças, a roça, a extensa área de secar a roupa da família. Com um olhar mais atento, esse mínimo também representa um máximo de zelo com relação à fachada florida da casa, enfeitando e colorindo o que ele mesmo chama de barraco.

As instalações sanitárias, em geral, aparecem descoladas do corpo da casa, devido ao fato de que grande parte dos banheiros²⁰ é em sistema de fossa. O banheiro ou "casinha", quase sempre no exterior da casa, muito raro aparece conectado à casa. Isso acontece quando sua construção é de alvenaria. No entanto, mesmo sendo dessa forma, o banheiro aparece como um “puxadinho”, na periferia das paredes que circunscvem a casa.

Unidades materiais para além do corpo da casa



Foto 9 – "Casinha" ou banheiro externo.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2003.



Foto 10 – Banheiro acoplado ao corpo da casa.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2003.

O abastecimento de água se dá, na maioria das vezes, por meio de poço, com ou sem bomba, mas não são todos que o possuem em seu lote, necessitando pegar água no vizinho. A qualidade ambiental, no que diz respeito à saúde da família, deve ser extremamente considerada, à medida que os lotes nos assentamentos se aglutinam, sendo necessário pensar como serão dispostos os serviços de abastecimento de água e recolhimento do esgoto. Percebe-se na área estudada que nem sempre esses poços estão distanciados de forma correta, tanto em relação à casa, quanto em relação à fossa, sendo assim grande alvo de doenças infecto-contagiosas, conforme relato do médico do posto de saúde, localizado na agrovila 1.

²⁰ Conforme definição do IBGE (2000) apud Fundação ... (2005), fica entendido como sanitário "[...] o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que possui aparelho sanitário ou buraco para dejeções".

A área de lavagem de roupa ganha lugar privilegiado, sendo na maior parte das vezes na parte externa da casa, numa área anexa ou debaixo da sombra de uma árvore.

Faz parte desse exterior também a cozinha. Assim como o banheiro, é raro a cozinha estar no corpo da casa. Tãmanha é a importância dada ao ato de comer que é possível notar, em algumas casas, o desmembramento da cozinha da estrutura física da casa. Quando a cozinha está no mesmo corpo da casa, geralmente há uma divisão de paredes ou um desnível no piso.

Espaço para abrigar o fogão a lenha, a cozinha se consolida como lugar de produção e também de consumo. É o lugar onde os produtos trazidos da lavoura serão preparados para alimentar a família, por isso seu acesso precisa ser diretamente ligado ao exterior, onde se localizam também os fluxos para a horta e o pomar.

A identificação do vivido – demais unidades de uso



Fotos 11 - Área de serviço ao ar livre.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Fotos 12 - Área de serviço na parte externa da casa.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 13 - Poço e prosa no quintal.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 14 - Cozinha ao fundo, externa ao corpo da casa.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 15 - Cozinha de alvenaria acoplada ao corpo principal da casa.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 16 - Espaço interno da cozinha, parede de costaneira.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 17 - Cozinha com fogão a lenha adaptada na varanda da casa.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 18 - Cozinha ao fundo desmembrada do corpo principal da casa.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2005.

Assim como a vegetação que embeleza a fachada, a cozinha contém uma série de significados para a família camponesa. É onde a mulher consegue exercer maior autonomia sobre seus afazeres, seja no cuidado com a organização dos utensílios seja na criatividade de inventar novos apetrechos domésticos. O zelo reaparece então enquanto presença feminina na estrutura interna da família.

A distribuição dos objetos no interior da casa mostra o seu caráter utilitário em relação à localização, por exemplo, das panelas, das ferramentas, e ao mesmo tempo em relação à “decoração”: a mesma panela usada para cozinhar é cuidadosamente areada e posicionada sobre a toalha de renda na prateleira, sendo, portanto, utilitária e decorativa, ilustrando o papel da mulher dentro da casa.

Organização dos objetos na casa



Foto 19 - Detalhe da fachada.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 20 - Zelo com os utensílios domésticos.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 21 – Criatividade na confecção de novos objetos.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

Esse mínimo poderia ser entendido como a manifestação de uma identidade própria e, portanto, de uma estética diferenciada? Que valores e sutilezas se escondem nesse mínimo de habitação constituído pela simplicidade da casa camponesa?

Quantos abrigos e valores difusos existem dentro desse mínimo que é a casa, mas ao mesmo tempo é o máximo de intimidade e recolhimento da família? É o que Bachelard chama de a “casa dos homens” e ainda “casa das coisas: gavetas, cofres e armários”, a infinidade de ninhos existentes na concepção da moradia.

“Os valores de abrigo são tão simples, tão profundamente arraigados no inconsciente, que vamos encontrá-los mais facilmente por uma simples evocação do que uma descrição minuciosa” (BACHELARD, 1988, p. 32).

O “canto” é a intimidade, é a particular relação do indivíduo com o ambiente específico que lhe pertence, onde se estabelecem domínios por ele determinados, onde se espacializam seus espaços-atividades, onde a vida do cotidiano se expande. Discorrerei mais sobre esses valores subjetivos no capítulo 4.

3.5 O sítio camponês

Partindo da unidade da morada para o seu entorno.

O sítio ou bairro rural não deve apresentar como característica apenas sua base física, geográfica, o seu recorte territorial, que é essencial para sua configuração, mas, sobretudo, seu sentimento de “localidade”, da relação entre as famílias e os indivíduos, do sentimento de pertencimento.

Dessa estrutura espalhada, ou unidade que congrega as moradas, resulta as formas de sociabilidade, de solidariedade, relações de vizinhança, constituindo as relações sociais básicas do imediato da sociedade camponesa. É o sistema de trocas que estabelece a integração dos habitantes do bairro, as trocas de serviço, de alimento e mesmo as atividades religiosas (CANDIDO, 2001).

Um bairro rural poderia, deste ângulo, definir-se como agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades (CANDIDO, 2001, p. 87).

Antonio Candido ressalta a existência de bairros com unidades frouxas e os denomina “centrífgos”, quando apresentam o que se pode chamar de um mínimo de interação. Dotados de um movimento “centrípeto” são aqueles com vida social mais rica, com maior convergência das relações entre os vizinhos e atividades mais integradas.

O distanciamento de uma morada para outra não dita a unidade que a congrega. A princípio, pode-se entender que o agrupamento de morada mais próxima uma da outra tenha laços mais estreitos de sociabilidade. No entanto, às vezes, em um agrupamento disperso é

possível ter relações de sociabilidade centrípeta imperceptível para o observador externo.

O termo “sítio” para Woortmann designa, em seu sentido mais amplo,

[...] uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum [...] Nesse plano de significado, sítio é um território de parentesco, definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais, com domínio quase corporativo do conjunto de suas terras. Num segundo sentido, sítio significa área de terras trabalhadas por uma família [...], é o patrimônio construído pelo trabalho da família e transmitido de pai para filho [...] O sítio é o resultado do trabalho e o lugar do trabalho por excelência [...] Num terceiro sentido, a mesma palavra designa o conjunto casa-quintal, aproximando-se seu significado do de chão de morada (WOORTMANN, 1990, p. 30-31).

Sendo lugar de parentesco, lugar de trabalho ou chão de morada, nos três significados apresentados por Woortmann, sítio refere-se à territorialização da família, desde a casa até o conjunto de casas, ou conjunto de famílias, de parentes. É no sítio, no território camponês, onde se dá o tempo e o espaço da família. “Sítio designa sempre um espaço de reciprocidade” (WOORTMANN, 1990, p. 32).

Os pequenos produtores de Boa Vista, conforme Heredia (1979, p. 37), utilizam a categoria sítio “[...] para delimitar a extensão total englobada por cada uma das famílias produtoras, incluindo nessa denominação a casa e a parcela de terra que se dispõe para o cultivo, o roçado”.

É, portanto, a parcela onde se situa a casa-quintal, onde reside a família. É também toda a parcela camponesa, onde se localiza o chão da morada e as demais áreas que estão além da casa, as terras de plantio, ou nas palavras de Ellen Woortmann (1981), “pasto” ou “malhada”, que é onde se cultiva.

Deve-se compreender o sítio camponês a partir do funcionamento do sistema de objetos e ações que o integram, ou seja, na integração dos seus espaços-atividades, a casa, o quintal, os equipamentos coletivos e a rua ou atalhos que vão interligá-lo.

Sendo assim o sítio, o bairro rural ou as agrovilas tendem a se configurar como espaços “qualitativos”, à medida que conseguem territorializar as relações de sociabilidade e os hábitos da comunidade.

Como espacializar essas formas de convivência? Antes essa ocupação se dava de forma autônoma, hoje essas relações são espacializadas pelo Estado, através do fornecimento de terras para implantação de políticas de reforma agrária.

A composição dessa dinâmica, no que se refere à sua dimensão geográfica e sociocultural, apresenta hoje características diferenciadas na composição que Antonio Candido relatou nos anos 50.

Bettanini (1982), ao tratar da organização social e da forma espacial que a abriga, assevera que as observações de Lévi-Strauss em "Tristes Trópicos" faziam referência ao que já se delineava como "espacialização da estrutura social".

Vista do alto de uma árvore ou de um telhado, a aldeia bororo se assemelha a uma roda de carroça em que as casas familiares desenham o círculo, os caminhos, os raios, e em cujo centro a casa dos homens constitui meã [...] A disposição das cabanas em volta da casa dos homens é de tal importância no que diz respeito à vida social e à prática do culto, que os missionários salesianos da região do Rio das Garças perceberam logo que o meio mais seguro para converter o Bororo consistia em fazer com que eles abandonassem a aldeia por outra em que as casas fossem dispostas em filas paralelas. Desorientados em relação aos pontos cardeais, despojados do plano sobre o qual baseavam todas as suas noções, os indígenas perdem rapidamente o sentido das tradições, como se seus sistemas sociais e religiosos [...] fossem por demais complicados para prescindir do esquema tornado evidente pela planta da aldeia, cuja fisionomia é perpetuamente vivificada por suas ações quotidianas (LÉVI-STRAUSS, 1965 apud BETTANINI, 1982, p. 88).

Certamente essa espacialização autônoma ou desenhada a partir das regras sociais da aldeia não pode ser utilizada nos assentamentos hoje. Delineado com o rigor da geometria das áreas específicas, o desenho do assentamento expressa a racionalidade do concebido, que pode ser estratégico ou não, como demonstrou o autor ao relatar o desejo dos missionários salesianos.

Conforme teorias do desenho urbano, alguns desenhos de assentamentos rurais expressam a lógica da centralidade das praças urbanas que agregam os serviços públicos municipais. O desenho da agrovila aparece como espaço, onde, teoricamente, a comunidade se integra, de acordo com seus valores e hierarquias.

Obviamente esse espaço preconcebido via Estado não é imune, ele sofre constantes arranjos no decorrer do tempo. A noção de território remete à representação de posse por parte de um indivíduo ou coletivo, é o espaço onde o organismo afirma os seus

direitos, onde a relação do cotidiano, seja da intimidade da família seja da interação da comunidade, se funde (e confunde) ao traçado predeterminado.

O desenho da estrutura agrária no Brasil, mais especificamente a produção dos desenhos de assentamentos rurais, exprime ao mesmo tempo a tradução das forças sociais que reivindicam esses territórios, ou seja, os movimentos sociais nas constantes lutas e reivindicações perante o governo, bem como a dinâmica da estrutura interna de cada grupo que compõe esse movimento, com as respectivas especificidades.

O território camponês é (re)constituído hoje enquanto assentamento rural via políticas de reforma agrária, para além da construção e representação do espaço, da produção propriamente dita. Este território camponês (re)organizado remete a uma complexa rede de significados e resíduos do agora camponês assentado. É a partir da observação da vida cotidiana que o espaço fala, onde é possível percebê-lo e compreendê-lo. O sujeito tem aí um papel ativo e construtivo na organização ou reorganização do espaço.

É possível identificar essa "fisionomia vivida" pelas ações cotidianas, quando nos deslocamos para o seio da família e sua reprodução.

Não se pode pensar o espaço como espaço homogêneo, ele se difere em sua complexa forma com significados difusos para uma determinada comunidade e seus indivíduos. Para além da heterogeneidade, caracterizada pelos usos e hábitos de cada indivíduo/família/grupo, o lugar apresenta também a oposição entre pólos, como veremos no capítulo 4, ou seja, o sagrado e o profano, o feminino e o masculino, o espaço habitado e o desconhecido, dentro e fora, longe e perto, o canto e o universo.

3.6 Ajustamentos e reinvenções camponesas: modo de vida *versus* modernidade

Antonio Candido, ao estudar a trajetória dos parceiros em face das transformações advindas do processo industrial, relata as perdas no terreno dos meios de obtenção de vida do caipira paulista. Obviamente isso nos revela uma perda também no campo territorial da materialização dos costumes.

Dentro das diversas atividades da casa-quintal, as casas de farinha, por exemplo, não são mais tão comuns nos sítios da Fazenda Pirituba, sendo percebidas em apenas 2 casas do grupo das famílias estudadas.

Heredia relata que é nos momentos de produção de farinha que também se reforçam as relações sociais.

Apesar de o estabelecimento ser de propriedade privada, é um local mais público do que as próprias casas. Ali não apenas se reúnem os membros da família proprietária do produto como também outros parentes e vizinhos, que conversam enquanto realizam o processo de fabricação de farinha (HEREDIA, 1979, p. 47).

Cabe destacar que o processo de urbanização está ligado ao avanço da evolução industrial, conseqüentemente à abertura não só de novos campos de trabalho, contribuindo para a evasão do campo e explosão das cidades, mas também para abertura do próprio mercado local das comunidades rurais, o que explica a penetração de novos utensílios e bens manufaturados nos comércios dessas áreas. Surgem, desta forma, novas necessidades para o camponês, necessidades estas que não dependem do seu meio imediato para a obtenção de recursos, necessidades criadas que dependem de meios externos, estreitando cada vez mais os laços com a cidade.

Quanto à cultura, os bens “não materiais”, é preciso construir novas relações com o meio natural e social, a aceitação dos novos traços urbanos caem, para o caipira estudado por Antonio Candido, como prestígio. O fumo, por exemplo, que outrora era cultivado com freqüência na horta, passa a ser adquirido pelo que é imposto pelo mercado. O ritmo do trabalho interfere nas relações sociais, as festas, as trocas alimentares e a solidariedade diminuem consideravelmente. Quanto ao bairro e sua dimensão social, a antiga sociabilidade, antes concentrada nos grupos vicinais, é transferida para formas mais amplas de interação, a outros bairros, vilas e cidades.

A esse processo Candido vai chamar de “ajustamento”, embora os parceiros estejam cada vez mais próximos do sistema de produção capitalista, procurando aceitar apenas os traços “impostos” pela economia e tendendo a não se incorporar à esfera urbana, mas se “ajustando” ao que o autor chama de “mínimo inevitável à civilização”, procurando preservar ao máximo as formas tradicionais²¹.

²¹ Sob esse aspecto, Klaas Woortmann, ao estudar diversos camponeses, destaca as ambigüidades presentes na história e também nas pessoas. Ao mesmo tempo em que os sitiante sergipanos estudados por ele apresentam perfeita lógica racional, ao expor o cálculo das vantagens relativas entre investir o recurso oriundo do financiamento Banco do Brasil na compra de gado ou aplicá-lo na caderneta de poupança, expõe a preocupação em benzer o gado e acredita que a seca é “castigo de Deus imposto na terra como punição à maldade dos homens” (WOORTMANN, 1987)

Pierre Bourdieu, ao estudar a migração dos camponeses argelinos do espaço rural para o espaço urbano, relata de forma poética e drástica o processo de transição de uma economia com base pré-capitalista, tradicional camponesa, para capitalista.

Esse percurso se trava na discordância entre as “disposições econômicas e temporais” dos agentes e o novo mundo econômico. A respeito deste novo “porvir” moderno, seria nulo reduzir esses agentes (os camponeses) a meros executores de uma estrutura já plasmada.

O autor vai mostrar que estas devem funcionar como “estruturas estruturantes”, orientando e (re)organizando as práticas econômicas na existência cotidiana, como nas relações de compra, poupança, crédito, representações políticas e, inclusive, na nova forma de ocupar os espaços. “Os agentes criados dentro de uma tradição cultural só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma reinvenção criadora, que nada tem a ver com acomodação forçada, mecânica e passiva” (BOURDIEU, 1979, p.14).

No que diz respeito à unidade de morar, a crise habitacional freia a expansão da família. É na coabitação que os mais pobres vão encontrar o lugar para equilibrar os custos, unindo as despesas com outras famílias e utilizando a pluralidade de fontes de rendimento para uma única despesa. A sobrevivência é mantida na antiga solidariedade e auxílio mútuo familiar. Uma família apenas, no grau de instabilidade máxima, não daria conta de bancar as despesas de uma casa. O preço da coabitação é a disputa de autoridade dos chefes de família que passam a viver sob o mesmo teto. Muitas vezes o realojamento para unidades habitacionais determina a cisão de grandes famílias que viviam juntas, em coabitação ou em favelas.

Bourdieu fala ainda da dificuldade de tomar posse do espaço de morar. Com base em discursos modernos, as habitações eram pensadas nessa época de modo a responder ao crescimento populacional nas cidades comungando das inovações tecnológicas e da corrente de produção. O seu espaço deveria constituir-se do mínimo ajuste do morar, obviamente um mínimo diferente ao mínimo ajustado ao meio que Antonio Candido relata; a planta moderna era planta livre, porém desajustada, trazia novos conceitos quanto à circulação, dimensionamento, composição e proporção, era um mínimo quanto à metragem quadrada, um mínimo permitido para garantir a habitabilidade. No entanto esse novo pensamento do morar moderno torna-se obsoleto para a população que não o reconhece enquanto “habitat”.

A materialização desse processo, comum também nas grandes cidades brasileiras,

se dá em forma de habitações “precárias”, cortiços, favelas e loteamentos periféricos, visto que o Estado ainda não conseguiu responder ao imenso déficit habitacional no país de 7,9 milhões de moradias, como já citado no capítulo 2.

Esses ajustamentos do modo de morar aparecem como uma solução orçamentária adotada pelo morador massacrado pelo cenário excludente das grandes cidades, onde a renda da maior parte da população não acompanha o avanço (se é que se pode chamar assim) da economia formal do país e, com isso, melhores condições de habitação.

No entanto é possível identificar nesses ajustamentos urbanos, sobretudo na favela, por exemplo, o caráter autônomo de suas relações. Com relação à casa, a família constrói o seu modo de morar; no mercado de trabalho, a autonomia aparece de acordo com a possibilidade do desenvolvimento local²², como comércio, serviços, bares, cabeleireiro.

É possível notar também a consolidação espacial a partir das relações de parentesco²³ e vizinhança nos quintais coletivos. O quintal, na favela, não aparece como unidade de produção que subsidiará a unidade de consumo, que é a casa. Porém, pode-se perceber que seus espaços são ditados por laços de reciprocidade e parentesco, categorias que são próprias do campesinato. Conforme assegura Bourdieu (1979, p. 115), “Habitat precário participa de um universo econômico que tem sua lógica própria”. Poder-se-ia, assim, encarar a favela como lugar de manifestação de uma identidade própria.

A campesinidade no espaço urbano



Foto 22 - Cidade Tiradentes, São Paulo: ocupação autônoma do território.
Fonte: Arquivos de trabalho Usina, 2003.



Foto 23 - Pirituba, São Paulo: sociabilização da laje de acordo com o crescimento da família.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2004.

²² A exemplo disso, cito a favela Dois de Maio em São Paulo. O local de centralidade era a padaria; o dono, um morador antigo e importante liderança no pequeno território, por sua vez, empregava filha e sobrinha; a padaria era o ponto de referência, nela as relações de vizinhança se espacializavam como nicho de sociabilidade e ponto de encontro dos parentes. É possível identificar também o emprego de mão-de-obra pela indicação. Empregam-se os parentes, vizinhos e compadres.

²³ Conforme definições teóricas de Ellen Woortmann (1995).



Foto 24 – Pirituba, São Paulo: comércio informal como forma de desenvolvimento local.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2004.



Foto 25 - Favela Dois de Maio, São Paulo: quintais coletivos, espacialização a partir das relações de parentesco.
Fonte: Arquivos de trabalho Usina, 2003.

Por fim, Bourdieu ainda fala do processo de “favelização” da cidade, quando as famílias tendem a se adaptar de forma “inferior”, não podendo aderir ao nível de vida moderna. “Impedidos de adaptar-se, como eles desejariam, a um habitat que exige uma mutação de toda atitude, privados das condições materiais desta mutação, não fazem senão recriar as antigas condições que tinham acreditado fugir ao aceder à cidade moderna” (BOURDIEU, 1979, p. 127).

Não cabe aqui ficar divagando sobre o processo de favelização das cidades, visto que as formas de acesso à moradia popular para os trabalhadores e também o papel do Estado na formulação de Políticas Públicas vêm sendo exaustivamente estudados por pesquisadores que têm se dedicado às questões urbanas.

No entanto, sendo o discurso de “favelização dos assentamentos” muito comum àqueles que estudam as disposições de infra-estrutura da área rural apenas sob um olhar do que é tido como o ideal, como o que é tido como o “mínimo de habitabilidade” para determinar os padrões da situação habitacional, cabe-me fazer um questionamento.

Tentando pensar a partir de uma lógica inversa e sabendo que grande parte dos moradores de favela advém das áreas rurais, não seria conveniente, ou melhor, coerente pensar a favela como um espaço dotado de formas parciais de um processo de campesinização? Formas culturais do campesinato que resiste e luta pela sua permanência nessas áreas tomadas pela lógica de produção capitalista do espaço, que se recria no cotidiano das periferias urbanas.

Voltando ao espaço que aqui nos compete, ainda com relação à entrada da

parafernália urbana, é possível a percepção de algumas distorções do “mínimo habitável”, um desejo constante no sonho do que poderia ser uma casa ideal.

Com a entrada de novos elementos construtivos e o grande peso das lojas de materiais de construção influenciando na definição dos espaços de morada, é difícil identificar como seria hoje uma típica casa rural.

À medida que novos elementos são incorporados, como a anexação do banheiro no corpo da casa, pode-se perceber uma aderência aos padrões urbanos. Mesmo que em alguns casos esse espaço se torne obsoleto²⁴, garantir o banheiro no interior da casa cai para o assentado como prestígio.

Há um desejo de emprego desses novos elementos construtivos, onde a casa boa tem que ser a “casa de material”²⁵, o que quer dizer, material vendido em loja, alvenaria. A casa de material aparece como a possibilidade de ter um lar seguro e duradouro que proteja a famílias da chuva e do vento. Conforme Bachelard (1988, p. 36), “[...] a casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade”.

Se antes o abrigo se constituía com recursos locais, terra, taipa, madeira, é comum ouvir aspirações de melhoria nas condições de moradia, como mostra o relato abaixo.

[Ilza]: quando morávamos na barraca de lona, sonhávamos em ter uma casa decente, um conforto para a nossa família.

[Clara]: pensávamos que com a terra nós teríamos renda para construir depois a casa, mas não foi bem isso.

[Ilza]: a família se sente humilhada quando vem alguém [visita], por não ter uma casa decente [...].

[Janete]: a gente não tem condições e faz um barraquinho simples [...].

[Adelson]: eu tenho uma casa de madeira, mista: um pouco de material, um pouco de madeira, o banheiro é de material [...] e o resto é de madeira e estou há 12 anos. Madeira de pinus, eu gostaria de ter uma casa de material completa (SHIMBO, 2002; 2003, grifo meu)²⁶.

O fato de a moradia ser produzida com recursos naturais do próprio sítio, como apresentaram Candido (2001) e Heredia (1979), não significa que suas condições físicas sejam de boa qualidade. Para além da situação de instabilidade e nomadismo, como

²⁴ Pode-se perceber que algumas casas no assentamento apresentavam banheiro no corpo interno da casa, no entanto, na maioria delas o banheiro não tinha o real uso. Talvez por falta de recurso ou mesmo por falta de prioridade no término das instalações, o banheiro nunca fora concluído, tendo assim seu uso alterado, em vez de banheiro, o espaço passou a ser utilizado como depósito na maioria das vezes e até como galinheiro.

²⁵ Manifestação constante no processo de discussão das casas da Fazenda Pirituba. Veremos com maior aprofundamento como se dão esses “ajustamentos” no campo da produção da morada no capítulo 4.

²⁶ Relato oral de assentados, v. 1, p. 10 e 18.

expuseram os autores, os assentamentos e assim os camponeses na situação de assentados apresentam maior estabilidade com relação ao uso da terra. No entanto, por que a casa e mesmo o término de unidades já existentes (para além das necessidades essenciais do abrigo da família, como ampliação, área, pintura...) aparecem na maioria das vezes como trabalho em segundo plano?

O que dita a prioridade nesse lugar? Portanto, quais necessidades estão postas no desenho e produção do lote de morada camponesa?

Pode-se observar no assentamento em estudo que as características das casas variam de acordo com a relação da família com os diferentes níveis econômicos. Enquanto não se tem renda suficiente para tal, a casa é edificada com recursos de serrarias locais, ou mesmo com resíduos da construção de outras moradias.

Casas que foram contempladas pelo PSH-Rural no quesito reforma de unidades existentes



Foto 26 - Casa para reformar na agrovila 1.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 27 - Casa para reformar na agrovila 1.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

As casas do campo denotam um refazer contínuo.

[Janete]: cada um faz do jeito que sabe e pode.

[Eduardo]: e vem reformando nesses anos...

[Dejair]: acho que a maioria já refez as paredes de tábuas umas 3 vezes [durante 18 anos] (SHIMBO, 2002; 2003)²⁷.

A aquisição da casa fica vinculada sempre ao sonho de ter condições melhores para produzir no campo, assim poderão ter renda para pagar.

²⁷ Relato oral de assentados, v. 1, p. 39.

[Janete]: se não houver produção, não tem como pagar o financiamento. Não tem como fazer uma casa sem alicerces.

[Paulino]: se não tiver produção, nós não temos condição de pagar o financiamento.

[Janete]: precisamos de condições de produzir no campo.

[Wagner]: ter financiamento. Ter uma casa melhor, com mais segurança (agüentar vento, chuva etc.) (SHIMBO, 2002; 2003)²⁸.

A partir da fala dos assentados, percebemos o desejo de melhoria nas condições de moradia nos assentamentos, o que me induz a mais um questionamento, como já exposto anteriormente. O que a faz precária? Será de ordem econômica, da situação de renda dos assentados, de ordem cultural? Ou da total ausência do Estado na formulação de políticas públicas para a população moradora do campo ao longo desses anos?

A realidade nos assentamentos rurais hoje é reflexo da falta de políticas públicas para o campo, ou melhor, da falta da concretização de direitos já garantidos e também vontade política para se investir na produção e reprodução de vida dos trabalhadores rurais. E é justamente essa ausência do Estado que favoreceu ao longo da história brasileira, e ainda favorece, a migração dessas famílias camponesas para áreas urbanas, onde teoricamente teriam melhores condições de vida, o que na prática não ocorre.

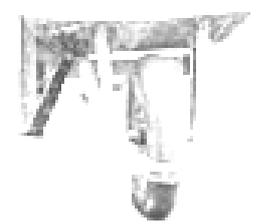
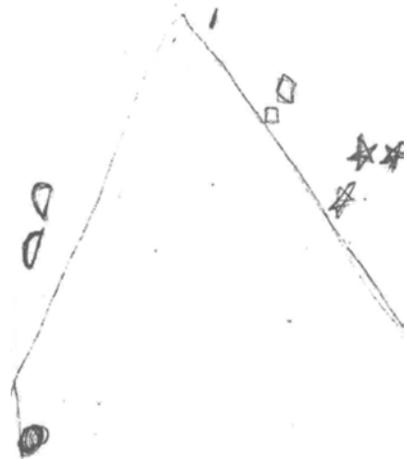
²⁸ Relato oral de assentados, v. 1, p. 36 e 37.

Capitulo 4

PSH-Rural Fazenda Pirituba - A campesinidade nos meandros do "Grupo das Casas"

"O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros".

Paulo Freire , 2002



Capítulo 4

PSH-Rural Fazenda Pirituba - A campesinidade nos meandros do "Grupo das Casas"

O presente capítulo traz algumas reflexões a partir da experiência de construção de moradias rurais, em regime de mutirão e autogestão, no Assentamento Rural Fazenda Pirituba, especificamente nas agrovilas 1 e 4.

Os recursos para a construção das moradias são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Crédito de Instalação de Infra-estrutura, e complementado com recursos do Ministério das Cidades, por meio do Programa de Subsídio Habitacional Rural (PSH-Rural). O contrato foi assinado em fevereiro de 2004 e teve o primeiro repasse de verbas no início da obra em abril do mesmo ano.

Durante três anos, um grupo de famílias assentado na Fazenda Pirituba, com o apoio de pesquisadores do grupo Habis da USP-São Carlos e demais parceiros, esteve envolvido desde a fase de levantamento da demanda habitacional no assentamento, de elaboração do projeto arquitetônico, de busca de financiamento, até o planejamento e a execução do canteiro de obras.

Como apresentado no capítulo 2, o mutirão na Fazenda Pirituba se insere no "Projeto Inova Rural"²⁹, que tem por objetivo analisar o conceito de sustentabilidade sob três aspectos relacionados ao **processo, gestão e produto**. Estarei, dentro do possível, pincelando cada um desses pontos ao longo deste capítulo.

A construção das unidades habitacionais no assentamento se deu com o apoio e a assessoria de pesquisadores do grupo Habis e de arquitetos da assessoria técnica Usina.

À luz do panorama de territorialização camponesa e tendo por base a trajetória de luta dos camponeses no Brasil, apresentado no capítulo 1, a primeira parte deste capítulo procura identificar o processo de ocupação histórica da Fazenda Pirituba, os entraves políticos, os conflitos iniciais, o posicionamento dos sujeitos do campo em delimitação, tentando resgatar as políticas de ocupação inseridas na região e posteriormente o ordenamento territorial.

²⁹ Ver p. 56, capítulo 2.

Dentro desse universo, faz-se necessária a compreensão do contexto do assentamento Fazenda Pirituba, como e em que circunstâncias os espaços de morada são produzidos. Quem são os camponeses assentados? Como se dá a ocupação e a apropriação da terra?

Em seguida, pretende-se discorrer sobre a experiência do "Projeto Inova Rural". Não se almeja aqui adentrar e esmiuçar as relações e conflitos internos do mutirão, que obviamente existem, mas relatar referências e sutilezas que foram observadas, na tentativa de compreender como as pessoas que ali vivem, produzem o seu cotidiano, como se dá a relação com a terra, o trabalho, a família, onde e quais são os domínios estabelecidos, como o modo de vida camponês se espraia na Fazenda Pirituba, e ainda como esse modo de vida aparece nos meandros do processo de construção das moradias, seja no canteiro de obra seja nas reuniões de organização do mutirão.

As questões já apresentadas partem de uma série de reflexões que apareceram no decorrer do acompanhamento da construção dessas unidades, a respeito do mínimo habitável de abrigo, e ainda como esse mínimo se contrapõe ao máximo do espaço externo e ao zelo e prenda da mulher camponesa, numa tentativa de reconhecimento dos domínios e significados desses espaços constituídos por mínimo e máximo.

No tocante à política habitacional, procurou-se compreender, a partir de uma experiência empírica, como as demandas e anseios estão colocados pelos assentados, pelos técnicos, pelos agentes financiadores, bem assim como os "mínimos", que são extremamente contraditórios, se contrapõem, e o que de fato se faz prioritário.

A camponidade aparece como um dos caminhos para compreender a maneira como as famílias vivem em seu cotidiano, e também como isso se reverte no canteiro de obra, ou seja, os diversos ajustes e desajustes durante o mutirão.

4.1 Os sujeitos iniciais do assentamento Fazenda Pirituba

Palco de diversas intervenções e tensões no que diz respeito à "Questão Agrária", a área da Fazenda Pirituba, no início dos anos de 1950, constituía-se de terras públicas com extensão de 17.420 hectares. Foi cedida ao Estado por uma empresa chamada Companhia Angatuba como pagamento de dívidas hipotecárias (VEIGA, 1990, apud BOMBARDI, 2005, p. 576).

Com a proposta de instalar ali um projeto de cultivo e beneficiamento de trigo, o governo Adhemar de Barros cedeu essas terras a um agrônomo italiano. “Este deveria trazer famílias da Itália que receberiam todo o apoio do Estado no âmbito de uma grande campanha pelo abastecimento interno de trigo” (VEIGA, 1990, apud BOMBARDI, 2005, p.579)

Além de conceder o uso privado da terra que antes era pública, o governo ainda investiu parte dos recursos oriundos do fundo público para benfeitorias na fazenda, como a aquisição de maquinários agrícolas e a construção de novas moradias para os futuros colonos italianos.

Os camponeses, que ali já residiam na condição de posseiros, se viram obrigados à “[...] aceitação do trabalho de pedreiros e carpinteiros para a construção das casas dos colonos italianos que viriam habitá-las”(BOMBARDI, 2005, p. 582).

Com o fracasso do projeto, a fazenda, que ficou abandonada, pois os agricultores italianos nunca vieram, passou então por um processo de grilagem. Em vista disso, travou-se uma disputa entre camponeses posseiros que ali já residiam e grileiros; estes últimos tinham por fim o arrendamento das terras.

Na década de 60, houve a iniciativa de implantação da Lei de Revisão Agrária³⁰ na Fazenda. O governador Carvalho Pinto, em 1962, determinou a aplicação da citada lei nas terras. O governo ainda teve de pagar indenização ao mencionado italiano, que tempos atrás já havia recebido pagamento do próprio Estado.

Larissa Bombardi (2005)³¹ resgata nesse processo os entraves e procedimentos ilícitos que dificultaram a implantação da referida lei já na década de 70, sobretudo a corrupção de funcionários públicos, introduzindo na área mais dois outros grandes grupos, dos holandeses e dos “boiadeiros”, grupo de pecuaristas que viriam encampar a maior extensão de terra da fazenda e, obviamente, as mais produtivas. Aos pequenos produtores, que totalizavam 190, coube a ocupação das áreas menos extensas e de menor produtividade

Esse processo gerou, posteriormente, no final da década de 70, a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito para averiguar as irregularidades existentes no processo de aplicação daquela lei na Fazenda Pirituba. A partir de diretrizes da Secretaria da Agricultura, os contratos firmados pelo Estado foram revistos, iniciando-se o processo de regularização da Fazenda, isso já no governo Franco Montoro³². Nesse período, implantou-se no Estado o

³⁰ Lei específica do estado de São Paulo, publicada em dezembro de 1960, no governo de Carvalho Pinto.

³¹ Ver especificamente os capítulos 3 e 4.

³² Governador entre o período de 1983 a 1987.

Instituto de Assuntos Fundiários - IAF, hoje substituído pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP.

Foi no governo Montoro que se fez a implantação, de fato, da Lei de Revisão Agrária na Fazenda Pirituba.

4.2 A “resistência” e “reterritorialização” camponesa - Constituição do Assentamento Fazenda Pirituba

Coincidência ou não da história, o princípio de ocupação da Fazenda Pirituba, já no início da década de 80, aconteceu justamente pela organização das famílias que já se reproduziam, enquanto camponeses, no seio da própria fazenda, e que, diante do procedimento ilegal de loteamento da região, ficaram de fora da regularização.

Foi a partir do interior das terras da própria fazenda que se consolidou o processo de “reterritorialização” camponesa na região, que culminou, posteriormente, com a implantação do assentamento rural Fazenda Pirituba.

Era eu, ele [aponta para Adonir, filho dele] e mais quatro companheiro... dos quatro companheiro, veio nove... de nove, passou mais um bocadinho, consegui trazer 25, inteirando 34 família... depois da 34 família tinha mais gente que queria vir, veio mais outro, veio mais outro, inteirou 56 família... eu sei que já começemo a fazer barraco, fazer casa, casinha...sem autorização de ninguém, com a cara e a coragem (FELTRAN, 2002, p.11).

Nesse período se intensifica a luta pela terra na região. Os relatos contados pelos assentados mostram as fortes pressões que os jagunços contratados pelos grileiros que ocupavam a fazenda, impuseram às famílias camponesas.

A primeira ocupação da fazenda foi em 1981. Quarenta famílias entraram nas terras e foram despejadas após 4 meses. Depois de outras tentativas sem sucesso de entrada na área³³, foi no dia 13 de maio de 1984 que um número bem mais significativo de famílias ocupou definitivamente a fazenda.

Após a quarta ocupação e a intensificação dos conflitos, um requerimento da Procuradoria Geral do Estado autorizou o seqüestro de 3 mil hectares para a implantação do

³³ O grupo de camponeses entra e sai da terra por três vezes. É apenas na quarta ocupação que se consolida o acampamento.

assentamento, colocando em pauta na região tanto a questão agrária quanto o significado da Lei de Revisão (VEIGA, 1990 apud BOMBARDI, 2005, p. 609).

E, na madrugada de 13 de maio de 1984, mil e duzentas pessoas (250 famílias) juntaram suas 'traias', subiram em caminhões e desceram nas terras da Pirituba. Desceram desta vez para ficar. Os grileiros não conseguiram nem pedir na justiça o despejo, pois não conseguiram citar tantos ocupantes. A Secretaria de Justiça, com o auxílio do Instituto de Assuntos Fundiários, entrou com o pedido de 'sequestro' da área. O juiz de Itapeva transferiu, então, a guarda da gleba para a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento. Foi uma grande vitória jurídica, coisa inédita (ABRA, 1985 apud, BOMBARDI, 2005, p. 611).

O movimento dos trabalhadores rurais nessa época estava em gestação, entre 1979 e 1984, sendo fundado oficialmente o MST por ocasião do seu 1º. Encontro Nacional, em janeiro de 1984, no Estado do Paraná.

O início a ocupação da área da Fazenda Pirituba era constituída por camponeses da região, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do movimento do Sindicato Rural. A entrada do MST se deu posteriormente, juntamente com o rápido crescimento que o movimento teve a partir da década de 80. Esses camponeses organizados são os primeiros que formariam o corpo do MST na região.

Das 250 famílias, poucas puderam se instalar na fazenda, devido à restrita extensão e à qualidade da terra. Essas famílias iriam se organizar em lotes divididos pelo Estado, constituindo as Agrovilas 1 e 2, respectivamente, com 52 e 92 famílias. A primeira conquista desencadeou as demais. Outras áreas da fazenda passaram a ser reivindicadas.

Parte das famílias que ficou de fora das áreas 1 e 2 veio constituir um segundo grupo que ocupou a fazenda em 1986, dando início à formação da área 3, totalizando um número de 300 famílias. Desse grupo, no entanto, apenas 64 são assentadas. Em 1991 tem início a ocupação da área 4, totalizando o assentamento de 48 famílias. Em 1992 a área 5 se consolida com 45 famílias e, por fim, em 1996, 64 famílias vêm consolidar a área 6, em caráter emergencial até 2005.

Como visto, a área estudada é palco de conflitos de terra e laboratório de políticas fundiárias desde a década de 50.

Placas de identificação das agrovilas



Foto 28 - Placa Agrovila 1.

Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 29 - Placa Agrovila 4.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

4.3 Localização

Após a intensa trajetória de luta, a Fazenda Pirituba conta com área de 6.700 hectares e 356 famílias (dados até 2007).

O assentamento se localiza na região administrativa de Sorocaba, nas proximidades dos municípios de Itapeva, Itararé e Itaberá, região sudoeste do Estado de São Paulo. A região, apesar de deter uma diversidade de recursos naturais, é, no Estado, uma das que têm os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, vive basicamente da produção e extração da madeira, abundante na região, e também do trabalho agrícola. O raio de circulação dos assentados da Fazenda Pirituba fica entre esses municípios, conforme o mapa abaixo:

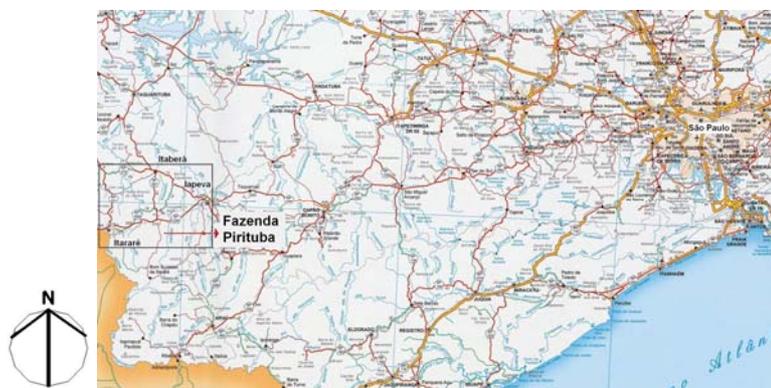


Figura 2 - Localização do assentamento no Estado de São Paulo.

Fonte: Departamento de Estradas e Rodagens, Edição 2003.



Figura 3 - Localização do assentamento e seu entorno.
 Fonte: Google Earth, acesso janeiro de 2007; elaboração da pesquisadora.

Na área ao norte da estrada SP-258, que liga Itapeva a Itararé, estão as agrovilas 2, 3, 5, a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (COAPRI) e, ao sul, as agrovilas 1, 4 e 6.

A região estudada situa-se entre o Rio Pirituba, a leste, e a divisa da área 6, a oeste. As áreas 1 e 4 têm a mesma via de acesso, que permite chegar à cidade de Bom Sucesso de Itararé.

O desenho do território expressa uma racionalidade de recortes geométricos que definem os respectivos usos e limites das agrovilas, ou seja, os lotes de morada, de plantio, a área reservada para a implantação de equipamentos comunitários, as vias de acesso e também as áreas de preservação.

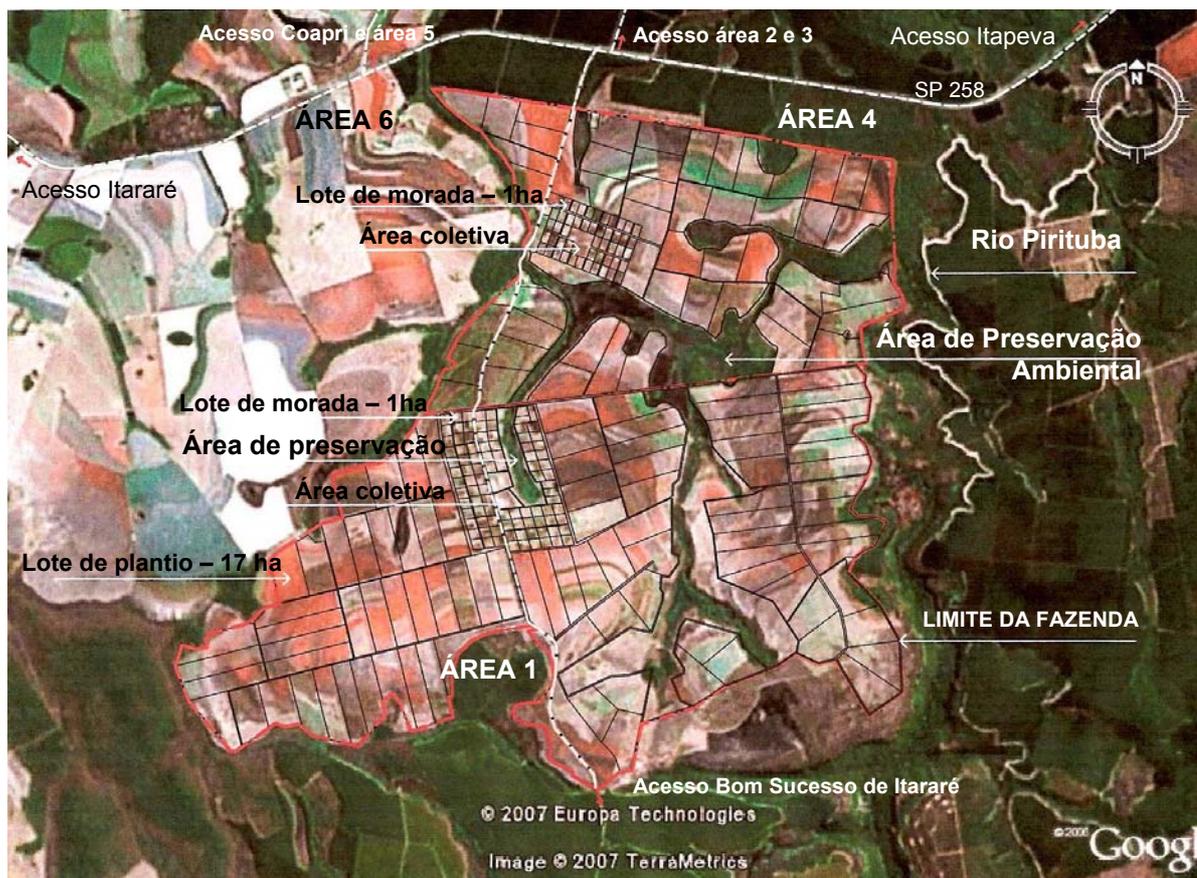


Figura 4 - Imagem com desenho dos lotes e identificação dos usos.

Fonte: Google Earth, acesso janeiro de 2007; elaboração da pesquisadora.

Na agrovila 1 moram 105 famílias e na agrovila 4 moram 51. Somando-se a agrovila 1 e 4, obtém-se um total de 156 famílias. Cada uma tem 1 hectare de terra na agrovila, para locação da morada e da roça de subsistência, e mais 16 a 17 hectares nos lotes de plantio, de onde sai a produção para a circulação no mercado. Pode-se perceber que predomina nessas áreas a produção de soja, milho, feijão e arroz, respeitando os seus respectivos ciclos de plantio e colheita. Com uma frequência bem menor trigo, girassol e tomate, este último sempre quando arrendado a produtores externos.

As áreas 1 e 4 são ricas em recursos hídricos, com uma extensão considerável de área de preservação ambiental, constituída por córregos e nascentes que vão mais adiante encorpar as águas do Rio Pirituba.

O foco da pesquisa foi direcionado justamente para essas agrovilas, devido ao raio de atuação do Projeto Inova Rural, conseqüentemente de maior permanência no assentamento. Apesar de ter vivenciado as imediações da região, nessas agrovilas é que pude

conviver por mais tempo, possibilitando, assim, uma maior aproximação e identificação com as famílias que lá residem.

4.4 O mutirão

Antes de adentrar as especificidades do lugar em estudo, é preciso primeiro identificar seus sujeitos. Apesar de o assentamento contar com 356 famílias, a construção das novas moradias ficou restrita a um pequeno grupo que durante um ano participou de reuniões na universidade na tentativa de viabilizar o financiamento para as unidades habitacionais.

O "grupo das casas" ou "grupo PSH-Pirituba"³⁴ é formado por 49 famílias contempladas pelo Programa de Subsídio Habitacional Rural, recebendo 42 delas recursos para a construção de novas moradias e 7 para a reforma das casas já existentes em seus respectivos lotes.

A concepção da moradia para as novas unidades foi discutida e definida conjuntamente com as famílias, quando se decidiu desde o programa de necessidades, a planta, até uso dos materiais construtivos, podendo assim chegar no "retrato falado da casa"³⁵.

Com a infinidade de desejos expostos pelas famílias, o que resultou em uma ampla margem de variação do espaçamento interno, foi necessário definir alguns padrões que contemplassem a maioria do que era solicitado pelos assentados. Assim foram definidas pela equipe técnica 4 tipologias para facilitar o trabalho das famílias no canteiro de obras, seja na marcação dos eixos da casa, na compreensão do desenho de arquitetura, acompanhamento dos mestres de obra, na distribuição de materiais, seja na compilação e ajustes de recursos.

As tipologias variam entre dois e três quartos, se tem o banheiro "fora" ou dentro do corpo da casa. Os eixos de marcação são modulados entre 2.70m e 3.50m com área, ou varanda, de 1.80m de largura.

³⁴ Nome dado pelas próprias famílias em assembléia geral no início das atividades de canteiro, em fevereiro de 2004.

³⁵ Sobre o processo de construção da concepção desse novo morar, ver SHIMBO, Lúcia Z., 2004.

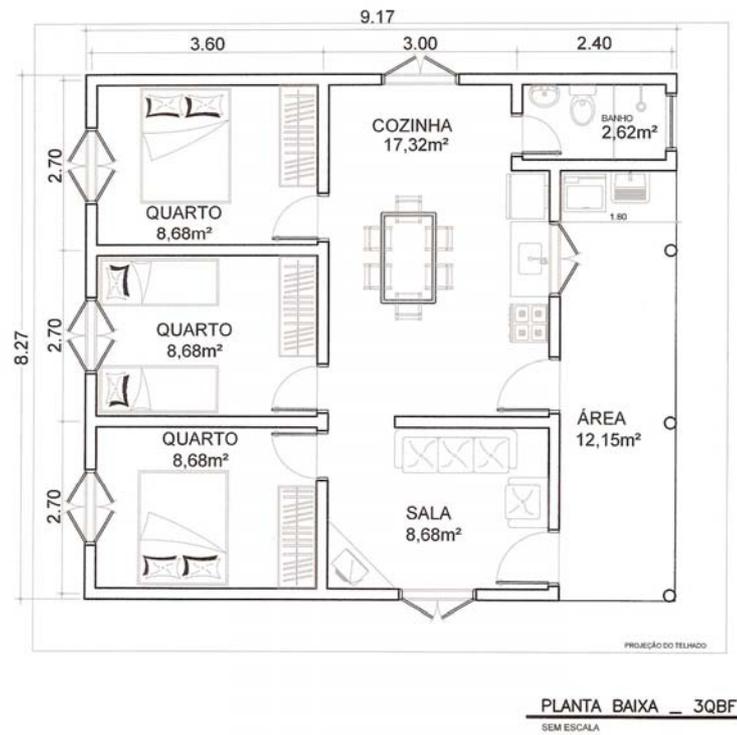


Figura 5 – Tipologia 3 quartos com banheiro "fora" (3QBF). A tipologia de dois quartos segue a mesma modulação.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

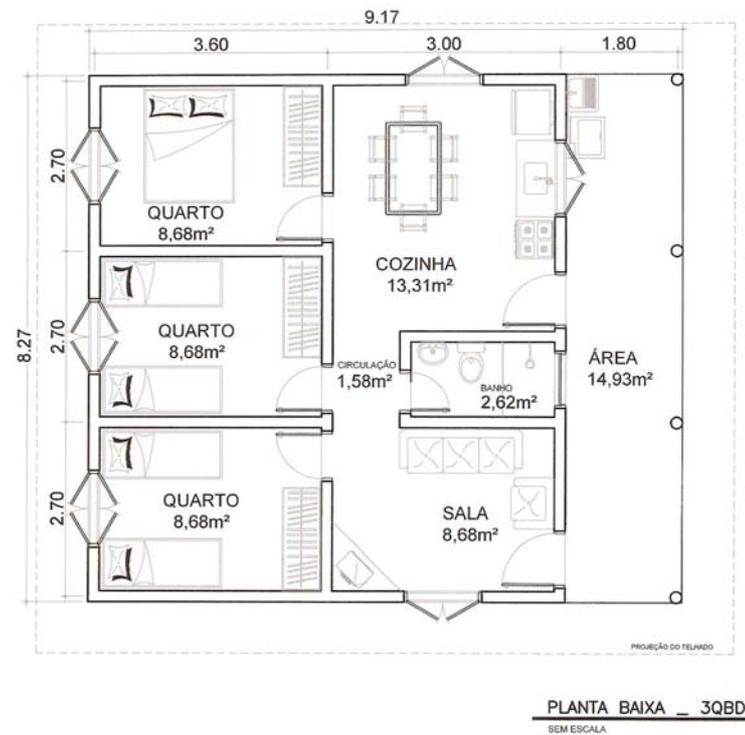


Figura 6 - Tipologia 3 quartos com banheiro dentro (3QBD). A tipologia de dois quartos segue a mesma modulação.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

O fato de o **produto** ser um dos aspectos tido como objeto de análise, dentro do conceito de sustentabilidade, resultou no desenvolvimento de sistemas construtivos que utilizassem recursos locais, renováveis e adequados ambientalmente, daí a proposta da vedação em tijolo de adobe e também de um tipo diferenciado de cobertura.

Dentre as 42 novas unidades, 26 estavam previstas para ser construídas em alvenaria, desejo recorrente pela aparente estabilidade que o material oferece. As demais, somando 16, seriam construídas em tijolo de adobe, composto pela mistura de água, terra e palha de arroz.

Quanto às reformas das casas existentes, a readaptação se deu conforme as necessidades de cada uma, que são particulares. Portanto, sendo sete unidades, são sete diferentes projetos com diversos orçamentos. Assim a compreensão por parte dos técnicos envolvidos na forma de organizar o espaço habitável de cada família, de acordo com seus usos e costumes, é base para pensar conjuntamente as transformações e ajustamentos.

O valor do financiamento varia de acordo com a tipologia e a técnica construtiva adotada, conforme a tabela abaixo:

Modelo	Prestação anual	Valor do financiamento	Valor do subsídio	Valor total da casa	Nº. de famílias
ADOBE 2 quartos - banheiro dentro	R\$ 153,60	R\$ 885,61	R\$ 4.487,71	R\$ 5.427,60	3
ADOBE 2 quartos – banheiro fora	R\$ 153,60	R\$ 885,61	R\$ 4.487,71	R\$ 5.427,60	4
ADOBE 3 quartos banheiro fora	R\$ 290,40	R\$1.674,30	R\$ 4.487,56	R\$ 6.224,17	9
CERÂMICO 2 quartos banheiro dentro	R\$ 348,00	R\$ 2.006,47	R\$ 4.489,14	R\$ 6.561,22	10
CERÂMICO 2 quartos banheiro fora	R\$ 350,40	R\$ 2.020,31	R\$ 4.491,59	R\$ 6.577,67	4
CERÂMICO 3 quartos banheiro dentro	R\$ 501,60	R\$ 2892,08	R\$ 4.494,09	R\$ 7.460,78	8
CERÂMICO 3 quartos banheiro fora	R\$ 516,00	R\$ 2.975,11	R\$ 4.447,33	R\$ 7.497,41	4
TÉRMINO	Varia de acordo com as necessidades específicas de cada moradia.				7

Tabela 1 - Composição do financiamento.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

A concepção do modo de morar tanto das casas novas quanto das reformas tem como objetivo tornar as condições de moradia adequadas, principalmente no que diz respeito ao ajuste do espaço interno para o abrigo da família e também à garantia de melhores condições das instalações elétrica e hidráulica. Estas últimas, obrigatoriamente, devem seguir as exigências da Caixa Econômica Federal, agência que operacionaliza o processo de financiamento, denominadas "Condições de Habitabilidade Mínima", ou seja, moradia segura estruturalmente, provida de sistema de abastecimento de água e energia elétrica, tratamento de esgoto, instalações elétricas, hidráulicas e de esgotamento, cobertura e vedação adequadas.

A "área" ou varanda, às vezes entendida por nós técnicos e pelos padrões de habitabilidade mínima exigidos pela CEF como algo dispensável ou secundário, faz realmente parte da cultura local, sendo um ambiente importante no cotidiano dos moradores "para proteger a porta da sala e da cozinha". Por isso viu-se a necessidade de ser bem-dimensionada dentro do orçamento e dos quesitos de habitabilidade mínima.

4.4.1 Das relações internas à formação dos grupos

Para dinamizar as atividades no canteiro de obras, o grupo de 49 famílias foi subdividido em sete grupos menores, cada um composto de seis a nove famílias que se juntaram conforme as relações já existentes ou pela tipologia.

As 42 famílias que iriam construir novas casas foram divididas em seis grupos. Desses, cinco se localizam na Agrovila 1: Grupo União da Terra, Grupo Nova Esperança, Grupo Bela Vista, Grupo Dois quartos, Grupo Cerâmico 1; e um na Agrovila 4: PSH-Agrovila 4.

Denominado grupo "Término" ou "Unidos pela Força", é o sétimo grupo que teria como finalidade a reforma de suas casas. Quatro dessas famílias residem na Agrovila 1 e três na Agrovila 4.

Identificação dos lotes das famílias contempladas pelo PSH-Rural

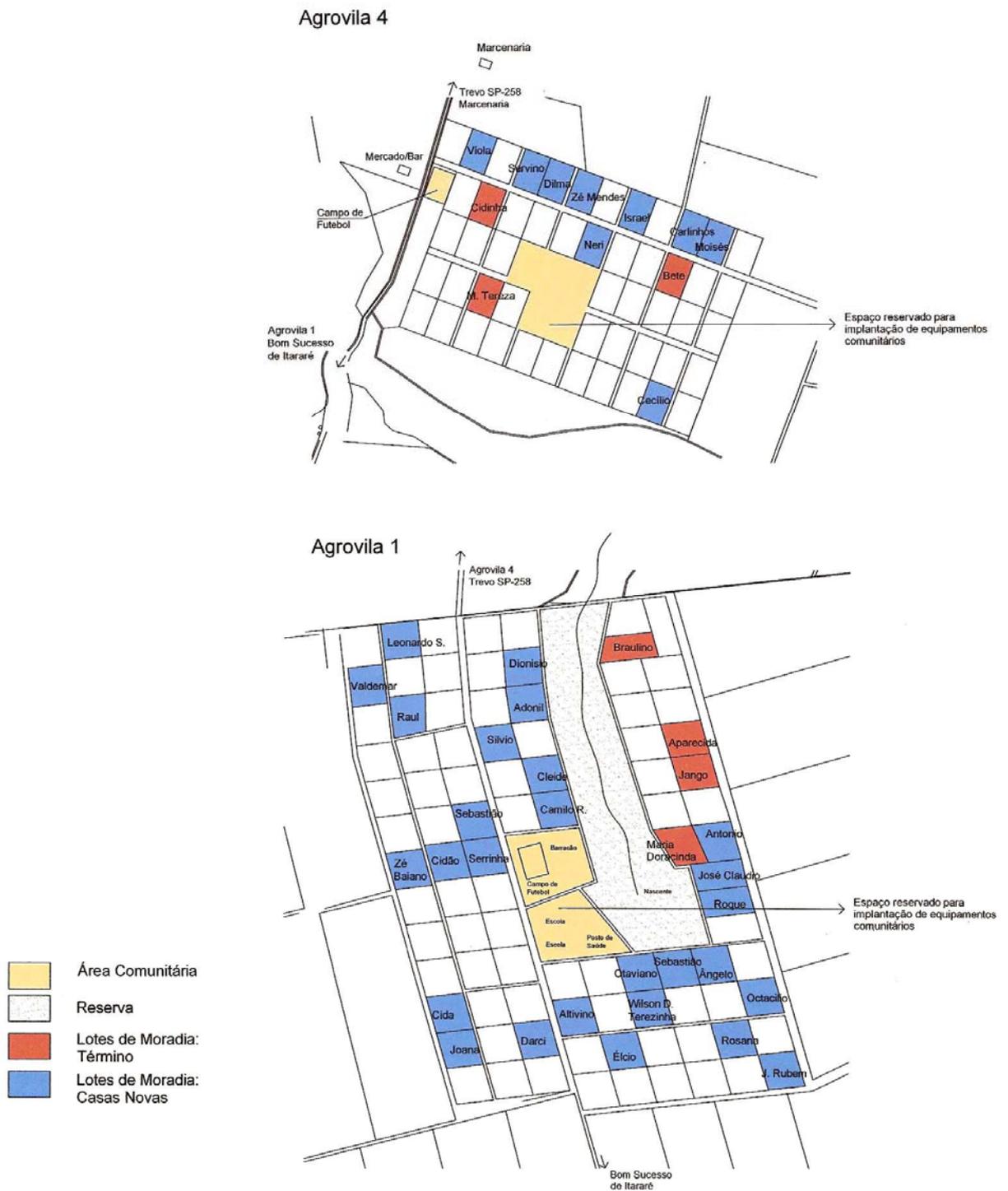


Figura 7 - Localização dos lotes nas agrovilas 1 e 4.

Nota: Elaborado pela pesquisadora, 2006.

Tipo	Localização	Material construtivo e nome do grupo	Nº. de famílias
CASAS NOVAS	Agrovila	GRUPO "BELA VISTA"	8
		GRUPO "2 QUARTOS"	6
		GRUPO "NOVA ESPERANÇA"	6
		GRUPO "CERÂMICO 1"	6
	Agrovila IV	GRUPO "PSH-AGROVILA 4"	9
	Pastão	GRUPO "UNIÃO DA TERRA"	7
TÉRMINO	Agrovilas I e IV	GRUPO "UNIDOS PELA FORÇA"	7
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS			49

Tabela 2 – Composição dos grupos.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

Dentro de uma discussão mais local, sob a ótica das relações de apropriação do espaço enraizadas no assentamento, da dinâmica das relações de vizinhança e da construção do imaginário coletivo do espaço comum, tentei entender como essas relações influenciam na formação dos grupos e no processo de construção das casas, revelando algumas características do campesinato brasileiro.

Vendo o lote de morada da família camponesa e suas inter e sub-relações como um resultado de uma construção autônoma, portanto com uma identidade espacial própria que muito se distancia do tecido rígido e formal, os espaços da família e os coletivos das agrovilas aparecem então como uma construção material e simbólica do espaço ao longo do tempo, onde sua estrutura de apropriação fixa-se no interior do território, conforme a organização sociocultural que o elabora.

As agrovilas se configuram como território que congrega as moradas, e pode-se dizer que se estabelece nela um sentimento de "lugaridade", quer pela convivência entre vizinhos e parentes, pelo sentimento de pertencimento ao lugar, quer pelas práticas de auxílio mútuo, de sociabilidade, de solidariedade, constituindo relações sociais básicas do campesinato.

O coletivo e a unidade no mutirão também se compõem pela própria história de vida das famílias, a qual se cruza em longas lutas, ocupações e acampamentos. O reconhecimento desse processo contribuiu para a cumplicidade de cada grupo onde a persistência e união são fundamentais para a garantia das conquistas.

A fala da dona Ilza revela sua compreensão a respeito da luta e trabalho coletivo, e é a partir deles que a conquista é alcançada:

[...] a nossa experiência que para nós conseguir a terra, nós conseguimos no coletivo, conseguimos juntos, se nós tivesse ido um sozinho, nós não tinha conseguido, é a mesma coisa com a construção das casas (SHIMBO, 2002; 2003)³⁶.

E ainda:

[Janete]: eu demorei cinco anos para conseguir: só na beira da pista debaixo de barraco de lona. A gente morava em São Paulo. A D. [Ilza] morava no mesmo lugar e ela chamou para as reuniões. Teve reunião na minha casa por um ano, para a gente se preparar para vir para cá e viemos tudo embora. Viemos num caminhão (SHIMBO, 2002; 2003)³⁷.

Assim sentimento de "lugaridade", relações sociais internas, pertencimento e reconhecimento entre histórias foram exatamente preceitos que influenciaram a divisão do "grupo" em grupos menores.

A organização do trabalho e a formação do coletivo do canteiro de obra apenas vão expressar uma regra que já existe no trabalho na lavoura. Na Fazenda Pirituba, há famílias que fazem parte da cooperativa de agricultura familiar, outras que se organizam em grupos familiares e há ainda aquelas que produzem individualmente, apenas com a ajuda da família. Isso vai se reproduzir na formação dos grupos de canteiro também.

O grupo "Nova Esperança", por exemplo, se formou através das relações de parentesco. Um dos eixos que Ellen Woortmann trabalha para analisar a teoria do parentesco é o de descendência. Na teoria de parentesco por descendência, o grande foco de pertencimento a um grupo está na relação de consangüinidade, no caráter sucessivo. "Duas pessoas são parentes quando uma descende da outra, ou quando ambas descendem de um antepassado em comum" (WOORTMANN, 1995, p. 69). Os membros desse grupo são irmãos de família.

Já no grupo "União da Terra", sua composição se dá pela noção de corporeidade, onde os objetivos e interesses são comuns. São os integrantes desse coletivo que têm maior ligação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais, portanto se reconhecem dentro da luta.

No grupo "Término", a organização do trabalho de mutirão é dada ou pela localização geográfica, a partir das relações de proximidade, ou a partir das relações de parentesco e de vizinhança. Na Agrovila 1 as casas estão dispostas em uma "rua" única, o que facilita a proximidade, e na Agrovila 4 as relações são dadas a partir de, como dizem, acordos

³⁶ Relato oral de assentado, v. 1, p. 31.

³⁷ Relato oral de assentado, v. 1, p. 39.

entre "irmãos", são as regras de solidariedade da Igreja e o apadrinhamento que vão ditar o agrupamento.

Esses grupos não são rígidos, existe uma grande oscilação de unidade no mutirão.

Sobre o aspecto do "coletivo", cabe destacar que é no campo que nasce o conceito de "mutirão", a partir das relações de sociabilidade entre o grupo. Este consiste em reunião da vizinhança para ajudar num determinado trabalho da lavoura ou doméstico.

No mutirão, conforme Antonio Candido, o aspecto festivo é muito importante. Ao final do serviço é de costume o beneficiário oferecer alimento e festa. O mutirão "[...] é antes um gesto de amizade, um motivo de folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola" (AYROSA, 1934, apud CANDIDO, 2001, p. 92).

A dieta é condição de vida e também condição da vida social, sua obtenção, definição e elaboração dependem da organização correspondente. "Vida, meio e grupo se integram muitas vezes em função dela" (CANDIDO, 2001).

Queiroz (1973, p. 55), ao delinear as características do bairro rural, salienta que:

A existência do bairro é ritmada por momentos de reunião e de dispersão de seus membros, em função do trabalho agrícola e de lazer. O sitiante cultiva suas terras com as famílias; conhece, todavia, certas formas de trabalho coletivo, sendo a principal delas o mutirão.

Mais adiante a autora complementa:

O mutirão em geral toma aspectos festivos. Os sitiantes chegam acompanhados pela família; os homens vão trabalhar na roça, as mulheres se encarregam da cozinha [...] Adquire assim a noção do conjunto do grupo de vizinhança, e a noção de sua posição social nos diversos subgrupos. O mutirão permite também um trabalho agrícola muito mais rápido, com o cultivo de uma extensão maior de terreno; porém sua realização depende da harmonia interna do grupo de vizinhança (QUEIROZ, 1973, p. 56).

Reafirmar como a prática do mutirão nasce e acontece no campo é importante, pois foram exatamente essas regras que definiram a harmonia no mutirão das casas, desde a distribuição de afazeres nas respectivas comissões do grupão, definidas coletivamente na assembléia geral onde todos tiveram participação, até as relações subjetivas de organização interna dos subgrupos de canteiro. A cumplicidade e o companheirismo das famílias definem o grau de afinidade dos grupos, e aquele que por vezes falha nos encontros de tomada de decisão, ou mesmo no trabalho árduo do canteiro, fica fadado ao isolamento e à rejeição dos

demais.

O grau de coletividade do grupo também não é imune a uma norma determinada, ele oscila conforme os entendimentos internos, mesmo nos grupos mais coesos. Quando o mutirante precisa se ausentar da obra, seja por motivo de viagem, doença, presença constante no movimento, seja mesmo pelas atividades da lavoura, dividindo assim o seu tempo entre esses compromissos e o canteiro, dependendo dos entendimentos do grupo, ou tem sua força de trabalho suprida pelos próprios companheiros, ou o trabalho coletivo, em consequência disso, acaba ameaçado.

A subdivisão em grupos menores aconteceu em pelo menos 3 grupos. O cerâmico 1 e o PSH-4, por exemplo, acabaram se dividindo em 2 subgrupos durante o tempo de canteiro, e ainda houve algumas famílias que preferiram trabalhar sozinhas, dispersas do grupo de origem, apenas com o auxílio dos filhos e parentes mais próximos.

Deixar que o próprio grupo de canteiro defina sua configuração interna é fundamental para a harmonia do grupão. As relações sociais internas do mutirão não devem ser pautadas sob um princípio ditador de "coletividade" que por vezes pode vir da assessoria, pois, como dito, mesmo antes da construção das casas, o regime de mutirão, ou seja, a cooperação entre vizinhos já era comum nas áreas rurais, e no assentamento Pirituba não é diferente. Portanto os próprios assentados têm a sua lógica de agrupamento, que se baseia conforme as regras sociais existentes há mais de vinte anos, não podendo, assim, a assessoria interferir ou impor uma coletivização forçada.

4.4.2 Organização do canteiro

Com relação ao **processo**, a organização do canteiro se dá de forma autogestionária. Assim todas as atividades do mutirão têm que passar, primeiramente, pela discussão e consentimento das famílias: o tempo da obra, a implantação da casa no terreno, compra de materiais, liberação de dinheiro, formação e organização para o trabalho coletivo.

Conforme o regimento interno do "Grupo PSH-Pirituba", elaborado e aprovado em assembléia geral no dia 20 de março de 2004, o mutirão fica sendo regido pelas suas respectivas comissões de gestão.

Todos os mutirantes, com suas particularidades e qualidades específicas, deveriam ter a sua participação no canteiro para que a obra funcionasse, consolidando o

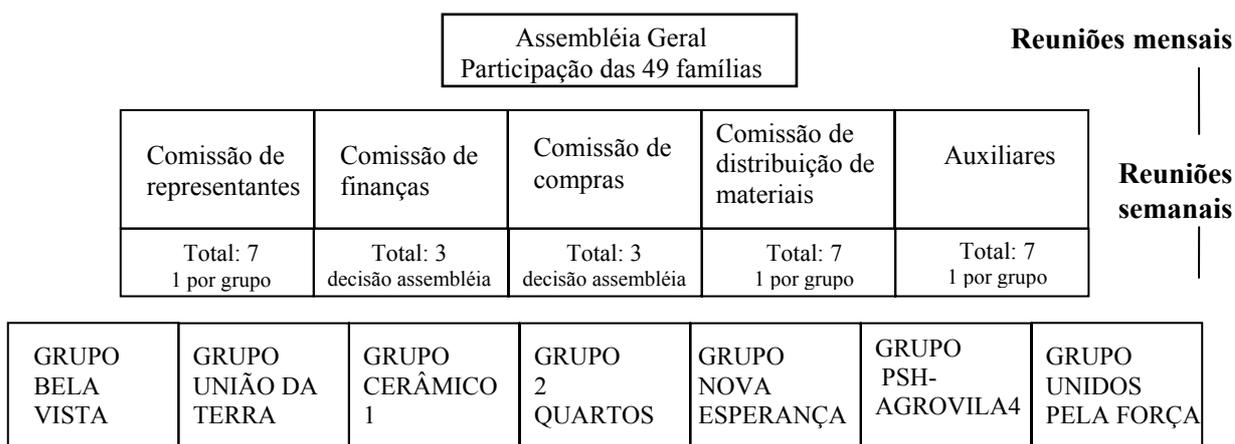
trabalho em conjunto. É preciso muita organização coletiva para que uma obra em autogestão tenha êxito.

Portanto o grupo se dividiu em 4 comissões: de representante, almoxarifado, finanças e compras. De início, havia ainda as comissões de apontamento e apoio. A comissão de apontamento seria responsável pelo registro das horas de trabalho de cada membro do grupo, e a comissão de apoio cuidaria dos equipamentos de trabalho necessários para se evitarem acidentes na obra. Sabendo que a autonomia, tanto com relação ao tempo quanto ao trabalho, é uma das categorias centrais do discurso camponês, estas comissões por fim não deram certo, pois, como dizem, no mutirão do campo "cada um tem que cuidar de si".

A comissão de representantes conta com um membro de cada grupo, sendo sete grupos, portanto, sete integrantes que tinham o dever de manter o seu respectivo coletivo de obra informado dos acontecimentos do mutirão.

Cada grupo tem também um almoxarife que, somando em sete, formaria a comissão que seria responsável pela organização e distribuição dos materiais na obra.

Existe ainda a comissão financeira, responsável pela gestão dos recursos do "grupão" e, por fim, a comissão de compras, responsável pela negociação e compra dos materiais. Essas últimas são compostas cada uma por apenas 3 representantes do grupão, conforme o organograma abaixo:



Organograma 1 - Composição da gestão do grupão.

Nota: Elaborado pela pesquisadora, 2006.

Para operacionalizar os assuntos do cotidiano da obra, como atualização do cronograma, compras e distribuição dos materiais, dinâmica do canteiro, as comissões se

reuniam uma vez por semana. É fundamental a presença de mestres, representantes das comissões, auxiliares e equipe técnica. Nas reuniões de comissões são discutidos assuntos urgentes, decisões mais importantes e de interesse do coletivo devem ser encaminhadas para a assembléia.

A Assembléia Geral é a instância máxima de decisão, elas são ordinárias e acontecem uma vez ao mês, sempre nos finais de semana. Nela, a presença do maior número de famílias é de extrema importância, pois é o espaço mais amplo para discutir e deliberar todo assunto de interesse das 49 famílias, quem têm direito a um voto cada, caso não exista o consenso. As assembléias contam ainda com a participação dos técnicos, mestres-de-obras e auxiliares.

Participação das famílias em assembléias



Foto 30 - Assembléia Geral.

Fonte: Projeto Inova Rural, 7 de fevereiro de 2004.



Foto 31 - Momento de votação em assembléia.

Fonte: Projeto Inova Rural, 20 de março de 2004.



Foto 32 - Questionamentos.

Fonte: Projeto Inova Rural, 20 de março de 2004.

Os auxiliares são jovens, estudantes de ensino médio que, no período da obra, tiveram formação sobre desenho, técnicas construtivas, execução das etapas da obra, podendo

assim, na medida do possível, orientar e acompanhar as famílias junto os técnicos, desde o recebimento e controle das compras até o auxílio no próprio canteiro.

Dentro dos limites de intervenção na concepção das moradias, visto que a obra já estava em andamento, os jovens puderam ser mediadores de possíveis revisões e ajustamentos das diferentes soluções já propostas anteriormente.

Como exemplo, cito o momento da implantação da casa num lote familiar, que se dá de forma particular de um lote para o outro, pois já existe uma ocupação prévia do quintal, cuja nova casa deve apenas se ajustar aos usos já estabelecidos. Embora todos os critérios com relação ao sol e ao vento fossem trabalhados pela assessoria técnica, cada família teve a autonomia para implantar sua casa conforme os seus argumentos, seja pela paisagem que se estabelece, pela relação com a rua, seja pelo cuidado em vigiar as crianças no quintal e, por vezes, os estranhos que circundam o lote. Os auxiliares nesse momento puderam fazer um levantamento das possíveis implantações e acompanharam a escolha das famílias.

Outro momento importante dos jovens na mediação entre as famílias foi a discussão sobre a localização das aberturas da casa, portas e janelas. Apesar de o projeto já apresentar essas aberturas, pode-se ter uma ampla variedade de locação das mesmas que se alternavam de acordo com a implantação da casa no lote, a orientação solar, o fluxo dos ventos.

Outro fator relevante é o próprio desejo da pessoa de enquadrar esta ou aquela paisagem, de possibilitar esse ou aquele acesso, assim entendeu-se que as aberturas deveriam ser posicionadas de acordo com o recorte da paisagem desejável pela família.

As janelas e as portas são os olhos da casa, por elas se avista o estender da paisagem, as trilhas e caminhos que levam os habitantes da casa a lugares externos ao lote.

Cabe reforçar que a casa pousa sobre um terreno que já contempla uso, assim o que Bachelard chama de "parede móvel", ou seja, o que possibilita o acesso ao interior delimitado pelo perímetro construído, deve ser harmoniosamente determinado em função dos usos do espaço externo, como, por exemplo, o acesso à cozinha, que deve estar próximo ao pomar e à horta.

Foi instalada no assentamento uma marcenaria autogestionária para a produção dos batentes de portas e janelas e também para o sistema de madeiramento da cobertura proposto pela equipe técnica. Essa atividade no Projeto Inova Rural diz respeito à **gestão**, na tentativa de geração de trabalho e renda para os assentados. Inicialmente, conforme o "acordo"

estabelecido na assembléia de organização do mutirão, cada grupo deveria disponibilizar um integrante para a produção ao longo da obra, no entanto, quem assumiu a marcenaria foram três mulheres. Foram elas as responsáveis pela grande produção dos batentes utilizados nas casas novas. A marcenaria se localiza entre o trevo da SP-258, que liga Itapeva a Itararé e a agrovila 4.

O regimento do "Grupo PSH-Pirituba" define ainda os princípios que norteiam o "grupão": "compromisso, coragem, responsabilidade, organização, paciência, compreensão, determinação, respeito, disciplina". Esses princípios foram levantados pelos próprios assentados no período de planejamento da obra. O mutirão deveria ser guiado por eles.

O grupo definiu também os deveres de cada família: "ajudar o representante do grupo, comparecer nas reuniões, ajudar os companheiros, cumprir deveres com o grupo, trabalhar nos dias determinados, acatar as decisões tomadas".

Durante o trabalho percebemos, tanto técnicos quanto famílias, que parte das diretrizes esboçadas no regimento se tornara obsoleta, tal como o planejamento do trabalho no mutirão, que se assemelhou muito ao mutirão urbano, e a organização e gestão do canteiro, que foram trazidas pela assessoria técnica, debatidas com as famílias e incorporadas ao "regimento interno". No entanto existem diferenças específicas para a área rural e a urbana, desde a configuração do território, as distâncias a serem percorridas, a localização e tipologia das casas, a relação do trabalho, que muito diferem para o camponês e para o trabalhador urbano. Assim muitas "regras" que foram incorporadas, não faziam o menor sentido, como já citado em relação à comissão de apontamento e apoio.

4.5 O mutirão e a vida cotidiana: territorialização do modo de vida nos espaços de agrovilas da Fazenda Pirituba

Há uma ordem de espacialização dos lotes de moradia que foi concebida a partir do desenho da agrovila, via Estado. Na Fazenda Pirituba, a agrovila se configura pelo arranjo social do modo de vida camponês. As agrovilas têm o caráter de agrupamento. É na agrovila ou "vila" que se localizam os equipamentos básicos de uso coletivo. Ao redor desses equipamentos é que os lotes familiares estão distribuídos.

Tanto a agrovila 1 como a 4 são cortadas pela estrada que liga o trevo da SP-258 à cidade de Bom Sucesso de Itararé. Do trevo à agrovila 4, a distância é de 1km, e até a agrovila 1 é de, aproximadamente, 5km.

A estrada ou "pista" representa o eixo principal de deslocamento de uma agrovila à outra. Outras vias de acesso secundárias dão destino aos lotes das casas e, mais adiante, aos lotes de plantio.

É no trecho da estrada, na agrovila 1, que se localizam as principais unidades de convívio dessas agrovilas. A escola, a igreja, o bar, a mercearia, o campo de futebol e o barracão. É também na agrovila 1 que se encontra o único posto de saúde que atende às 350 famílias de todo o assentamento.

A articulação do espaço e tempo tem a capacidade de produzir significados e comportamentos. São nesses "espaços-tempo", portanto, que acontecem as festas, os jogos, as brincadeiras, as conversas e encontros, os centros de convívio, constituindo assim a idéia de lugar comum. O lugar é a base de vida comum.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas também é teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e criatividade (SANTOS, 1996).

Agrovila 1



Foto 33 - Vista da área coletiva da agrovila 1.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

A escola e a igreja são espaços de encontros dos jovens e mulheres. São também os lugares das festividades, encontros diversos, apresentação de teatro e até espaço para realização de casamento coletivo. A agrovila 1 conta com um grupo de jovens que se formou

no início da obra, fevereiro de 2004. É no espaço da escola que se realizam as reuniões e festas desses jovens.

Territorialização dos usos do espaço coletivo – agrovila 1



Figura 8 - Desenho feito pela auxiliar Angélica em uma das atividades de formação dos jovens. Asfalto como lugar de espacialização da sociabilidade da agrovila. A escola, o campo de futebol, o mercado e o bar. Áreas de interesses coletivos e os nós de convivência local, conseqüentemente, onde se manifestam as relações sociais e culturais da comunidade.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 34 - Escola Municipal Terezinha de Moura Rodrigues Gomes: o espaço escolar e as festividades que ele congrega.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 35 - Casamento coletivo.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2005.



Foto 36 - Teatro infantil.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2005.

A escola teve grande importância no processo de construção das casas, visto que era nela que aconteciam as atividades de formação, as reuniões e as tomadas de decisão do grupo. Foi na escola que as diretrizes da obra foram estabelecidas, tanto pelos técnicos, quanto pelos assentados.

Uso do espaço escolar para as atividades do mutirão



Fotos 37 e 38 - Atividades de formação dos jovens auxiliares.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 39 - Reunião da comissão de finanças e compras.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

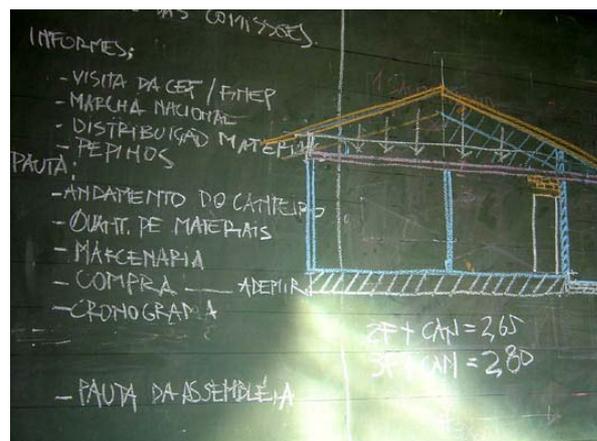


Foto 40 - Reunião das comissões, informes e pauta.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

Quando a festa é maior, como o aniversário da agrovila, dia 13 de maio, ou na formatura dos alunos, é no barracão que se reúnem as famílias. Lá o espaço é amplo e ideal para começar e pegar fogo o “baile”. O dia do baile é sempre esperado com ansiedade, principalmente pelos jovens.

Na agrovila 1 existe apenas um mercado. No início do trabalho de campo, o uso do espaço do mercado se alternava com o bar, que passava a funcionar assim que caía a noite. Nesse período, o espaço enquanto bar, era espaço de domínio dos homens, espaço masculino, nunca de crianças e mulheres.

Posteriormente foi construído um novo espaço para abrigar o mercado, e o bar passou a ter uso apenas aos fins da tarde e nos finais de semana.

O mercado aparece também como um local de encontro em potencial. É onde se realizam as trocas e se estendem as conversas.

No período em que bar e mercado ocupavam o mesmo recinto, era o espaço perfeito para atrair os frequentadores das assembléias que aconteciam na escola, provocando o seu esvaziamento, principalmente em dias de pautas acaloradas. Assim o mercado/bar se constituía como o espaço de domínio local, onde se davam as conversas informais e entre iguais dos mutirantes sobre os acontecimentos e conflitos do canteiro de obra.

A agrovila 4 conta com um mercado que é também o espaço do bar. Localiza-se na pista em frente ao campo de futebol. É sempre ponto de parada para quem vem da cidade a caminho de casa, ou mesmo para os que descem da agrovila 1 para pegar o ônibus na pista. Os mercados são também ponto de referência sobre os acontecimentos locais, é onde fica o telefone público, os cartazes informativos, a lista de horário dos ônibus para a cidade.

O espaço da rua, a escola, o bar, o campo de futebol, o mercado, a sombra das árvores, esses são os lugares que vêm constituir o que Antonio Candido chama de “mínimo social” das relações humanas da Fazenda Pirituba.

Territorialização dos usos do espaço coletivo – agrovila 4

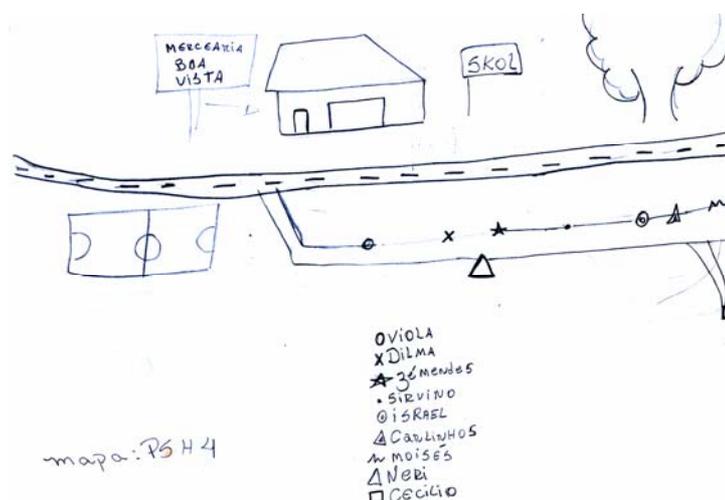


Figura 9 - Desenho feito pela auxiliar Márcia em uma das atividades de formação dos jovens. Espaço coletivo agrovila 4 e localização dos lotes das famílias que participam do mutirão. Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

O trajeto entre os lotes, bem como a locomoção até a estrada onde passa o ônibus para os municípios vizinhos, é realizado a pé, a cavalo, de charretes ou bicicletas. É muito raro alguém ter um veículo próprio.



Foto 41 - Retorno dos mutirantes depois de um dia de trabalho na marcenaria para a produção do sistema de madeiramento da cobertura. Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 42 - A rua como espaço de prosa.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 43 - A rua como espaço de lazer das crianças.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

As áreas não são isoladas, interagem em diferentes raios e graus de integração, desde a agrovila mais próxima, estendendo-se às demais para além da rodovia, até os municípios vizinhos e localidades ainda mais distantes como Apiaí, por vezes Sorocaba e São Paulo.

Movimentos da vida cotidiana, sejam para as áreas mais próximas sejam mesmo para a cidade, justificam-se a partir de diversos motivos.

Para as áreas mais próximas, nas agrovilas e no distrito de Engenheiro Maia, por exemplo, esse fluxo acontece desde uma simples visita a companheiros e parentes, festividades na Coapri, até para a circulação do próprio produto, na venda da produção caseira, como queijos, leite, carnes.

Para a cidade, o deslocamento tem por finalidade a busca de serviços públicos, como escola para os jovens, hospital, banco, ou mesmo mercado, comprar utensílios que possam ajudar no rendimento da lavoura ou no trabalho doméstico, a fim de ampliar a economia da família. Às vezes esse fluxo é de uma mão só: muitos filhos de assentados migram para as cidades em busca de melhores perspectivas de trabalho.

No entanto esse movimento em direção à cidade é sempre marginal, acontece apenas quando há necessidade de adquirir algo que não tem na vila ou em caráter de urgência, como um atendimento médico que o posto de saúde da vila não supre.

Bettanini (1982) explica esses deslocamentos também a partir das relações do “espaço corpóreo”, ou seja, as relações permitidas ao corpo em face das distâncias percorridas, remetendo a uma íntima relação entre o uso do espaço e o que ele suporta, com a

espacialidade do próprio corpo para além das relações geométricas. O homem vive o espaço e o tempo, percebe as espacialidades a partir de si mesmo, o que é distante e o que é próximo, e é aí que a vida cotidiana acontece. “O espaço vivido situa-se como espaço da vida quotidiana, espaço dominado pela distância-proximidade” (BETTANINI, 1982, p. 117). Assim a vida cotidiana em maior parte se estabelece no próprio bairro.

Percurso entre os lotes

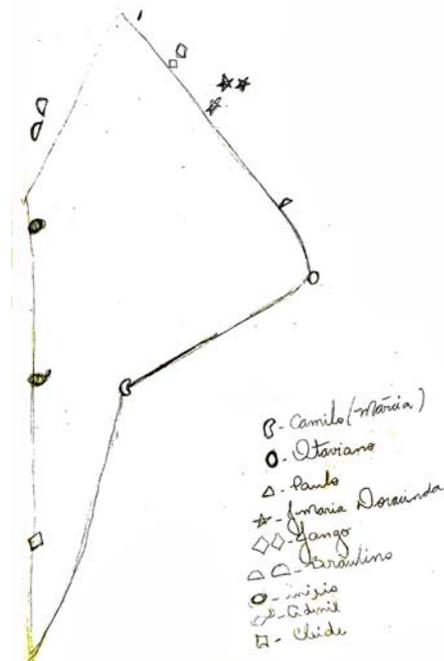


Figura 10 – Percurso entre os lotes desenhado pela auxiliar Márcia, aos quais ela dá acompanhamento técnico.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

Esse desenho dos lotes da agrovila feito pela Márcia remete imediatamente às relações do espaço corpóreo da citação acima de Bettanini. O mapa não é reproduzido a partir de recortes geométricos, mas sim pelas distâncias percorridas pela auxiliar. Ao passar pelas casas do grupo que acompanha, ao invés de linhas ortogonais do mapa oficial, o que está reproduzido são atalhos percorridos entre os lotes, percurso esse que passaria completamente despercebido por um visitante sem vínculos com o lugar. O percurso de Márcia é marcado por uma acumulação no tempo de práticas, valores e símbolos, dando origem à apropriação responsável pela identidade de pertencer ao lugar; atalhos e trincheiras correspondem ao modo informal de burlar o traçado preconcebido do desenho do assentamento.

Existe porém o espaço vivido, como existe o tempo vivido. O espaço não se reduz para nós a relações geométricas, relações que estabelecemos como se nos encontrássemos fora do espaço, reduzidos nós mesmos ao simples papel de espectadores curiosos ou de cientistas. Nós vivemos e agimos no espaço. E é no espaço que se desenvolvem tanto a nossa vida pessoal como a vida coletiva da humanidade. A vida se estende no espaço, sem que para isso tenha extensão geométrica propriamente dita (MINKOWSKI, 1971, apud BETTANINI, 1982, p. 115).

Pode-se caracterizar o espaço do assentamento em micro e macro. O microespaço se refere ao território de domínio local. Para melhor caracterizá-lo, é preciso circunscrevê-lo em torno da família, da organização da família em seu cotidiano, ou seja, em torno das atividades diárias em suas respectivas moradas, os domínios dos espaços-atividades, ou seja, a horta, o jardim, a roça. Se estendermos esses domínios para além dessas microrrelações, alcançamos o que se pode identificar como domínios do bairro, ou seja, domínio do grupo, com as respectivas relações sociais que o integram, quer dizer, as relações de vizinhanças, de parentesco, de corporeidade, de localidade.

O desenho do assentamento apresenta recortes mais ou menos nítidos, definidos tanto pelo traçado institucional da gleba, produzido pelos respectivos órgãos do governo responsáveis, quanto pela complexa teia de relações de vizinhanças e localidades que o território congrega.

O bairro rural ou "vila", como denominam os jovens da Fazenda Pirituba, não mais é concebido de forma autônoma como retrataram Candido (2001) e Queiroz (1973). A cidade passa a organizar o espaço rural. No espaço da agrovila coexistem as unidades sociais locais e a unidade mais ampla, ou seja, a rede urbana, pois ali existem serviços públicos. Direta e indiretamente a agrovila participa da administração urbana, os camponeses participam e usufruem os serviços tanto no seu próprio espaço geográfico como também na própria cidade.

4.5.2 O lote familiar e a casa/quintal

"[...] o espaço é [...] aquilo que nele acontece"
(BETTANINI, 1982, p. 29).

As casas correspondem ao espaço físico de morar, e o espaço que é externo a ela corresponde ao quintal.

Como já dito, no caso das agrovilas estudadas, cada família ocupa aproximadamente 1 hectare de lote destinado para a “morada rural” e seu entorno imediato para plantio de subsistência ou de economia com base familiar. Além do lote de agrovila, a família tem ainda 17 hectares para a produção em maior escala, os quais se localizam além da centralidade do agrupamento.

Maria Heredia analisa a oposição masculino-feminino como uma relação de domínio do território da família camponesa. Essa relação é estabelecida pelas relações de trabalho e como elas se espacializam no lote familiar.

Segundo a autora, é o pai de família que organiza as atividades no roçado, enquanto a mãe fica responsável pelas atividades da casa e o seu entorno, ou seja, a horta, o galinheiro, o paiol, bem como o controle das reservas de produtos que são obtidos no roçado.

“Não há dúvida de que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no roçado ou na casa” (HEREDIA, 1979, p. 77).

O “terreiro” se configura pelo espaço da mulher. Durante o dia, é nessa esfera feminina que acontece parte das atividades domésticas, como lavar as roupas, matar um animal para o almoço, colher verduras na horta ou mesmo cuidar das crianças.

Domínio feminino no cotidiano



Foto 44 – Cozinha, espaço de domínio feminino.

Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.

A autora ainda define o espaço da sala como espaço masculino, pois é o espaço no qual se recebem as visitas. A mulher deve ficar na cozinha, e só a visita que for de confiança pode adentrar o seu interior.

Essa relação apareceu no momento de concepção da moradia, tendo em vista o relato de um morador citado por Shimbo (2004, p. 106): "Raul argumentou que a cozinha deveria ficar separada porque a mulher deveria ficar tranqüila, tendo em vista que na sua casa 'vai muito estranho visitar a gente ali'".

Podemos comparar o lugar que Maria Heredia denomina roçado como o espaço que circunscreve a casa nos lotes das agrovilas, que é externo à casa, onde se dá a produção de subsistência.

Não será possível traçar um padrão das unidades de morar na Fazenda Pirituba, tamanha é a diversidade dos moradores que lá residem. Percebe-se uma grande variação de arranjos dos cômodos internos das casas onde as famílias do mutirão já habitam.

No entanto é possível identificar dentro do "grupo das casas" algumas formas específicas de apropriação do espaço, o que permite investigar qual seria o sentido do território camponês nessa região.

Na maior parte das casas pode-se notar que a frente é considerada o lugar de visitas. É o lugar onde está localizada a sala, o principal acesso da casa. No interior da casa enfeites e lembranças da família decoram as paredes que circunscrevem esse espaço, assim como quadros, flores, retratos de familiares e santos, objetos que dão vida ao espaço da sala. A casa é também o momento de recolhimento íntimo da família.

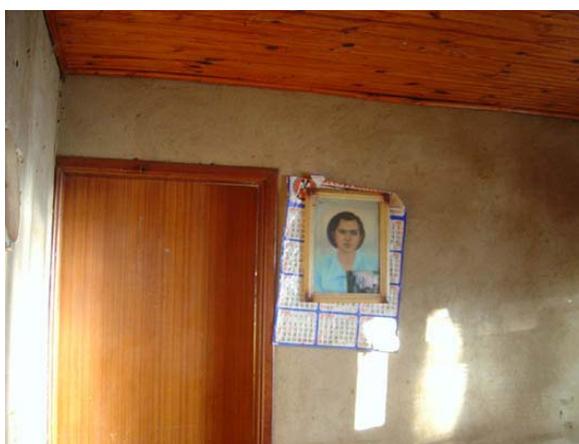


Foto 45 - Lembranças na parede da sala.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

O espaço externo da casa é, em parte, o espaço público do lote familiar, claro que com as devidas restrições dos graus de privacidade, como a cozinha, por exemplo.

É na parte posterior do lote que se localizam também o chiqueiro, o paiol, o banheiro, o poço de água, o galinheiro, a garagem para a charrete, o curral.... Aparentemente podemos chamá-los de construções secundárias, mas no lote camponês toda edificação tem sua devida importância.

Domínio masculino no cotidiano



Foto 46 - A casa e o entorno: o curral e o pasto.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

É nesse entorno também, onde geralmente brincam as crianças, que se estendem e se espacializam as reuniões e conversas dos vizinhos. Muitas reuniões de comissões e mesmo algumas assembléias ocorrem no quintal, à sombra de uma árvore.



Foto 47 - Reunião das comissões.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 48 - Espaço livre é sempre espaço de prosa. Reunião do grupo Cerâmico 1.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 49 - Espaço livre é sempre espaço de prosa. Reunião do grupo União da Terra.

Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

Nesse sentido, a casa é o canto da família, além de todo o seu significado de abrigo e proteção. Dentro do canto-casa, ou o que estamos chamando de casa-quintal, existem outros diversos cantos, conforme os domínios estabelecidos por indivíduo da mesma família.

"A casa como espaço vivido, centro dinâmico que visa transcender o espaço geométrico e a estabilidade da sua forma precisa, construída" (BETTANINI, 1982, p. 121).

O bairro é o canto maior do grupo ou pode ser o universo para uma criança.

4.6 O trabalho

Conforme Maria Heredia, a oposição casa-roçado, feminino-masculino define também uma terceira, a do valor do trabalho, ou seja, o que é considerado trabalho ou não.

O roçado é considerado trabalho, pois é ligado à terra. As tarefas da casa também são consideradas trabalho, no entanto é um trabalho visto como subordinado à atividade da lavoura, pois o serviço da "unidade de consumo", ou seja, da casa, só se desenvolve com o trabalho prévio na "unidade de produção", no roçado.

A oposição de pólos identificada nos espaços da casa e da roça também é percebida em algumas relações de trabalho do mutirão.

Nas atividades do canteiro, a produção na obra aparece como atividade árdua, exclusiva do trabalho masculino, enquanto a mulher, a responsável pela unidade de consumo, é quem abastece com alimento a força de trabalho masculina.

Claro que, às vezes, é possível notar exceção, quando as mulheres também vão para a obra, ora para fazer atividades de esforços mais miúdos, como, por exemplo, baldear tijolos, ora, quando necessário, fazer também os esforços mais árduos.

Mesmo trabalhando na obra, é sempre de domínio feminino o almoço que irá alimentar o trabalhador.

Domínios femininos no PSH-Pirituba



Foto 50 - Trabalho feminino no canteiro, baldeando areia. Grupo União da Terra.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 51 - Trabalho feminino na marcenaria. Marceneiras na produção dos batentes.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 52 - Atuação política nas reuniões e assembléias.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 53 - Momento do voto em assembléia.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

No entanto, se no canteiro pode-se dizer que as mulheres têm participação marginal, isso não acontece nas reuniões e assembléias, onde sua opinião tem peso nas tomadas de decisão do mutirão das casas.

Os nomes femininos aparecem de forma significativa na representação política dos grupos. A questão de gênero então é colocada em pauta na organização das comissões de

administração do mutirão e, sobretudo, na marcenaria coletiva idealizada desde o início da obra.

Um trabalho que aparentemente deveria ser de domínio masculino, por ser exclusivamente braçal, é reservado às mulheres - o domínio do espaço de produção das esquadrias e cobertura das casas -, ficando a partir de então conhecidas no assentamento como "marceneiras".

As atividades cotidianas da obra sofrem alterações durante o ano devido aos ciclos agrícolas. Isso apareceu também muito no calendário do mutirão. Em momentos de picos de safra, o calendário da obra esfria e, conseqüentemente, defasa. No entanto, em momentos de entressafras, é possível ver maior rendimento no canteiro de obras.

Sobre o trabalho, deve-se considerar o seu caráter familiar, elemento central do modo de produção camponês. No mutirão, a mão-de-obra é predominantemente familiar. Exceto quando o pai de família precisa trabalhar na lavoura ou quando precisa trabalhar fora pra manter a casa, é comum chamar alguém para ajudar no canteiro de obra, sendo que a relação aparece como "troca de dia" ou como "relação entre irmãos"³⁸.

Conforme Klaas Woortmann (1990), o trabalho familiar e o assalariado, num primeiro momento, podem ser tidos como opostos. Mas, em tempos de picos, em que o volume de trabalho aumenta e a mão-de-obra familiar não dá conta do serviço, o trabalho assalariado pode ser contratado. Nesses casos, o trabalho assalariado tem sempre um caráter temporário. Nas áreas sergipanas estudadas por Klaas Woortmann, o trabalho de diaristas não é tido como trabalho, mas como colaboração, como uma troca de ajuda.

No período de entressafras, é possível notar a categoria do trabalho externo. Muitos buscam trabalho fora para aumentar o orçamento familiar.

No mutirão há a presença do trabalho assalariado. Por mais que ele apareça como uma relação de compra e venda de força de trabalho, essa relação não pode ser considerada como a existente entre um comprador capitalista e um vendedor proletário.

O dia de trabalho deve ser visto como uma unidade que norteará a troca de dias de serviço. Mesmo quando esse dia de serviço é remunerado, o cálculo em dinheiro não é regido por dimensões econômicas pautadas pelo mercado, mas sim a partir de uma dimensão econômica local.

³⁸ Irmãos de Igreja.

Esses momentos de picos de trabalho podem ser satisfeitos também pela relação de reciprocidade, muito presente nos espaços rurais. Pode-se perceber isso em alguns momentos de maior complexidade da obra, quando vizinhos se achegam para espiar e ajudar na execução da cobertura, por exemplo, ou na instalação de esquadrias.

Ajuda mútua no cotidiano do canteiro



Fotos 54, 55 e 56 - Etapas de execução da cobertura.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

O dia de trabalho no mutirão tem também o seu caráter festivo. São comuns as rodas de prosa nos intervalos para o almoço ou um café. É nesse momento que amenidades do cotidiano são trocadas, e também onde o grupo consegue se manter mais coeso.



Foto 57 - Momento de descontração no trabalho.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.



Foto 58 - Pausa para o café.
Fonte: Projeto Inova Rural, 2004.

4.7 O tempo

Com relação ao tempo, deve ser compreendido o ritmo do homem do campo. Isso é de extrema importância, tendo em vista que o tempo sempre motivo de “conversa” no cotidiano do canteiro de obra. O ritmo de vida do camponês é pautado nos ciclos naturais, a partir da percepção circular do tempo – natureza, ciclos, estações do ano. A vida no campo é ritmada pelo calendário organizado de acordo com a sucessão temporal que rege a lavoura.

Para o camponês a unidade de tempo é o dia, a semana e o ano agrícola, e não um ritmo pautado pelo salário, pelo relógio ponto, onde a principal unidade de tempo é o mês, período que regula a remuneração do trabalhador.

Quanto à atividade física do trabalho, o número de pessoas trabalhando na obra dita a sua produtividade. Sabe-se que a unidade produtiva camponesa é composta basicamente pelo trabalho da família. Sendo assim o que vai ditar a produtividade do canteiro é o número de mãos que a família dispõe.

É aí que a concepção de “tempo de empreiteira”, ou seja, o tempo pautado a partir do ritmo da cidade, extrapola qualquer cronograma da obra, pois, muitas vezes, a mesma pessoa que conduz a atividade da lavoura é a que trabalha na construção da casa, sendo, dessa forma, preciso buscar força de trabalho externa para dar conta da labuta.

Diante disso, os diversos “escaldos” e desajustes da assessoria foram justamente por não compreender no início essas especificidades, que são intrínsecas do campesinato, como a relação com o tempo e com o trabalho.

A incansável discussão do calendário de obra é um bom exemplo disso, obviamente sempre obsoleto, pois é pautado a partir de uma imposição do ritmo de trabalho da lógica urbana, ou seja, da concepção do tempo (dia e hora trabalho) ditada pelas regras do “tempo de empreiteira”.

Enquanto os profissionais da assessoria têm como fatores limitantes os prazos ditados pela Pesquisa (relatórios, prestações de contas etc.), os moradores, por estarem construindo em mutirão, nas “horas vagas”, têm seu ritmo de trabalho no canteiro estabelecido de acordo com as “folgas” do serviço que garante a renda para a sobrevivência da família, seja ele no lote de produção seja em trabalhos externos ao assentamento. Daí a dificuldade de se estabelecer e realizar um cronograma de trabalho rígido em conjunto.

Como se sabe, o campesinato se constitui a partir de sua unidade de produção que

é a lavoura, e esta é quem vai garantir a sua reprodução enquanto tal. O objeto maior de produção em um assentamento rural é a lavoura e não a moradia.

Noções de tempo, de ocupação do território, da concepção de lugar, das relações da vida social, do sentido do trabalho, são premissas que devem ser cuidadosamente consideradas no cotidiano das ações de técnicos que se propõem a intervir nesses territórios.

E, nesse bojo, é a partir da prática que a reflexão sobre a mediação do saber técnico e do saber local se faz presente. Essa mediação de forma alguma é de uma mão só, pois é preciso localizar os agentes, conhecê-los e vê-los como sujeitos plenamente ativos nesse processo.

4.8 O trabalho e o tempo na produção do adobe

Como já dito, para as novas unidades definiram-se dois tipos de material construtivo. Das 49 famílias do grupo das casas, 26 optaram em construir suas casas com tijolo cerâmico e 16 famílias, com tijolo de adobe. Dois importantes fatores se somaram para a definição pelo tijolo de adobe: o primeiro, pelo menor custo financeiro, já que os recursos são de fácil acesso, e o segundo e mais importante, para viabilizar a pesquisa da universidade,

A justificativa pela escolha era o apoio à pesquisa implementada pela universidade para experimentar o uso de técnicas alternativas na produção habitacional de interesse social. As famílias deveriam "honrar" o compromisso estabelecido, sem saber ainda o esforço físico que isso demandaria, porém conscientes de que, se migrassem para a opção de tijolo cerâmico, inviabilizariam os resultados da pesquisa. Com isso a permanência quase que obrigatória foi conduzida pelos princípios de honra do camponês.

[Calixto]: estamos escolhendo adobe pra respeitar o projeto de vocês, em respeito a vocês (Assembléia Geral, 24 de janeiro de 2004).

Durante a atividade de produção dos tijolos de adobe, houve uma grande resistência por parte das famílias. Isso culminou no firme posicionamento do grupo do adobe em alterar a técnica construtiva definida anteriormente. Ao fim, quinze famílias que haviam optado pelo uso do adobe, migraram para o cerâmico, e apenas uma permaneceu. Com ou sem recursos, as famílias se viram obrigadas a mudar do tijolo de adobe para o cerâmico, pois, ao alterar a técnica construtiva, estavam optando por outra que demandava menos esforço.

Houve longas e tensas conversas e reuniões entre os pesquisadores e as famílias, na tentativa, num primeiro momento, de dar continuidade na produção e, em seguida, de buscar alterar o financiamento junto ao INCRA para viabilizar a compra de tijolos cerâmicos, o que anteriormente não estava no orçamento.

Muitas dificuldades contribuíram para que as famílias optassem por essa mudança, como o excesso de trabalho, a falta de mão-de-obra no canteiro, a concorrência do tempo no canteiro e do tempo no trabalho da lavoura, o custo social – muitos idosos ou pessoas com problemas de saúde -, a urgência de se construir a casa, a cultura por materiais industrializados vendidos pelas lojas de material de construção, até o deboche dos companheiros e ainda a ausência de aprimoramento tecnológico para impulsionar a produção. Todos esses fatores influíram na argumentação das famílias para que se efetivasse a mudança. A principal delas era o esforço despendido durante o trabalho para a produção do tijolo, como mostram os depoimentos dos assentados em reunião ocorrida no dia 14 de maio de 2004.

[Calixto]: o mais problema aí é fazer o adobe. Se não tiver uma máquina, não vai ter gente pra fazer essas casas.

[...]

[Augusto]: nós fizemos a reunião aqui e o que decidimos foi não querer mais o adobe. Porque estamos fazendo muito sacrifício e queremos fazer valer o mesmo direito dos outros que mudaram e têm a mesma assessoria.

[...]

[Célia]: o Paulão perguntou do que seria minha casa. Falei que era de barro e ele falou, vai pagar barro? Vai pagar barro?

[Pedrão]: eu tenho minha filosofia. Não sou João-de-barro para morar em casa de barro, e não sou pica-pau para morar em casa de madeira. Não tiro sarro de ninguém.

[...]

[Augusto]: o último acordo foi pela pesquisa. E essa pesquisa tem que ser muito valorizada. Agora faça as contas: R\$ 1100,0. 50% de abatimento, R\$ 550,00, dividido por 6 anos quanto dá? A pesquisa vale muito mais que isso.

Durante o andamento do canteiro de obras, o INCRA alterou o valor do crédito de instalação, referente à produção da unidade habitacional, de R\$ 3.000,00 para R\$ 5.000,00. Assim as famílias se organizaram e negociaram junto à CEF e ao INCRA a possibilidade de o grupo receber a complementação desse recurso, aumentando mais R\$ 2.000,00 no orçamento das unidades, possibilitando uma margem maior e mais segura no seu novo delineamento.

A proposta de construir a casa com o tijolo de adobe fazia parte da pesquisa da universidade no que diz respeito à análise do conceito de sustentabilidade com relação ao **produto**.

No entanto, a definição de técnicas construtivas para a produção da moradia nunca deve ser feita *a priori*, o produto deve ser uma consequência do **processo**, não só no processo de decisão coletiva desses materiais a serem utilizados no canteiro, mas também na avaliação constante do processo de elaboração desse produto.

Com isso, cabe aqui questionar se realmente o conceito de sustentabilidade se aplica. Não no que diz respeito às qualidades de conforto, resistência e custo inerentes ao produto adobe que obviamente existem, mas à sustentabilidade no processo produtivo, ou seja, na força de trabalho da família para a efetivação da técnica, com as próprias mãos, pés, amassando o barro, tijolo por tijolo, produzindo o número de tijolos necessários para a construção das unidades. Soma-se ainda o fato de estar inserido em uma política pública que já se apresenta precarizada ao usar a mão-de-obra do trabalhador para a produção em mutirão, quer dizer, a família, além de construir a sua casa, tem ainda que construir tijolo por tijolo que, somados, totalizam 5.100 para a construção da tipologia adotada. Isso se faz sustentável?

Considerando ainda o tempo para desprendimento da força trabalho, se uma pessoa produz 33 tijolos por hora, trabalhando 8 horas, totalizaria uma produção diária de 264 tijolos/dia. Agora, se já é difícil comungar as atividades do canteiro com a lavoura, imagine se cada família tiver que fabricar 5.100 tijolos para a sua casa, a lavoura nesse caso fica insustentável.

A inovação tecnológica, com o uso de materiais locais e renováveis, é uma técnica que, embora o próprio projeto diga ser inovadora, na realidade está presente na vida de camponeses há séculos, como mostrou o trabalho de campo de alguns autores, ainda na década de 50.

Tanto se fala em uso de materiais alternativos para os "pobres", ainda com incentivo de pesquisadores da rede pública de ensino superior para desenvolver a mais inovadora técnica da construção, melhor e mais barata, algo que se coloque como "piloto", que pode ser usado em outros lugares, de fácil uso para moradias populares, suprimindo assim o déficit habitacional!

Oras bolas, mas do que estamos falando? De técnicas alternativas, que há muito já utilizavam os moradores de comunidades antigas - serão métodos inovadores ou já tradicionais desse tipo de população?

Será que essa suposta inovação incorpora a força de trabalho embutida do camponês para a produção desse material, que de alternativo não tem nada? Certamente que não!

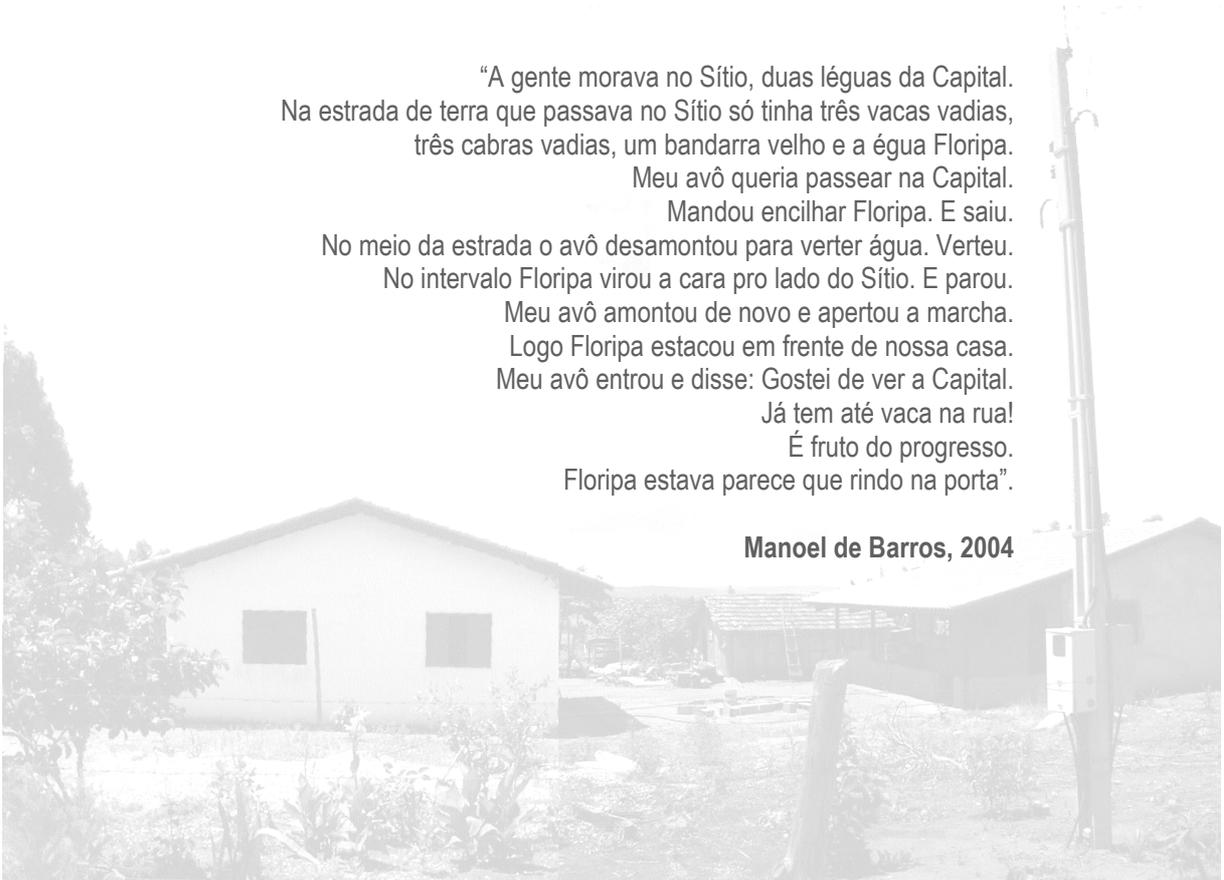
A inovação e o modo de produção da moradia devem acompanhar o avanço da tecnologia. Instituições de pesquisa deveriam se ater a soluções plausíveis do modo como se produzem essas unidades habitacionais e, ainda, ao esforço físico que isso requer. Não cabe inserir nesse debate a produção de adobe - amassado por pés e mãos de trabalhadores - apenas para baratear o custo da casa, é preciso incluir nesse orçamento o custo social, caso contrário precariza-se a própria política pública. Incoerente.

Será que a inovação não seria a formulação e efetivação de políticas públicas consistentes, com recursos suficientes, usando materiais que o mercado já oferece ou aprimorando a técnica para diminuir o esforço do mutirante no canteiro de obras, para assim construir uma casa com qualidade sem onerar o trabalhador que já é massacrado pelo sistema capitalista?

5. Considerações finais

“A gente morava no Sítio, duas léguas da Capital.
Na estrada de terra que passava no Sítio só tinha três vacas vadias,
três cabras vadias, um bandarria velho e a égua Floripa.
Meu avô queria passear na Capital.
Mandou encilhar Floripa. E saiu.
No meio da estrada o avô desamontou para verter água. Verteu.
No intervalo Floripa virou a cara pro lado do Sítio. E parou.
Meu avô amontou de novo e apertou a marcha.
Logo Floripa estacou em frente de nossa casa.
Meu avô entrou e disse: Gostei de ver a Capital.
Já tem até vaca na rua!
É fruto do progresso.
Floripa estava parece que rindo na porta”.

Manoel de Barros, 2004



Considerações finais

Como já explanado, o espaço rural é concebido via braço estatal, sob forma de assentamentos de reforma agrária. É aí que paira a dúvida: o desarranjo, as concepções urbanas de produção espacial, são implantados no espaço rural e ditam uma organicidade concebida a partir de artimanhas do mundo moderno.

Hábitos a partir da concepção do urbano invadem o mundo camponês: a espacialização de usos, as relações de trabalho, as relações sociais, os direitos e deveres e também os próprios princípios de cidadania.

Conforme Queiroz:

O campesinato brasileiro encontra-se hoje em vias de desaparecimento. Persiste ainda em certas regiões devido às condições locais. Noutras, porém, entram os sítiantes tradicionais em decadência, pois a produção hoje tende mais e mais a se organizar sob a forma capitalista, voltada para o lucro e para o mercado. O camponês brasileiro era um consumidor de seus próprios produtos e só secundariamente adquiria mercadorias; estas redundavam sempre em um consumo ostentatório, visavam consolidar o prestígio do consumidor. Na medida em que o meio urbano vai produzindo mercadorias cada vez mais cobiçadas, o consumo do sítiante tradicional se desequilibra, pois vê-se impelido a consumir muito mais mercadorias e muito mais caras, a fim de demonstrar seu prestígio econômico (QUEIROZ, 1973, 29).

Essa colocação de Queiroz confirma a situação de decadência e desaparecimento do campesinato em relação ao desenvolvimento do país e sua conseqüente urbanização e modernização, apoiadas nas bases da sociedade de consumo do mundo capitalista.

Dentre os diversos bens que o mercado oferece, coloquemos aí um de tamanha importância: a casa.

Quanto ao desenho propriamente dito, apesar de ser estabelecido pelo Estado, seja pela delimitação dos lotes de reforma agrária, seja pela implantação de programas de habitação para o campo, percebe-se certa autonomia no modo de (re)produção espacial do campesinato.

A partir da exterioridade imposta pela ordem estatal, é possível, à margem dessa homogeneização, reconhecer formas de resistências e de manifestações de especificidades, onde a apropriação atinge um nível máximo. A espontaneidade da organização social, mesmo que em lotes preconcebidos pelo Estado, denota em seu interior uma adaptação, uma “reinvenção” criadora dos costumes do homem do campo.

O exercício que se fez neste trabalho foi tentar entender o campesinato a partir de seu “ajustamento” à sociedade moderna. Durante o processo de construção das casas na Fazenda Pirituba, foi possível compreender como as famílias se colocam diante do mundo das mercadorias que a cidade oferece, e ainda quais características apresentam nesse consumo.

Para isso algumas questões foram colocadas, como qual o limiar entre a suposta perda da cultura - como sugere Queiroz, com a entrada desses novos bens - e a sua transformação?

Quando um novo é construído, e nesse caso o novo é a casa, o espaço antigo assume novas dimensões de significados. A configuração socioespacial do lote então passa por reajustes e rearranjos, onde não só a casa antiga ganha novo significado, como também novos usos são incorporados no lote como um todo.

Ao adquirir a casa nova, novos utensílios domésticos são comprados, como cama, sofá, televisão, armários de todos os gostos e tipos. Agora por que esse consumo e desejo de consumo só aparecem quando se tem a aparente estabilidade que a casa nova representa?

Cabe-me questionar então que prioridades são dadas para ao consumo de bens para o abrigo dessas famílias camponesas que lá se reproduzem, enquanto assentadas, há 20 anos? Por que esse desejo só aparece agora?

O desejo de um lar mais seguro e estável "para proteger a família" não está mais associado à moradia simples que a mobilidade, relatada por Antônio Cândido, deveria apresentar, que se construía e reconstruía de acordo com a instabilidade dos parceiros, medida pela fertilidade ou não da terra.

A situação de assentado marca a estabilidade da família camponesa que não precisa ficar se deslocando. Com isso a nova morada não pode ser sustentada por simples paredes de taipa e coberta de palha. O mínimo que Antônio Cândido relatou ao estudar os caipiras nos anos 50 é diferente do mínimo de hoje.

A reinvenção decorre do próprio movimento da história, o estilo de vida está também nesse movimento. Ele se integra à sociedade moderna, mas, marginalmente, adquire novos bens e preserva outros valores.

O que permanece então, à medida que novas demandas são atribuídas? Como os valores antigos se ajustam às novas paredes que delineiam essa nova forma de morar? O que acontece com a antiga morada? O que é de fato adquirido e como?

Foi na busca de responder a essas questões, ou melhor, de observar essas transformações que retornei à Fazenda Pirituba após um ano de conclusão das casas, na tentativa de compreender o que está por trás desse mero consumo.

Embora o mínimo seja embutido na política pública, dentro dos padrões de habitabilidade, sua apropriação tem sutilezas. Valores estéticos, para além dos mínimos estabelecidos como meramente funcionais, utilitaristas, se revelam na forma como distribuem os objetos na casa, no recorte desejável da paisagem, no cuidado ao trazer para a nova casa as lembranças.

O mínimo material habitável passa a ser um "mínimo a mais" para as famílias do "grupo das casas". Coexistem nesse mesmo espaço, nessa nova morada, modernidade e valores da cultura camponesa.

Certamente a casa é um ninho de manifestação da cultura e hábitos de uma família. Bachelard (1988, p. 26) argumenta que "[...] a casa é uma das maiores [forças] de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem".

É preciso tomar posse desse novo espaço. Transpor para a casa nova as lembranças da antiga morada é o meio que remete a um sentido de proteção, para além das paredes sólidas. "Evocando as lembranças na casa, adicionamos valores de sonho" (BACHELARD, 1988, p. 26). Quadros, cortinas, enfeites pequenas lembranças contribuem para a família tomar posse desse novo concebido. A nova casa fica sendo uma "preparação de Deus".



Foto 59 - Imagens de proteção.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 60 - Embelezamento da fachada.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.

Novos utensílios são adquiridos, como fogão a gás, no entanto não se deixa de cozinhar no fogão a lenha, mesmo que de vez em quando. O fogão a gás coexistindo com o fogão a lenha é um mínimo que os padrões de habitabilidade da sociedade moderna não contempla, portanto é mais que o mínimo. Se o projeto não previa espaço para o fogão a lenha, a necessidade de uso se ajusta numa construção externa à casa, no “puxadinho”, ou em uma ampliação da área.

Adquire-se o fogão a gás para a nova casa, e confecciona-se a capa de crochê para proteger o botijão, assim o zelo e cuidado da mulher camponesa se mantêm na nova cozinha.

Coexistência de usos

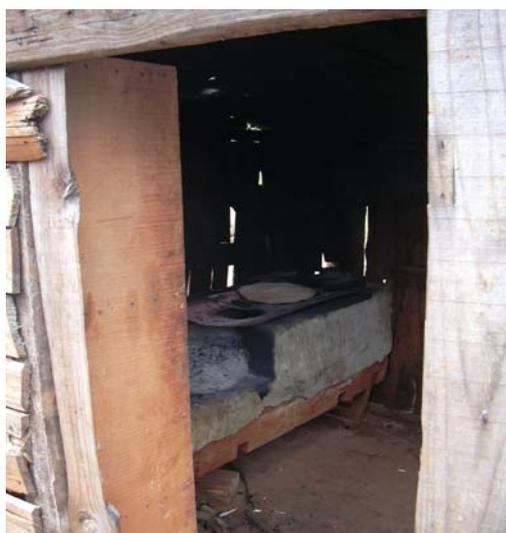


Foto 61 - Cozinha externa com fogão a lenha.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 62 - Capa de crochê enfeitando botijão.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.

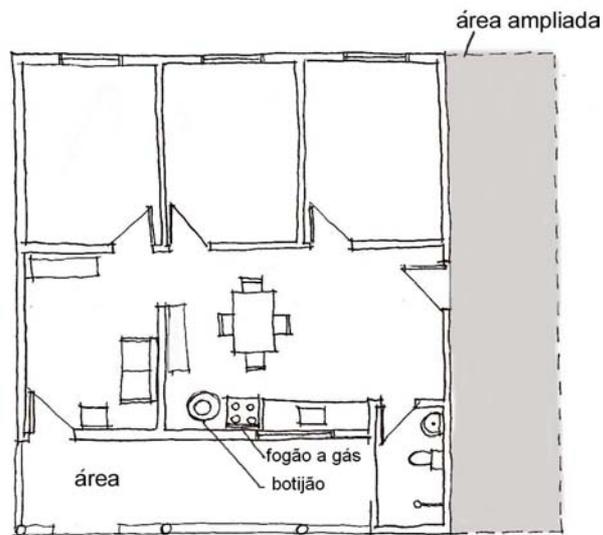


Figura 11 - Croqui indicando a ampliação da casa de Pingo.
 Nota: Elaborado pela pesquisadora a partir do trabalho de campo, 2006.

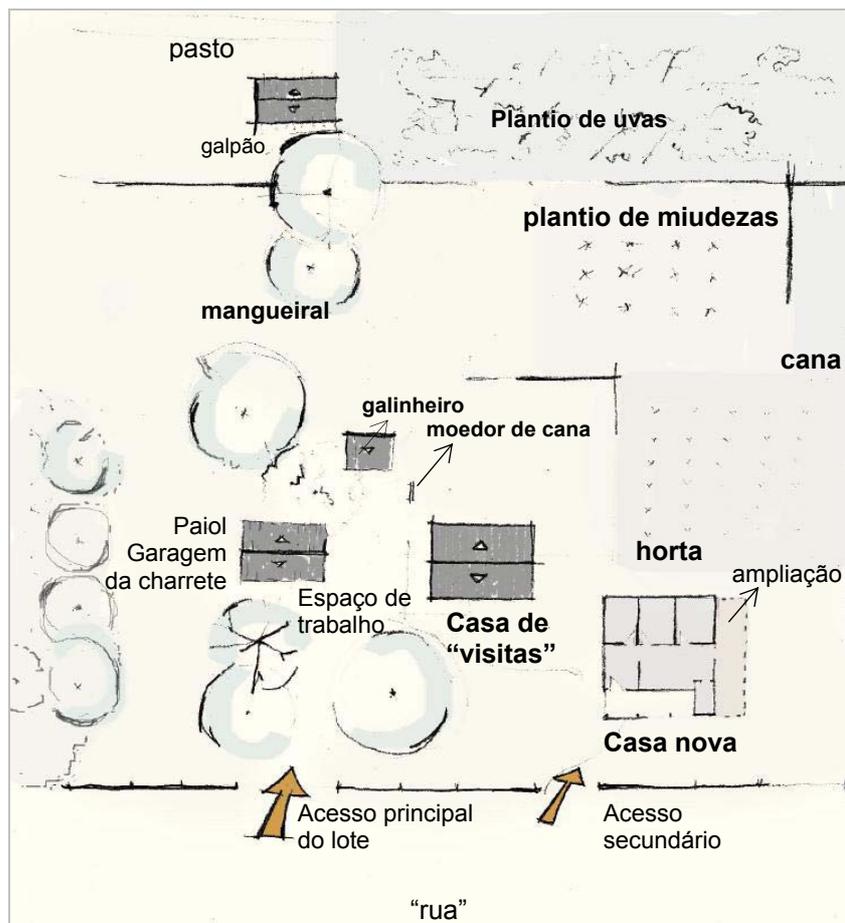


Figura 12 - Croqui de espacialização de usos do lote de Pingo. Acesso principal pela casa antiga e espaço de trabalho e acesso secundário para a nova casa. Remodelação e ampliação da horta.
 Nota: Elaborado pela pesquisadora a partir do trabalho de campo, 2006.

Foi observado na antiga casa do “grupo das casas” que, na maior parte, os espaços de uso predominante foram o paiol, o depósito ou a casa de ferramentas. Obviamente esses novos significados não são também homogêneos, características diferenciadas aparecem nessa nova configuração. Se, para alguns, a casa antiga fica como zelo e recordação da família, para outros sequer se consegue tomar posse da casa nova que não foi concluída. Sem previsão para concluir as obras, a casa antiga continua sendo o abrigo da família.

A antiga morada de Pingo e Guilhermina é, antes de tudo, espaço de reconforto, para “repousar no passado” (Bachelard, 1998), que sempre serão lembrados e “guardados”, espaços de “zelo”. Quanto ao uso, continua sendo casa, para receber as visitas e parentes.



Foto 63 - Acesso principal casa Pingo.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 64 - Embelezamento da fachada da casa de Pingo, ampliação da área ao fundo: espaço para abrigar o fogão a lenha com acesso direto à horta.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 65 - Antiga casa de dona Doraci.
Uso atual: paiol.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 66 - Nova casa de dona Doraci.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 67 - Casa antiga e casa nova do Camilo.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 68 - Vista da casa nova do Camilo.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 69 - Antiga casa dona Terezinha, atual casa de ferramentas.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 70 - Vista da casa nova da Terezinha e Wilson, ao fundo a antiga casa.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 71 - Vista da casa nova, porém inacabada, do Ângelo.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006.



Foto 72 - Vista da casa nova não concluída do Roque, ao fundo a casa antiga³⁹.
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2006

³⁹ Faltou dinheiro para a conclusão da casa nova, e a família continua morando na casa antiga, sem nenhuma pressa para concluir e se apropriar da nova casa.

Com isso, considera-se que o camponês não está totalmente independente dos desejos de consumo que o mercado oferece, no entanto, por ter uma forma específica de ver e viver o mundo, ele se articula marginalmente ao sistema.

Quanto ao modo de morar, pela própria condição de suposta “precariedade”, devida à sua condição de renda, os assentados estão subordinados à necessidade de uma política pública para a produção de moradias, mas a forma como se apropriam dessa política é diferente, particular.

O diferencial está no modo como organizam o seu modo de vida, ou seja, o modo como eles organizam o seu cotidiano, as relações sociais, as relações com o trabalho, a produção e reprodução do seu ambiente.

E isso fica evidente pela maneira como o “grupo das casas” reajusta o PSH-Rural Pirituba, seja durante as atividades do canteiro – redefinindo ou burlando algumas regras do mutirão, como, por exemplo, colocando-se contra o uso do adobe – seja também na reapropriação do desenho desse novo morar.

Tendo em vista o âmbito geral de formulação e aplicação de programas de habitação para o campo, cabe-me questionar: Têm tais programas conseguido alcançar e compreender o universo simbólico da constituição do lugar nos assentamentos? Como se tem dado a interação do desejo do morador e seus hábitos em confronto com a técnica, na medida em que novas moradias devem ser construídas e infra-estruturas instaladas?

Ocorre que as intervenções estatais são concebidas a partir de uma lógica homogeneizadora, portanto descaracterizando-se enquanto políticas públicas, para se configurarem por medidas compensatórias, como programas sociais de cunho generalista, desconsiderando muitas vezes as diferenças internas de um grupo.

É patético falar em defesa da cidadania em uma sociedade marcada por estratégias individuais, comandadas pelos interesses do mercado, onde o capitalismo aparece como modo de produção global. Nossas instituições, que teriam o papel, garantido constitucionalmente, de fazer valer o exercício democrático das políticas públicas, tornaram-se obsoletas diante do processo de espoliação de direitos e concentração do capital.

Não há mudança espacial sem mudança social.

5.1 Por uma construção de políticas habitacionais para o campo

Assim, em se tratando das políticas públicas para o campo, quando se concedem créditos, terra e até casa, é necessário questionar a gênese da formulação em quem elas são pautadas, se a partir das especificidades do homem morador do campo ou dos direitos do homem moderno?

Como apresentado no capítulo 1 referente à questão agrária no Brasil, à indisponibilidade de terra e à vontade política para se efetivar a reforma agrária no país, o que aqui se põe em questão é a disputa do fundo público para se efetivarem medidas condizentes para garantir a qualidade de vida para as pessoas residentes tanto no campo quanto na cidade.

Não cabe aqui reduzir a problemática da habitação a um simples número ou demanda quantitativa e construtiva, como demonstra o “déficit habitacional” exposto no capítulo 2.

Entendo que permeiam por essa questão situações socioeconômicas diferenciadas para cada região do país; portanto, qualquer tentativa de projeto “piloto” ou “modelo” para a produção habitacional tem de ser descartada. As soluções habitacionais devem ser moldadas conforme as práticas culturais de cada realidade, no que se refere aos usos e costumes e também ao conhecimento de técnicas construtivas do lugar. O que se pode aproveitar são as referências de como se produz aqui ou acolá, que é muito diferente de uma suposta padronização de “projeto piloto”.

Assim essa demanda de produção habitacional não está relacionada apenas à configuração miúda meramente material, mas deve ser remetida às demais interfaces que identificam um conjunto de situações que as categoriza como deficitárias, como as condições culturais e econômicas de cada região.

Além disso, créditos e programas para suprir o déficit habitacional tornam-se insuficientes se, na sua formulação, não estão contempladas preocupações em relação à saúde, saneamento, educação, transporte. O tema da habitação deve estar associado à organização do assentamento como um todo.

Os assentados, quando questionados a respeito dos pontos negativos no assentamento, para além da situação das moradias, relataram situações diversas como dívidas, terra improdutiva (infértil), falta de documento de propriedade da terra, falta de iluminação

pública, água contaminada, falta de coleta de lixo, esgoto, desemprego, falta de trabalho alternativo e renda, falta de garantia para trabalhar a terra e dificuldades de comercialização.

Apesar de o assentamento existir há mais de 20 anos, parte dos assentados ainda mora em condições pouco favoráveis ao desenvolvimento saudável da família. Assim a ausência ou a ineficiência de políticas públicas para essas áreas ficam evidentes. É preciso avançar e muito para que se alcance um nível de renda que contribua para a reprodução da família com qualidade e dignidade.

Com isso a situação de qualquer melhoria fica sempre articulada ao fato de ter ou não renda, de ter ou não financiamento, de estar ou não inadimplente, como mostram os depoimentos de alguns assentados (SHIMBO, 2002; 2003):

[Janete]: Se não houver produção não tem como pagar o financiamento. Não tem como fazer uma casa sem alicerces (v.1, p.37).

[Calixto]: Eu acredito se for sair casa financiada, a maioria aqui não tem. Fica sem casa do mesmo jeito. Eu acho que tem que achar uma coisa de fundo perdido... é o mais certo... em banco nem pensar (v.1, p.41).

[Janete]: Cada um faz do jeito que sabe e pode (v. 1, p. 39).

[Eduardo]: E vem reformando nesses anos... (v. 1, p. 39).

[Dejair]: Acho que a maioria já refez as paredes de tábuas umas 3 vezes [durante 18 anos] (v. 1, p. 39).

Os programas de habitação, em geral, têm atingido a população de renda acima de 5 salários. O Estado tem que subsidiar o acesso à moradia digna para a população que não consegue atingir essa renda, pois os recursos destinados a subsídios são ínfimos e insuficientes para reverter o déficit habitacional. O uso de mão de obra do morador para a produção habitacional e o barateamento do material construtivo agrava ainda mais esse quadro.

Quanto se trata de programas para a habitação rural a situação é alarmante.

No caso do PSH-Rural, além das 49 famílias beneficiadas na Fazenda Pirituba, outras 1.151 também receberam esse financiamento em outros estados brasileiros.

Esse programa teve uma séria dificuldade na liberação de recursos, chegando-se ao limite de ter que suspender os trabalhos quando a obra já estava em andamento. A Fazenda Pirituba ficou durante 6 meses com as casas em meia parede, sem ter recursos para efetivar novas compras e, o que é pior, sem informações suficientes que explicassem o impasse.

A suspensão do financiamento acarretou o atraso da obra, descrédito das famílias, dívidas nas lojas e, em alguns casos, desmobilização do mutirão.

O que foi alegado posteriormente pelo Ministério da Fazenda foi a incompatibilidade de compilação de recursos de duas fontes do órgão federal no mesmo programa. Foram meses de negociação e pressão, desde pressões em Brasília pelo MST, como também nas localidades onde foram feitas reuniões entre assentados e INCRA, assentados e CEF, na tentativa de compreender o que se passava.

Esse quadro mostra uma enorme desarticulação política do governo durante a aplicação do referido programa. Ainda não se tem um registro de como essas práticas ocorreram em outras localidades, nem mesmo o INCRA.

No entanto, o PSH-Rural, apesar de apresentar algumas limitações, em relação a outros, como o Pró-Lar Rural, relatado no capítulo 2, traz alguns elementos interessantes para se pensar essa política. Parte do valor é subsidiada pela União em até R\$ 4.500,00, o pagamento do financiamento adquirido via crédito de instalação do INCRA é anual, em até seis parcelas, respeitando o ciclo da colheita da safra, e ainda, se pago dentro do prazo de vencimento, tem um desconto de 50% no valor.

Quanto ao acompanhamento de técnicos, embora o PSH-Rural contemple algum valor para a assessoria técnica, a porcentagem ainda é muito tímida para garantir a efetiva orientação durante todos os momentos da obra, e o que agrava mais ainda a situação é que essa porcentagem é embutida no valor do financiamento da família, onerando uma quantia já tão ínfima. O Programa ainda não contempla recursos suficientes para compra de ferramentas e equipamentos de segurança a serem utilizados no canteiro.

O acompanhamento técnico e social é a garantia de efetivação com êxito da produção de moradias em regime de mutirão e autogestão. Na Fazenda Pirituba, os recursos das agências financiadoras de pesquisa conseguiram manter a presença dos técnicos mesmo no período de suspensão da obra, contribuindo assim para que o mutirão não desandasse de vez.

A assessoria técnica deve ser considerada na formulação da política pública, de modo que contribua para a organização e formação das famílias para o trabalho coletivo e para as atividades do canteiro.

Sabe-se que a política de habitação rural está ainda em gestação, o que se têm são algumas experiências, interessantes umas, outras nem tanto.

O relato feito neste trabalho é parte da experiência vivida no processo de construção das casas no assentamento Fazenda Pirituba, que foi um caso específico onde se procurou gerar um tipo de canteiro de obras diferente dos tradicionais executados por empreiteiras. O trabalho em mutirão e autogestão possibilitou, dentro do possível, proporcionar a formação de todos, tanto dos técnicos envolvidos quanto das famílias.

No que diz respeito à participação das famílias no processo de discussão das políticas públicas, ela ainda deixa muito a desejar, pois a participação efetiva da população, como ator essencial do processo de discussão e consolidação dos espaços, é praticamente inexistente. O MST vem aos poucos abrindo esse debate, exigindo o domínio político da organização dos assentamentos e articulando junto a CEF e INCRA medidas para suprir a demanda habitacional em seus assentamentos. No entanto, essa participação na política ainda não é institucionalizada e oscila conforme a articulação e organização de cada estado e movimento social. Estados com grupos mais organizados conseguem acessar maior parte de recursos dos programas, o que é extremamente agravante.

O ideal dos planos de assentamento e projetos de habitação é que propiciem o fortalecimento da cidadania nas comunidades, seja no que diz respeito ao exercício da participação popular no processo de gestão do espaço, seja compatibilizando o direito à moradia e ao lazer, apoiando e ampliando, assim, as práticas de convivência da comunidade.

O processo participativo deve ter como mote a transformação do saber e do fazer, que é coletivo, e suas ações devem ter um caráter social forte e, sobretudo, um compromisso com a transformação social, política e econômica, garantindo a real participação da população no processo decisório das políticas públicas.

Dentro do amplo debate existente e em um momento crucial da participação social, é necessário distinguirmos de qual participação estamos falando, quais os níveis de participação e qual é a possível prática participativa na produção do espaço. Elas podem ser desde as ações educativas em pequenos grupos, como a formação dos jovens auxiliares, a socialização do conhecimento entre técnicos e famílias, também na produção de um novo conhecimento, até, quem sabe, as grandes esferas de discussão e transformação política, na futura inserção em movimentos sociais, reivindicando direitos, como a terra e a moradia.

Assim, aliando a observação do modo de vida do camponês - sua relação com o trabalho, o tempo, a terra, a família e vizinhos e ainda a maneira como se espacializam essas relações, como a casa-quintal e o seu entorno - à efetiva participação desse sujeito no processo decisório da produção da habitação rural, será possível a concretização de política

pública condizente para melhorar a qualidade de vida do homem do campo, havendo, é evidente, vontade política para isso.

É o “mínimo” que se espera!

Referências

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo; Campinas: Hucitec; Unicamp, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BARDI, Lina Bo. Apresentação. In: FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura rural na serra da Mantiqueira*. 2 ed. São Paulo: Instituto Lina Bo P. M. Bardi, 1996.
- BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a Infância*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BARROS, Manoel de. *Poemas Rupestres*. Rio de Janeiro: 2004.
- BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOMBARDI, Larissa. *Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária: a lei de Revisão Agrária em São Paulo*. 2005. 715 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BONDUKI, Nabil. *Habitat: práticas bem-sucedidas em habitação social no Brasil, meio ambiente e gestão Urbana*. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996.
- BOURDIEU, Pierre (1972). Esboço de uma Teoria da Prática. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A casa e o mundo às avessas. In: CORRÊA, Mariza (Org.). *Três ensaios sobre a Argélia & um comentário*. Campinas: Departamento de Antropologia; IFCH; UNICAMP, 1995. (Textos Didáticos, n. 16).
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRASIL. Constituição Brasileira (1824). Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 7 jul. 2006.
- BRASIL. Constituição Brasileira (1891). Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 7 jul. 2006.
- BRASIL. Constituição Brasileira (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

BRASIL. Governo Federal. Estatuto da Terra (1964). Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 1964. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

BRASIL. Governo Federal. Lei de Terras (1850). Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 20 set. 1850. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

BRASIL. Governo Federal. Lei n. 8629, de 25 de fevereiro de 1993. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades; Ministério da Fazenda. Portaria Interministerial n. 186, de 7 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Programa Nacional de Política Fundiária. VALENTE, Maria Jovita Wolney (Elab.). Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1983. (Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência).

BUENO, L. M. de M. *Projeto e Favelas: metodologia para projetos de urbanização*. São Paulo. 2000, 362 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARALO, Paulo. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. In: ARRUDA, Roldão. Total de assentados atinge 95% da meta. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 jan. 2007.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidade econômica capesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CONCRAB. *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, 2001. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 10).

DE SANTIS FELTRAN, Gabriel. *Limites da virtude isolad: Movimientos sociais e política no Brasil*. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/desantis.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

Departamento de Estradas e Rodagens. Mapa Rodoviário. São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Delimitação conceitual de campesinato*. In: Seminário A questão agrária, os movimentos sociais e a mídia no Brasil. São Paulo: Fundação Cásper Líbero; Escola Nacional Florestan Fernandes; Instituto Técnico de Capacitação e Reforma Agrária – Iterra, 16 e 23 out. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – no estado de São Paulo*. 1994, 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo: *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2005.

Google Earth, 2007.

HACKBART, Rolf. A atualidade do Estatuto da Terra. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 nov. 2004.

HASSAN, Fathy. *Construindo com o povo*. São Paulo: Salamandra; EDUSP, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLLANDA, Chico Buarque de; MELLO NETO, João Cabral de. Funeral de um Lavrador. Intérprete: Chico Buarque de Hollanda. In: Chico Buarque de Hollanda, São Paulo: RGE, 1977. 1 LP. Faixa 11.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

INCRA. Instrução Normativa n. 15, de 30 de março de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil n. 65, Brasília, DF, 5 abr. 2004, seção 1, p. 148. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

INCRA. Norma de Execução n. 2, de 6 de nov. de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 nov. 2000, seção 1. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

INCRA. Normas de Execução n. 9 de 6 de abril de 2001. Diário Oficial n. 71-E [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 abr. 2001, seção 1, p. 201. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, Henri. La producción del hombre. In: LEFEBVRE, Henri. *El materialismo dialético*. Buenos Aires: La Pleyad, 1939.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Tradução preliminar Jorge H. Oseki. Paris: Anthropos, 1986.

LEITE, Maria Ângela Faggin P. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec, 1994.

LÊNIN, V. I. A desintegração do Campesinato. In: LÊNIN, V. I.: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

LOPES, João Marcos. *Das utopias sem lugar aos lugares sem utopias*. São Paulo: USINA, 2004. (Roteiro elaborado para discutir os mutirões autogeridos em São Paulo).

LOPES, João Marcos. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção das moradias para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya (Eds.). *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: ANTAC, 2006. (Coletânea Habitare, v. 5).

- MARQUES, Marta I. M. *O conceito de espaço rural em questão*. São Paulo: Terra Livre, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MARTINS, José S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Geografia Agrária: perspectivas no início do século XIX*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo; MARQUEZ, Marta (Orgs.). *O campo no século XIX: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. In: MERLINO, Tatiana. *A manipulação dos números da reforma agrária*. *Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, 8 fev. 2007.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Fala apresentada na mesa Geografia Agrária, Questão Agrária e Questão Indígena. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária; II Simpósio Internacional de Geografia Agrária; Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente: FCT; UNESP, 11 nov. de 2005.
- PESSANHA, Jorge; VITALINO, Osvaldo (Padeirinho). *Favela*. Intérprete: Nara Leão. In: *Manhã de liberdade*. São Paulo: CBD; Philips; Universal Music, 2002. 1 CD. Faixa 6.
- Projeto Inova Rural. *Habitação rural com inovações no processo, gestão e produto: Participação, geração de renda e sistemas construtivos com recursos locais e renováveis*. Grupo Habis (Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade) - EESC/USP e UFSCAR. São Carlos.
- PROJETO MORADIA. São Paulo: Instituto Cidadania, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro*. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Estúdio Nobel; Fapesp, 1999.

- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Movimentos sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço habitado: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SÃO PAULO. Município (1986). Código de Posturas Municipais. São Paulo, 6 out. 1886.
- SÃO PAULO. Município (1986). Padrão Municipal. São Paulo, 11 ago. 1886.
- SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza em Marx*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, S.A., 1976.
- SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações*. O velho e o novo em uma discussão marxista. São Paulo: Estudos Cebrap n. 26, 1980.
- SHANIN, Teodor. *La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo*. (Russia10 – 1925). Madrid: Alianza, 1983.
- SHIMBO, Lúcia Z. (Org.). *Registro das reuniões com o “grupo das casas”*. Assentamento Rural Fazenda Pirituba, áreas 1 e 4, Itapeva, SP: Projeto Inova Rural, v. 1, 30/10/02 a 7/3/03.
- SHIMBO, Lúcia Z. *A casa é o pivô: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural*. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP/São Carlos. São Carlos, 2004.
- STÉDILE, João P; LOCONTE, Wanderley (Coord.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.
- VALADARES, Lícia do Prado. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, Ellen F. *Sitiantes e roceiros*. A produção camponesa num contexto de pecuarização. 1981. 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 1981.
- WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia*. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, 1987. Brasília: Ed.Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)